



GEOGRAFIA

diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade

Organizadores

**Carlos Alexandre de Bortolo
Paulo Fernando Jurado da Silva**



GEOGRAFIA

diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade

Carlos Alexandre de Bortolo

Paulo Fernando Jurado da Silva

Organizadores

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr^a Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Emerson Galvani
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®
Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 - CEP 91150-180 - Porto Alegre-RS
www.totalbooks.com.br



GEOGRAFIA

diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade

Carlos Alexandre de Bortolo

Paulo Fernando Jurado da Silva

Organizadores

Copyright © Carlos Alexandre de Bortolo/Paulo Fernando Jurado da Silva
Arte da capa: Marina Bortolo/TotalBooks
Editoração: Paulo Roberto Fitz
Revisão: TotalBooks

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia [livro eletrônico] : diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade / Carlos Alexandre de Bortolo, Paulo Fernando Jurado da Silva, organizadores. -- Porto Alegre, RS : TotalBooks, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-45-1

1. Desenvolvimento socioespacial 2. Espaço público 3. Espaço urbano 4. Geografia urbana – Brasil 5. Indicadores sociais 6. Qualidade de vida I. Bortolo, Carlos Alexandre de. II. Silva, Paulo Fernando Jurado da.

22-125087

CDD-910.91732

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades : Geografia urbana 910.91732
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todos os direitos reservados para os autores e as autoras.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

www.totalbooks.com.br - contato@totalbooks.com.br

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

Os autores e as autoras são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

Dedico especialmente esta obra ao colorido da vida, assim como a chegada da Maya neste verão de 2022 que alegre e aquece as cores da vida de toda a família. Gratidão ao irmão geográfico Paulo Jurado pela parceria e caminhada geográfica. À Marina Bortolo, pela linda ilustração da capa que irradia vida nessas tantas geografias discutidas neste ensaio.

Carlos Alexandre de Bortolo

APRESENTAÇÃO

A presente obra intitulada “Geografia: diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade” surgiu da necessidade de juntarmos pesquisadores que estudam e se debruçam sobre as diversas áreas e temas na Geografia urbana brasileira.

Carece e se vê necessário apresentar estes ensaios das mais variadas localidades do Brasil. Os pesquisadores e organizadores desta obra, Professor Doutor Carlos Alexandre de Bortolo, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – MG e o Professor Doutor Paulo Fernando Jurado da Silva, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – MS, velhos amigos na caminhada geográfica, brindam com a junção de estudos enfocando a Geografia Urbana, a Economia e a cidade em suas mais diversas práticas cotidianas.

Os estudos trazidos nesta obra foram selecionados a partir de sua relevância e temas de pesquisa debruçados pelos mais variados pesquisadores da Geografia brasileira. Esperamos, com esta organização, contribuir para os mais variados outros estudos e leituras dos estudantes de Geografia, Arquitetura, Economia, Administração e as mais diversas áreas das ciências sociais humanas e aplicadas.

Um forte abraço e uma excelente leitura e apreciação desta obra a todos e todas!

Prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo

Montes Claros, agosto de 2022.

PREFÁCIO

Prezados(as) leitores(as),

Início o texto entendendo, assim como proposto por Dirce Maria Antunes Suertegaray, que o campo de atuação da Geografia baliza-se pelo espaço geográfico. Sob essa perspectiva, sem negar as demais, essa ciência é entendida como um todo uno e múltiplo aberto a múltiplas conexões que se expressam por meio de diferentes conceitos. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem.

Diante dos processos que ocorrem neste espaço geográfico uno, múltiplo e complexo, a presente obra intitulada “Geografia: diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade” nos proporciona adentrar nos espaços públicos de Montes Claros-MG, bem como nos residenciais fechados de Campo Grande-MS. Para além disso, em uma escala mais ampla, têm-se diálogos no âmbito de Dourados-MS, Araxá-MG, tal como no contexto brasileiro e dos países periféricos.

Parafraseando Alexander von Humboldt e Edgar Morin, em que a universidade é responsável pela formação de uma atitude de investigação, os capítulos elaborados a partir de pesquisas científicas refletem problemáticas acerca do cotidiano, da economia e de cidades e sua importância de investigação, seja do ponto de vista das reflexões, das práticas e/ou suas articulações.

Assim, convido a todos e todas a navegar pelos capítulos e adentrar nas questões e nos espaços em tela, em seus diversos olhares.

Boa leitura!

Prof^a Dr^a Melina Fushimi

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	8
REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CONTEMPORANEIDADE NORTE MINEIRA	13
Introdução	13
Breve caracterização da área de estudo.....	16
Os espaços públicos na cidade de Montes Claros	20
Considerações finais.....	30
Referências.....	30
A SOCIABILIDADE E A SOMBRA: APROPRIAÇÃO NO COTIDIANO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....	33
Introdução	33
A categoria Espaço.....	34
Espaço público urbano	36
O lugar da apropriação no espaço do cotidiano	38
Sociabilidade e a sombra.....	40
Considerações finais.....	45
Referências.....	46
UMA ANÁLISE NOS MODOS DE USO E APROPRIAÇÃO NOS PARQUES URBANOS MONTES-CLARENSES	47
Introdução	47
A produção do parque urbano na cidade contemporânea	48
Práticas espaciais e apropriações nos parques urbanos	49
Distribuição socioespacial dos parques urbanos na cidade de Montes Claros	51
Os usos e apropriações nos parques urbanos montes-clarenses..	53
Considerações finais.....	65
Referências.....	66

GEOSAÚDE: O ESPAÇO E A ESQUISTOSSOMOSE, UMA ENDEMIAS NEGLIGENCIADA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS	68
Introdução	68
O elo entre o espaço geográfico e a epidemiologia.....	73
A esquistossomose: uma doença negligenciada.....	75
Metodologia	78
Resultados e discussões.....	79
Conclusão.....	80
Referências.....	81
O PARQUE SAPUCAIA E A QUALIDADE DE VIDA EM MONTES CLAROS-MG: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CITADINOS	84
Introdução	84
Áreas verdes e o meio urbano	86
O Parque Sapucaia e suas funções socioambientais	89
Funcionalidade estética, de lazer e recreação.....	91
Funcionalidades ecossistêmicas.....	95
Conclusões.....	97
Referências.....	98
ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	101
Introdução	101
Perspectiva histórica do desenvolvimento da habitação social no Brasil.....	108
Os principais programas habitacionais desde 1930 até os dias atuais.....	113
Conclusão.....	122
Referências.....	123
GEOGRAFIA DOS INDICADORES E DA QUALIDADE DE VIDA: POSSIBILIDADES A PARTIR DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ARAXÁ, BRASIL	126
Indicadores Socioeconômicos e Qualidade de Vida na Imediata de Araxá	127
Considerações	141
Referências.....	141

RESIDENCIAIS FECHADOS POPULARES: O EXEMPLO DO CONDOMÍNIO SILVESTRE 3 EM CAMPO GRANDE-MS.....	143
Introdução.....	143
Residenciais fechados no contexto urbano brasileiro	147
A cidade de Campo Grande na produção de espaços fechados..	153
Condomínio Residencial Silvestre e o Bairro Nova Lima	157
Morar em um residencial fechado na visão dos moradores do Residencial Silvestre 3	163
Considerações finais.....	166
Referências.....	168
BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE DOURADOS-MS	173
Introdução.....	173
O processo inicial de expansão urbana de Dourados-MS.....	176
A expansão urbana da porção norte de Dourados	181
Considerações finais.....	183
Referências.....	184
SOBRE OS AUTORES	187

REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NA CONTEMPORANEIDADE NORTE MINEIRA

Carlos Alexandre de Bortolo

Introdução

A ciência geográfica, no período atual, tem como desafio pensar não somente o espaço, mas a relação espaço-tempo, tendo em vista que estes são indissociáveis. Deste modo, as relações acontecem em espaço e tempo determinados. A partir disso afirma-se que relações sociais são também espaciais.

Nesta perspectiva, as cidades são entendidas como resultado das características da sociedade que as construiu. Para Corrêa (2001) as cidades são expressão dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais vivenciados em um ambiente construído durante certo período de tempo. Salienta-se que a cidade não é uma formação recente, mas é o capitalismo que oferece as condições para que ocorra uma expansão em escalas maiores. Nessa direção, Carlos (1994) considera que a cidade é primeiramente o que o nosso olhar consegue perceber e, sendo assim, é material e tangível; posteriormente é a cidade das obras e das relações humanas coisificadas e materializadas em espaços distintos de moradia, lazer e consumo.

O espaço citadino, sendo fruto de uma sociedade capitalista, também será contraditório e desigual. As cidades, desde sua concepção, são desiguais, porém é no capitalismo que a desigualdade e a contradição passam a estar na base da produção e reprodução dos espaços urbanos, tendo em vista que essas características estão na essência do sistema.

Neste contexto de produção do espaço urbano, os espaços públicos possuem grande importância no âmbito das cidades na sociedade contemporânea, pois constituem espaços de integração, como também, nos apresentam diferentes manifestações no decorrer de sua produção e seus usos. Eles possuem função social (à medida

que proporcionam encontro e lazer, e promovem a socialização dos indivíduos), função organizacional (organizam a infraestrutura da cidade e configuram o desenho urbano), função ecológica (estruturam áreas de proteção ao ambiente) e função cultural (já que fortalecem a identidade local).

Considerando que o espaço público é parte constituinte da história, da política e da vida social nas cidades, é possível a interação da sociedade e, conseqüentemente, sua própria estruturação. Leite (2008) afirma que o espaço público constitui espaços de comunicação e ações da cidadania na vida e no cotidiano.

Perante o exposto, destaca-se que as transformações vivenciadas pelos diversos espaços urbanos podem também ser observadas nos processos constituintes das cidades norte mineiras. Desta forma, o presente estudo visa compreender as dinâmicas e os usos dos espaços públicos na cidade de Montes Claros. A partir desses elementos, questiona-se: como são produzidos os espaços públicos dessa cidade? Quais são os usos destes espaços?

Diante deste panorama, salienta-se que é relevante compreendermos as apropriações e suas variadas funções dos espaços públicos, sua acessibilidade, sua manutenção, seus usos públicos, e/ou com fins privados por determinados agentes produtores, e como o poder público local planeja, executa e organiza a produção dos espaços públicos.

O caminho metodológico adotado para esta pesquisa buscou atender aos questionamentos e objetivos apresentados. Inicialmente fez-se uma revisão bibliográfica, na qual foram priorizadas publicações que abordam a temática em análise: a produção do espaço urbano, a mobilidade, os espaços públicos e privados, e também sobre os processos urbanos e a dinâmica de usos e apropriações dos espaços públicos no norte de Minas Gerais e na cidade de Montes Claros.

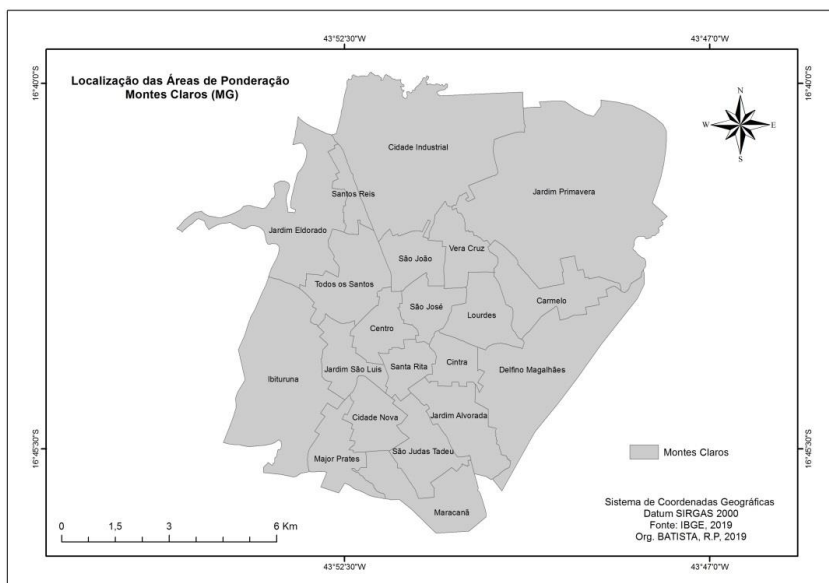
Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa documental a partir de instrumentos de gestão das cidades como o plano diretor, a lei de uso e ocupação do solo, o código de posturas e obras de Montes Claros, e o Estatuto da Cidade, para compreender como os espaços públicos são abordados na legislação.

Posteriormente, foi feita a coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – acerca das características demográficas e econômicas, e no Atlas de Desenvolvimento Humano, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – municipal e a renda per capita. Tais dados permitiram uma melhor caracterização da área de estudo.

Após a caracterização dos espaços citadinos, adotou-se a divisão intraurbana em áreas de ponderação. Tais áreas são definidas pelo IBGE como unidades geográficas constituídas a partir do agrupamento de setores censitários contíguos para a produção de informações acerca dessas áreas. Essas áreas são definidas a partir do número de domicílios permanentes e moradores, sendo que em municípios com população superior a 190 mil habitantes, cada área é composta por, no mínimo, 400 domicílios.

A cidade de Montes Claros é dividida em 22 áreas de ponderação, conforme a Figura 1. Destaca-se que estas áreas não são homogêneas, apresentando realidades internas contraditórias.

Figura 1 - Mapa de Localização das Áreas de Ponderação em Montes Claros-MG.



Fonte: IBGE, 2019. Org. Batista, 2019.

Em seguida, os locais foram predefinidos, a partir das imagens do *Google Earth*, sendo possível identificar os espaços públicos na cidade. Nas visitas aos espaços foram observados os seguintes pontos:

1. o uso que a população faz deste espaço;
2. a qualidade do mobiliário para o uso;
3. a conservação e a presença de vandalismo;
4. a iluminação;
5. a existência de equipamentos para atividade esportiva;
6. a arborização;
7. a presença de lixeiras; e
8. a presença de serviços públicos como unidades de saúde.

Pontua-se que, nos ginásios, foram observadas também as condições do entorno e a segurança para a prática esportiva, e, nas praças, se o mobiliário existente favorecia o uso e a permanência dos cidadãos nestas localidades. Foram feitos também registros fotográficos para melhor compreensão dos possíveis usos e apropriações destes espaços. O presente trabalho apresenta os resultados e as discussões acerca da realidade dos espaços públicos em Montes Claros, as contradições e suas dinâmicas de uso e apropriação.

Diante do exposto, considera-se que os espaços públicos na cidade contemporânea também estão subordinados às lógicas do capital e refletem as características socioculturais, ou seja, são impressos em tais espaços as contradições, desigualdades e pluralidades da sociedade que constrói a cidade. Considera-se que estes espaços desempenham importante papel na organização das cidades e no cotidiano dos seus habitantes, na medida em que uma parcela de suas atividades é estabelecida nestas áreas. Tais espaços são caracterizados como de lazer, de passagem, e de obtenção de renda através do trabalho informal, entre outros.

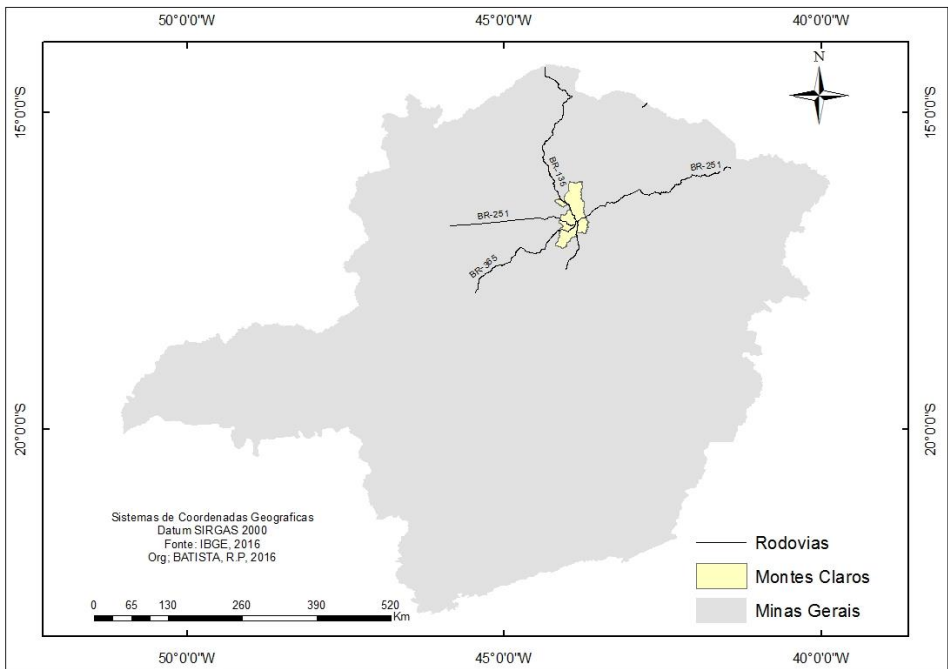
Breve caracterização da área de estudo

A porção norte de Minas Gerais apresenta características que a distingue das outras regiões do estado. Para Pereira (2004), o norte é a parte nordestina de Minas, tendo em vista suas características socioeconômicas e culturais.

O conjunto dos fatores edafo-climáticos permite classificar essa região como uma área de transição entre o domínio do cerrado, para o da caatinga. Ocorre, portanto, o predomínio do clima tropical semi-úmido [sic], como incidência de aridez em determinados trechos. (PEREIRA, 2004, p. 15).

É nesta região de características singulares que se localiza o município de Montes Claros, conforme a Figura 2, tendo como municípios limítrofes: São João da Ponte, Patis, Mirabela, Coração de Jesus, São João da Lagoa, Engenheiro Navarro, Bocaiúva, Glaucilândia, Juramento, Francisco Sá e Capitão Enéas.

Figura 2 - Mapa de Localização do Município de Montes Claros.



Fonte: IBGE, 2016. Org. BATISTA, 2016.

O município supracitado ocupa uma área de 3.600,56 km² e possui 404 mil habitantes (IBGE, 2018). Este se individualiza por ser o principal centro urbano desta região, contribuindo para isso a sua

localização geográfica privilegiada, historicamente, na rota entre as áreas de mineração e criação gado e, atualmente, como importante entroncamento rodoviário ligando o nordeste e o sudeste do Brasil.

O dinamismo econômico pode ser verificado a partir do Produto Interno Bruto - PIB, que é a soma das riquezas produzidas internamente. De acordo com o IBGE (2016), o PIB de Montes Claros somava R\$ 7.706.047,82. A Tabela 1 demonstra a participação dos setores da economia na geração de riquezas.

Tabela 1 - Participação dos setores da economia no PIB de Montes Claros, 2016.

Atividade Econômica	Valor (R\$)
Agropecuária	126.828,73
Indústria	1.571.742,29
Serviços	4.522.804,20
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1.484.672,60
TOTAL	7.706.047,82

Fonte: IBGE, 2016. Org. BATISTA, 2018.

Como pode ser inferido da tabela, as atividades referentes à indústria e aos serviços representam, quando somados, a maior parte dos valores que compõem o PIB. Para Batista (2017) a participação da indústria na economia de Montes Claro foi reduzida, porém não é insignificante, tendo em vista que representa uma parcela significativa do PIB, observado pela presença de multinacionais e diversificado parque industrial.

Aponta-se que o crescimento econômico normalmente não é trazido em melhor divisão de renda e condições igualitárias de vida.

Tal fato pode ser observado pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH¹ - e pela renda per capita dos cidadãos, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Montes Claros: Índice de Desenvolvimento Humano por município e renda per capita.

Ano	IDHM	Renda per capita
1991	0,515	327,75
2000	0,661	485,55
2010	0,770	650,62

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018. Org. BATISTA, 2018.

Os números apresentados na tabela demonstram que o desenvolvimento econômico, nem sempre está atrelado ao desenvolvimento equidade social. Também é possível inferir das informações da tabela que Montes Claros encontra-se em uma zona de médio desenvolvimento humano.

Salienta-se que o dinamismo econômico deste município provoca não somente o crescimento de sua malha urbana, mas também aumento no número de residentes, como pode observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da população de Montes Claros no período de 1991 a 2018.

Ano	População Total	População Urbana	População Urbana (%)	População Rural	População Rural (%)
1991	250.062	227.759	91,8	22.303	8,92
2000	306.947	289.947	94,21	17.764	5,7
2010	361.915	344.427	95,17	17.488	4,83
2018	404.804	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2018. Org. BATISTA, 2018.

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano tem como base a educação, renda e saúde; é também um contraponto ao PIB per capita, que considera apenas o aspecto econômico do desenvolvimento. Ver mais em www.pnud.com.

É importante pontuar que o final da década de 1960 marca a “passagem da Montes Claros agrária para a Montes Claros Urbano-Industrial.” (LEITE, 2004, p. 35). O crescimento econômico deste município não pode ser compreendido à margem da conjuntura econômica e político-social do Brasil (LEITE, 2004).

A inserção do norte de Minas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, promoveu investimentos na industrialização com a criação do Distrito Industrial e atração de novas indústrias. De acordo com Leite (2004, p. 36) “[...] Montes Claros foi a que atraiu mais investimentos, em virtude da localização geográfica, da posição de centro regional e do fato de possuir boa infraestrutura urbana”.

A presença da indústria e a criação de mais postos de trabalho atrelados ao contexto do campo, como a mecanização da produção e as secas periódicas, favoreceram a migração rural-urbana e urbano-urbana. Tal fato gerou mudanças significativas na organização do espaço urbano de Montes Claros. As transformações ocorridas neste espaço ratificam a condição de cidade-mercadoria, tendo em vista o surgimento de áreas residenciais diferenciadas, materializando processos como a segregação socioespacial².

Deste modo, considera-se que o acesso a essas áreas com melhor infraestrutura é possível mediante a renda de cada indivíduo e, assim, a cidade torna-se uma mercadoria, na qual o acesso ocorre sob a égide do capital. Montes Claros não está à margem desses processos, mas os reproduz salvaguardando suas singularidades.

Os espaços públicos na cidade de Montes Claros

A cidade é entendida como construção coletiva, sendo possível observar, em sua paisagem, a materialização das características da sociedade que a construiu. Deste modo, ela é o resultado e o reflexo das cidades que a antecederam, e, assim, uma

² Sobre a Segregação socioespacial em Montes Claros, vide: Leite (2006), Leite e Pereira (2004) e Batista (2017).

construção social e temporal. Carlos (2007) afirma que a cidade é um acumulado de cidades que existiram, ou seja, o que vemos na contemporaneidade é fruto de processo e da ação dos agentes construtores do espaço urbano.

Destaca-se que a cidade capitalista é também a cidade do cotidiano, do simbólico, do vivido e da reprodução da vida. Para Carlos (2007), pensar a cidade sob a perspectiva do cotidiano não significa negligenciar a ação do capital, mas entender que ele permeia as relações sociais e de produção.

Salienta-se que tal diferenciação não se restringe apenas à moradia, mas inserem-se nesse contexto de desigualdade e privilégios as demais esferas da vida humana. É nesta cidade, campo de lutas e jogos de interesses, que se encontra o indivíduo com seu cotidiano e necessidades para a reprodução da vida. Para Carlos (2014), é neste cenário que os espaços públicos precisam ser pensados e apropriados.

Os espaços públicos, de acordo com Bortolo; Batista e Ribeiro (2018) devem ser entendidos em toda sua amplitude e magnitude, não apenas na visão antagônica ao privado, sendo que as transformações sociais interferem nas conceituações e conteúdo do público e do privado. “No contexto do capitalismo, o espaço público é pensado pelo viés do consumo e do lucro, sendo assim, passam a ser elementos de segregação e exclusão social.” (BORTOLO; BATISTA; RIBEIRO, 2018, s/p).

A partir do exposto, ratifica-se a importância dos espaços públicos na construção e dinâmica da cidade. O espaço público urbano é o lócus da socialização e do encontro, tendo como papel secundário a construção e apropriação, a articulação e ordenamento territorial e dos diversos usos do espaço urbano. Outro aspecto a ser considerado é o de que a implantação de espaços públicos nas cidades melhora a qualidade de vida e promovem a arborização e o uso de espaços abandonados (PÉREZ, 2004).

Acerca do conceito de espaço público, Pérez (2004) diz que há diversas definições e adequações ao contexto urbano e seu desenvolvimento.

[...] la definición y tratamiento de sus espacios públicos, los cuales se han conformado a través de la historia por diversos factores endógenos e exógenos que han caracterizado el proceso de formación y desarrollo urbano y su relación con los elementos constitutivos de lo que formal y normativamente se ha definido como espacio público. (PÉREZ, 2004, p. 28).

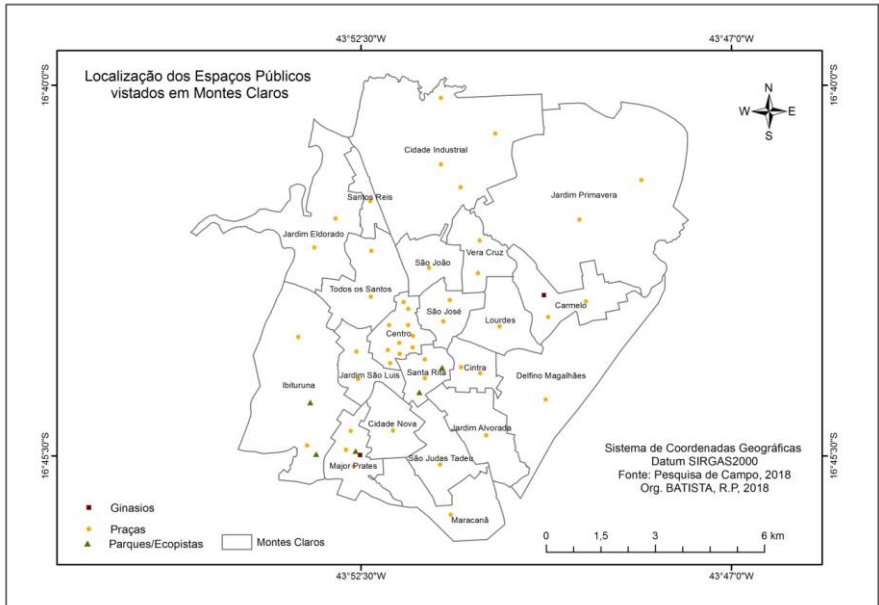
Deste modo, as características de forma e conteúdo do espaço público refletem as singularidades de cada contexto urbano. Como dito anteriormente, Montes Claros não ficou à margem desse cenário, sendo observadas em seu espaço interno as características de uma cidade mercadoria. Os espaços públicos urbanos apresentam quase sempre um *mix* de usos e formas de apropriações que, como apresentado, são permeados pelo capital.

Considera-se, então, que o espaço da cidade é produção social e coletiva. Porém, a apropriação e o acesso às urbanidades são mediados pela renda de cada cidadão, e essa dinâmica é observada também para os espaços públicos. Para Bortolo (2015), os espaços públicos nas cidades atuais permanecem como ponto de diferenciação, mas também são responsáveis pela valorização do solo, cujo status refere-se ao uso de espaços de lazer privados, como os *shoppings centers*.

A produção do espaço não deve ser somente entendida pela maneira como as pessoas requerem e têm acesso a determinados equipamentos e serviços públicos, mas por uma gama de fatores e agentes que acabam por se materializar ou se ocultar na paisagem urbana. Fez-se uma leitura das dinâmicas socioespaciais de produção, apropriação e os usos dos espaços públicos em tela. (BORTOLO, 2015, p. 6).

Desta maneira, os espaços públicos não são distribuídos aleatoriamente pelo espaço cidadão, mas em conformidade com os interesses dos diversos agentes urbanos. A Figura 3 demonstra a localização e quais espaços foram visitados durante a pesquisa.

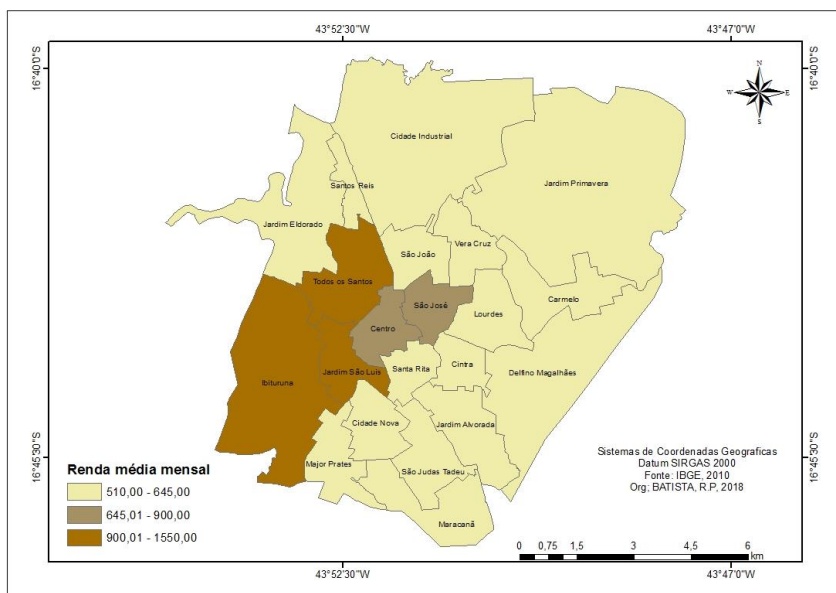
Figura 3 - Localização dos espaços públicos visitados em Montes Claros (MG).



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Org. BATISTA, 2018.

A partir do mapa, observa-se que os espaços públicos não se encontram distribuídos de modo igualitário e/ou homogêneo pelas localidades urbanas. Considera-se que a compreensão da escolha locacional destes equipamentos passa pela distribuição da renda dos indivíduos que residem em cada área de ponderação, na qual os cidadãos com maior renda ocupam as áreas com maior valor de solo (BATISTA, 2017). A espacialização da renda (Figura 4) deixa evidente que a concentração de renda, na cidade em tela, é regionalizada e, deste modo, as diferenças socioespaciais tornam-se ainda mais claras.

Figura 4 - Renda mensal média por área de ponderação em Montes Claros.



Fonte: IBGE, 2010. Org. BATISTA, 2018.

Considera-se que a compreensão da dinâmica dos espaços públicos em Montes Claros está atrelada à renda e ao valor do solo urbano. Assim, infere-se dos mapas que as áreas com maior valor de solo são aquelas com mais equipamentos e residentes de alta renda. A Área de Ponderação Cidade Industrial localiza-se na porção norte da cidade, tendo a maioria dos residentes renda média mensal entre R\$ 510,00 e R\$ 550,00. Foram visitadas quatro praças, cuja implantação e manutenção são feitas pelo município. Desta forma, ratifica-se a importância das praças para a vida cotidiana e social, além de serem entendidas como síntese da organização social e espacial dos contextos em que são inseridas, como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 - Praça na Área de Ponderação Cidade Industrial Montes Claros.



Fonte: BATISTA, 2018.

As praças localizadas nesta área de ponderação encontram-se bem arborizadas, apesar da ausência de cuidados com a jardinagem, e são bem iluminadas. Pontua-se que a falta de cuidado com o ambiente da praça e demais equipamentos fazem com que a população não crie vínculo com esse espaço e permaneça menos tempo no mesmo. Algumas praças ainda contam com igrejas católicas nas proximidades as quais fazem uso deste espaço para celebrações campais e festas de padroeiros e unidades básicas de saúde.

O Jardim Eldorado limita-se com a Área de Ponderação do Ibituruna, que, conforme a Figura 4, é destinada aos moradores de alta renda, ratificando que os conflitos que outrora se davam entre o centro (rico) e a periferia (pobre), agora ocorrem entre as áreas periféricas. As praças visitadas nesta área são usadas pela comunidade, muitas vezes ligadas a atividades esportivas e religiosas (Figura 6).

As praças possuem mobiliário como bancos e mesas bem cuidados, arborização, lixeiras. São bem arborizadas e iluminadas, o que favorece a permanência e o uso do espaço. Desta forma, concorda-se com Silva; Silva e Lopes (2009, p. 65), que

o mobiliário urbano em espaços públicos passou a ser introduzido em resposta às necessidades sociais urbanas e técnicas, com isso, as praças passaram a ter um destaque na socialização urbana, devido ao seu mobiliário e equipamentos urbanos.

Figura 6 - Praças na Área de Ponderação do Jardim Eldorado.



Fonte: BATISTA, 2018.

A Área de Ponderação Ibituruna, como pode ser inferido dos mapas, é ocupada por moradores com alto poder aquisitivo e, de acordo com Batista (2017), é uma das áreas com maior valor de solo urbano, sendo escolhida pelo mercado imobiliário como área para implantação dos espaços residenciais fechados de alto luxo. Salienta-se que a valorização desta área também está ligada a atrativos ambientais como a Serra do Mel e aos parques urbanos, o que favorece maior conforto térmico.

O Parque Sapucaia localizado nesta Área de Ponderação, esteve fechado para reforma e melhorias dos equipamentos internos durante a pesquisa. O Parque Sagarana (Figura 7) revitalizado no ano de 2018, além de ser uma área de preservação, é usado pela população para práticas esportivas.

Figura 7 - Parque Municipal Sagarana - Área de Ponderação do Ibituruna.



Fonte: BATISTA, 2018.

A Área de Ponderação do Major Prates, de acordo com França (2006) é entendida como um subcentro; deste modo apresenta uma dinâmica peculiar que a singulariza em relação às demais áreas de ponderação. Nesta área encontram-se, além das praças, o Parque Municipal Milton Prates e o Zoológico Municipal (que atualmente está desativado). De acordo com a Figura 8, as praças estavam bem arborizadas, iluminadas, com mobiliário bem conservado, possibilitando um *mix* de usos tanto para esportes quanto para atividades culturais e religiosas. Estes espaços ainda abrigam unidades de saúde e policiais.

Figura 8 - Praça na Área de Ponderação Major Prates.

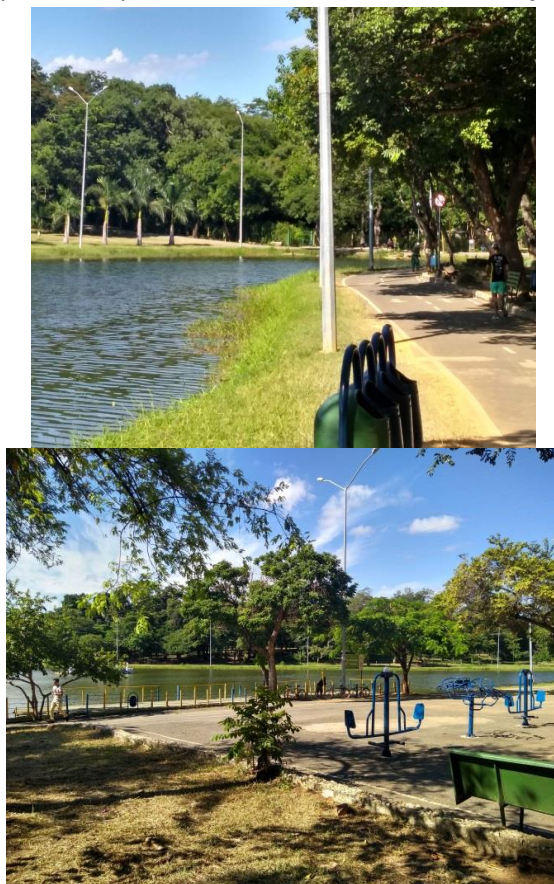


Fonte: BATISTA, 2018.

O Parque Municipal Milton Prates (Figura 9), implantado no ano de 1969 pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, possui aproximadamente 200 mil metros quadrados. Abriga uma lagoa, árvores de variadas espécies, pequenos mamíferos, aves e peixes, uma academia ao ar livre, restaurantes, banheiros, pista para caminhada e o Ginásio Poliesportivo Ana Lopes.

A partir da breve exposição acerca dos espaços públicos na cidade de Montes Claros, considera-se que o acesso à cidade e às suas urbanidades são mediados pela renda de cada indivíduo.

Figura 9 - Parque Municipal Milton Prates - Área de Ponderação Major Prates.



Fonte: BATISTA, 2018.

Considerações finais

As cidades são entendidas, nesse trabalho, como resultado e reflexo da sociedade que cotidianamente a constrói, materializando suas características em sua paisagem e organização espacial. A cidade, no contexto capitalista, é simultaneamente campo de lutas e de reprodução do capital, mas também da vida cotidiana, das relações e encontros. Assim, uma sociedade capitalista produz uma cidade com as mesmas contradições e desigualdades observadas também nas condições de uso e localização dos espaços públicos.

Os espaços públicos inseridos dentro da cidade como lugar do encontro entre os diferentes grupos urbanos devem ser analisados para além da dicotomia públicos e privados. A compreensão do espaço público na cidade atual passa pela apreensão da sua característica de “possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de copresença dos diferentes grupos sociais” que favorece com que as pessoas compartilhem o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente. (SOBARZO, 2006, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, entretanto impessoal.

Os espaços públicos na cidade de Montes Claros são também inseridos na ótica do encontro e do capital, sendo normalmente apropriados pelo mercado imobiliário como mecanismo de valorização do solo urbano. Deste modo, pontua-se que o acesso a estes espaços, bem como as melhores condições, relaciona-se com a renda dos indivíduos residentes nestas localidades.

Por fim, ratifica-se que a organização espacial da cidade e os espaços públicos estão inseridos na dinâmica de reprodução e acumulação do capital.

Referências

BATISTA, R. P. **Segregação Socioespacial e Paisagem Urbana: um estudo da cidade de Montes Claros (MG)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

BORTOLO, C. A. de; BATISTA, R. P.; RIBEIRO, B. S. **Espaços públicos e paisagem urbana: breves apontamentos sobre uso e apropriações das praças**. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros, 2018.

BORTOLO, C. A. de. **A Dinâmica dos Espaços Públicos de Lazer em Cidades da Aglomeração Urbana de Londrina – PR**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. FFLCH, São Paulo, 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do Espaço Intra-urbano de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2008.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros – Minas Gerais**. 2006, 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Área de concentração em geografia e gestão do território - Instituto de Geografia, Uberlândia, 2006.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. *In*: PEREIRA, A. M. e ALMEIDA, M. I. S. de (org). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, p. 33-51, 2004.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: *Centrifugation* e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 35-54, dezembro, 2008.

MIÑO SOBARZO, O. A. **Os Espaços da Sociabilidade Segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2005.

PEREIRA, A. M. A urbanização no sertão norte - mineiro: Algumas Reflexões. *In*: PEREIRA, A. M e ALMEIDA, M. I. S de (org.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 130.

PÉREZ, E. H. Percepción del espacio público. **Revista Bitacora, urbano/territorial**, n. 8, p. 27-31, 2004.

SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R.; LOPES, J. B. Aspectos relacionados ao uso e apropriação das praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanências. **R. RAEGA – UFPF**. Curitiba, p. 59-78, 2009.

A SOCIABILIDADE E A SOMBRA: APROPRIAÇÃO NO COTIDIANO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

*Lucas Guimarães Cavalcante de Assis
Carlos Alexandre de Bortolo*

Introdução

O presente estudo se encarrega de traçar relação entre uma possível sociabilidade através da sombra. Assim, estudar a relação da apropriação dos espaços públicos urbanos como o lugar onde a vida acontece. Essa escala de análise permite conectar pontos que fazem do espaço público urbano um lugar propício para a interação social, mesmo que em espaços coparticipados unicamente em um interesse curioso: compartilhar o perímetro de sombra que se projeta na calçada por meio de algum mobiliário urbano, da arborização ou de algum elemento construído.

Ou seja, em quaisquer que sejam os contextos urbanos que envolvam essa cena do agrupamento promovido pela sombra (geralmente visando o alívio às altas temperaturas), pode-se investigar a existência da prática social.

Não é difícil perceber a aproximação das pessoas em espaços que possuem alguma sombra notável. Isso pode acontecer, por exemplo, no compartilhamento da silhueta de uma árvore projetada ao chão e, mesmo que não haja intenção em criar vínculos, o contexto permite que se possa interagir com outros usuários daquele espaço, sem sequer notar que o propulsor dessa sociabilidade tenha sido de fato a sombra.

De acordo com Sobarzo (2006), é importante que haja encontros impessoais e anônimos, e, mesmo nesse último caso, existe sociabilidade; assim também há a copresença de diferentes grupos sociais, impulsionando a possibilidade de dividir o mesmo território com outras pessoas, tendo ou não a intenção de conhecê-las em profundidade.

Por esse pensamento, entende-se que este tipo de sociabilidade incitada pela sombra pode ser espontânea ou intencional, tanto na ação premeditada de encontrar-se com o outro sob um sombreamento quanto no partilhamento voluntário com algum desconhecido, em um espaço sombreado, quando observa-se sociabilidade e copresença.

Para Azevedo (2013), os indivíduos produzem e reproduzem o espaço através da prática social. Isso se fortalece no espaço dissolvido em prática socioespacial. Pelo cenário que envolve o contexto de intercâmbios no espaço público, entende-se que “a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com simples produto material” (LEFEBVRE, 2001, p. 46), tal é a complexidade do estudo de contextos como este. Esta arte pode ser promulgada pela ação dos acontecimentos na cena urbana, tornando o cidadão o espectro ativo dessa produção espacial por meio do contato com o outro.

A produção do espaço público urbano está posta para discussão, pois suscita, também, que a interação social é um modo de reprodução da vida e, por consequência, do espaço que é urbano. Será levantado em análise o que de fato consiste cada uma dessas abordagens: como se dialoga com o contexto de uso/apropriação dos espaços no cotidiano, o fator sombra como promotor de sociabilidade e as pessoas como agentes da prática social que se remodela em alguns lugares decorrente das altas temperaturas.

A categoria Espaço

A literatura geográfica define, em sua ciência, a categoria espaço sob olhares que serão trazidos de forma breve a este estudo. Através de alguns conceitos, é possível analisar o objetivo principal deste artigo: examinar a sociabilidade e a sombra conectadas na cena urbana. É importante levantar estudos para se caminhar ao assunto que é foco deste trabalho, a fim de entender o macro da questão que abarca, principalmente, o espaço e o comportamento de seus cidadãos

Desde o princípio do pensamento geográfico acerca do que é o espaço, já se apontavam algumas discussões e proposições sobre essa pauta. Apesar de não ter sido considerado um conceito-chave nos

primórdios da geografia tradicional, Moreira (2007) aponta que se consubstanciou esse conceito no entendimento das condições de trabalho, naturais ou socialmente produzidas, geradoras do “espaço vital”, o que traz, ainda preliminarmente, o princípio do pensar o espaço aliado às relações entre pessoas.

Adiante na linha do tempo, Lefebvre (1976) defende que o espaço não é um objeto, ou a soma de objetos, ou mercadoria, ou um instrumento de produção e intercâmbio; o espaço estaria essencialmente vinculado à reprodução das relações (sociais) de produção. Santos (1985) encara o espaço como um fator social e não um reflexo social, levando em conta que produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes. Para este último autor, o espaço deve ser estudado em quatro tocantes, sendo elas: 1) a forma, o aspecto visível de uma coisa; 2) a função, que sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; 3) a estrutura, implicando na interrelação de todas as partes de um todo, o modo de organização da construção; e, por fim, 4) o processo, que pode ser definido como uma ação contínua desenvolvida em direção a um resultado qualquer que influencia o conceito de tempo (continuidade) e de mudança. Esses quatro pontos, considerados em conjunto, constroem maneiras de se discutir os fenômenos espaciais em sua base teórica e metodológica.

Além disso, é possível apontar a preocupação de Santos (1997) com a união espaço-tempo e com o papel do lugar nas preocupações dos geógrafos. Dessa forma, a cena que se constrói para análise neste estudo, pode se estabelecer nos quatro tópicos apontados por Santos (1985), entendendo que há um aspecto físico que é dado na cidade; uma função não intencional dessa estrutura que fabrica sombreamento nos pátios urbanos; uma estrutura que conecta pessoa(s) no plano físico; e o processo que é o ímpeto dessas pessoas que se unem ao se assombraem nos pontos urbanos.

Outro ponto para explicar esta categoria geográfica é o de Moreira (2007), que, ao contrário do que afirma Lefebvre, aponta existir o objeto e os objetivos da Geografia. O objeto consiste no espaço, e os objetivos no conhecimento da natureza, das leis, do movimento e da formação econômico-social do espaço. Ele defende

que o espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da Geografia, examinando o espaço como produto social. O caráter social decorre do simples fato de que as pessoas têm fome, sede, frio e necessidades diversas. Diante disso, o autor supracitado correlaciona que se pode acompanhar os processos e os estágios de acontecimentos das formações espaciais, enquanto estágios diferentes da relação homem-meio.

Espaço público urbano

As questões que conduzem o entendimento teórico e a análise que insere o espaço público urbano enfatizam conexões do indivíduo com o cenário da cidade e, sobre isso, é importante ressaltar que:

O espaço público tem sua base teórico-metodológica na produção do espaço urbano: a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço construído e modificado, no dia-a-dia [sic], nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando a cotidianidade. (SOBARZO, 2006, p. 94).

É no espaço público que as relações ganham força, que acontece a esfera da sociabilidade, e isso promove, por assim ser, o uso do espaço com seu intuito genuíno de promover as relações humanas, reafirmando também a civilidade como norma que rege as boas relações. Gomes (2002) aponta o espaço público como o lugar das indiferenças, pois é onde as proximidades sociais, os jogos de status, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade na contemplação do mesmo espaço. Assim, o que se entende desse espaço é traduzido em democracia e respeito: pessoas convivendo com pessoas, descobrindo a sociabilidade e compartilhando espaço, presença, relação – por mais passageira que esta seja.

O espaço público urbano ressignifica, para esta análise, um termo cunhado na ciência da língua portuguesa conhecido como a função fática da linguagem. Ele expressa a comunicação oral que produz interação social entre pessoas em pequenos diálogos que são falas do cotidiano. Desde um cumprimento até uma pergunta corriqueira que não exige, em se tratando de pessoas desconhecidas, compulsão em interação ou contato mais profundo. Nesse sentido, pode-se chamar também de linguagem fática o enredo de sociabilidade no urbano. Dessa maneira, o contato no contexto cotidiano, se interessa em canalizar não apenas a fala, mas o fato das pessoas dividirem um mesmo espaço com outras, tendo como gatilho o sombreamento em lugares da cidade para incentivo e contato de copresença. Assim, a função fática se realiza no urbano, no simples fato de compartilhar o mesmo espaço para o eu e para o outro.

O ideal moderno de vida pública urbana é visto no espaço público atual “nas ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença dos diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se.” (SOBARZO, 2006, p. 94). Mas, entre as variáveis do roteiro não programado desse contexto, o que se tem ainda é a negação desse ideal tido por Sobarzo (2006) que, em contrapartida, também evidencia a desigualdade e a segregação, tomando-os como valores estruturantes. Embora isso não signifique a morte do espaço público, se tem aqui a transformação de um tipo de espaço para outro; o espaço contraditório de realidades e acontecimentos.

Seguindo a linha de raciocínio do autor supracitado, é possível analisar as proposições que Carlos (2001, p. 12) faz a respeito da análise do processo de produção do espaço urbano. Isso requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, tidos em três níveis de análise de produção do espaço (dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana), os quais podem ser lidos no espaço público, segundo Sobarzo (2006), como a dominação política, analisada do ponto de vista das ações do poder municipal e das elites na produção dos espaços públicos e das indefinições que, nesse agir, se indicam na defesa dos interesses públicos e privados. O autor coloca ainda que

A acumulação do capital é abordada pelo surgimento de novos produtos imobiliários que aumentam a reprodução e a circulação do capital [...] apresentando a cidade ou parte dela na embalagem de um novo produto a ser comprado e/ou consumido, mas que também questionam diretamente a relação entre o público e o privado. (SOBARZO, 2006, p. 95).

O que compõe a presente investigação cunha estudar a realização da vida humana e, portanto, se trata das relações socioespaciais produzidas pelo uso e pelas práticas cotidianas que contemplam o plano do vivido que constroem paridade e sentimento de pertencimento. Sobarzo (2006) defende que a apropriação e produção desses espaços pelo uso e pelas relações podem ser observadas na horizontalidade, como sendo uma metáfora de trajetória no espaço de pessoas que “constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentido ao (no) espaço público.” (SOBARZO, 2006). O simples fato de estar à espera de um ônibus e dividir um perímetro sombreado na calçada revela a realização socioespacial sendo posta em ação, promovendo assim, o uso do espaço público urbano e o impulso à copresença através do cotidiano.

Santos (1997) tece sobre essas horizontalidades como sendo tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade: assim se dá o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista, e, ao mesmo tempo, o lugar da cegueira e da descoberta do favor e da revolta. Existe, dessa forma, contradição na fotografia do urbano, mas também há democracia e pluralidade na relação de intercâmbio diário dos costumes das pessoas: existe apropriação e a construção de identidade - principalmente a coletiva - entre os usuários.

O lugar da apropriação no espaço do cotidiano

O cotidiano monta estímulo para os acontecimentos se desencadearem e transforma o espaço urbano em possível cena de apropriação, por meio do uso na realização da vida em sociedade. Eles

também podem denotar a insegurança, a negação de determinados locais e a preferência por outros – o que anuncia vínculo de identidade nas cidades. Enfim, deflagra-se o cotidiano; denunciam-se as nuances urbanas. Em definição, Lefebvre (1975) diz que há a apropriação como finalidade da vida social e a contrapõe à dominação. Mas, além das percepções já levantadas, “o cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades.” (CARLOS, 2007a).

A produção do espaço através do cotidiano e suas contradições são postas por Carlos (2007) quando afirma que:

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. (CARLOS, 2007, p. 20).

As pessoas e suas maneiras de se apropriarem do espaço passam racionalidades planejadas e dominantes que tentam se impor na cidade. A apropriação está diretamente ligada ao uso que o indivíduo dá ao espaço e como ele transforma ou se adapta a ele: “(...) o espaço da apropriação é o espaço do usuário, o espaço do vivido. A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vivididos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras).” (SOBARZO, 2006). Assim, são diversas as teias que constroem relação do indivíduo com um determinado local.

Certeau (2003, *apud* Sobarzo, 2006) aponta as maneiras de fazer cotidianas como características de dinâmica e criatividade que constituem as práticas pelas quais os usuários se reapropriam no espaço esquadrihado pelas técnicas de produção sociocultural. Sobre isso, a temática traz outro ponto à discussão:

A relação entre as ‘maneiras de fazer’ e o surgimento de ‘uma outra espacialidade’ ligada à ‘experiência antropológica, poética ou mítica do espaço’, que podemos resumir como apropriação do espaço no cotidiano, conduz as nossas reflexões ao conceito de lugar. Como Certeau (2003) especifica: ‘o espaço é um lugar praticado.’ Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada pelos pedestres. (SOBARZO, 2006, p. 104).

Dessa forma, propõe-se levar em consideração as relações que as pessoas estabelecem com o espaço no plano do vivido. Essa perspectiva do lugar permite que se faça uma leitura ligada às formas de interação das pessoas com um espaço que lhes permita estabelecer vínculos de identidade, onde a apropriação desse espaço se efetive. “O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos e de seus moradores; é o bairro, é a praça é a rua.” (CARLOS, 2007, p. 17). Sendo assim, o lugar está ligado ao campo afetivo que produz, nesse contexto, um elo entre o indivíduo e o lugar onde ele depositou alguma memória ou identidade.

Carlos (2007, p. 34) defende que “as relações com o lugar se determinam no cotidiano para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro; a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo”. O espaço público é cena para o intercâmbio de diferentes tipos, grupos, etnias, classes sociais; é a troca de copresença entre públicos distintos dividindo experiências no mesmo lugar, trazidos até ali por motivos diversos que os impulsionaram a apropriarem-se daquele espaço. O lugar é a conotação passiva do sentimento de pertencimento que dá razão à ocupação de algum espaço na cidade.

Sociabilidade e a sombra

É possível notar que, no desenvolver e no caminhar da vida nos espaços públicos da cidade, as espontaneidades das relações no espaço se evidenciam de maneiras curiosas. As interações espontâneas ou intencionais, por razões diversas na rotina de cada

um, despertam atribuições fáticas de ligação entre o eu e o outro. Nesse sentido, é possível que, mesmo não havendo nenhuma ligação, se possa dividir espaços de estreita aproximação com algum desconhecido na rua, na calçada, na praça, ou onde se estiver. Sobarzo (2006) afirma que se atribui possibilidades de encontros impessoais e anônimos e de copresença dos diferentes tipos de grupos sociais. Para esta análise, a sombra é o motivo que aproxima pessoas em contextos aleatórios de cotidianidade. Para ele, esses encontros devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem compulsão por conhecê-las em profundidade.

Na cidade não é difícil perceber que, em altas temperaturas, haja agrupamentos de pessoas no cenário urbano, o que permite que estas dividam o mesmo perímetro de sombra. As imagens capturadas para o presente estudo retratam a cidade de Montes Claros (MG), mas representam casos que poderiam ser identificados em muitos outros lugares Brasil afora. A proximidade - intencional ou espontânea - pode também ser vista (Figura 1) como “as possibilidades que os espaços públicos sempre ofereceram para o encontro, a fala, os olhares, os passos, a discussão, em resumo, para a sociabilidade.” (SOBARZO, 2006).

Figura 1 - Encontro espontâneo em calçada.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Segundo Lynch (1991), os espaços abertos públicos (ruas, praças e parques) são espaços destinados à acessibilidade pública,

desenhados, construídos ou apropriados para a realização de atividades funcionais, sociais ou de recreação. E é através de manifestações comportamentais como a circulação, comércio, passeio, recreação, contato com a natureza, sociabilidade, entre outros, que ocorre a apropriação desses espaços e, por consequência, da cidade.

É estabelecida uma relação entre a função fática da linguagem conectando, pelos primeiros contatos, usuários em cenas do urbano. Dessa forma, um simples “bom dia” pode ser a faísca para acalorar a prática social. Contudo, a sociabilidade acontece não apenas quando há contato verbal direto com o outro, mas o simples fato de compartilhar espaços em copresença (essa também é uma forma de realização da vida humana em sociedade) é dado também como a propulsão do encontro e da prática social. A função fática que se adota para a abordagem deste estudo se traduz no tímido e despretensioso contato de proximidade com o outro, que divide um mesmo espaço urbano com você, por exemplo.

Seja pela copa das árvores, pelos abrigos de ônibus, pela projeção dos edifícios ou até por um poste que desenhe a silhueta de sua sombra no chão, essas cenas são vistas na cidade e nem sempre problematizadas como o impulso à sociabilidade ou à copresença.

Figura 2 - Sociabilidade espontânea na sombra
(Unimontes, Montes Claros – MG).



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Esse fator, sombra, pode ser visto como um fato espontâneo (figuras 1 e 2) ou até como um fato intencional (Figura 3), mas tendo como produto, independentemente do caso, a apropriação do espaço público e, assim, a promoção da prática social de diferentes pessoas e grupos ao estabelecer encontros.

Figura 3 - Sociabilidade provocada pela sombra por falta de espaço adequado e mobiliário urbano (Rua Santa Maria, Bairro Todos os Santos, Montes Claros – MG).



Fonte: acervo pessoal, 2018.

É possível notar, na Figura 2, que houve um encontro promovido pela sombra e, ainda, que provocou-se a utilização do mobiliário urbano no espaço público. Assim, se corrobora os anseios da prática social, aqui colocados, como propulsores do encontro (espontâneo ou provocado) que encena a vida no espaço público urbano. E, mais uma vez, “a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar.” (CARLOS, 2007, p. 20).

Em ambas as situações, a sombra conecta ao encontro, à “maneira de fazer” no cotidiano como forma de apropriar e ocupar o espaço público urbano. Mesmo em situações adversas em que não haja mobiliário ou ambiente adequado (Figura 3), o usuário reinventa a oportunidade para repousar ou ocupar um espaço que ofereça

sombra. É possível ler em cenas como essas vistas nas imagens, aquilo que se apontou e investigou aqui através dos autores e estudiosos dos espaços públicos urbanos - sobre a apropriação e o uso - e da sociabilidade, no ínterim entre a sombra e a prática social.

Pode-se notar, no dia a dia, gatilhos e condicionantes para esses acontecimentos que conduzem o transeunte a se direcionar ao sombreamento. É possível que o usuário faça uma releitura do local dependendo de onde haja sombra. Na Figura 4 é possível perceber que as pessoas se direcionam para um lado da rua oposto ao abrigo de ônibus justamente pela incidência de sol que, naquele momento do dia, se projeta com mais intensidade. Assim, o que se nota na imagem é que algumas pessoas se reorganizam do outro lado da rua e algumas ainda disputam a silhueta de sombra vinda do poste. A copresença e a prática social saltam à cena e denotam que, espontânea ou intencionalmente, há aproximação entre as pessoas no contexto urbano.

Figura 4 - Sombras que se projetam nos espaços públicos e desafiam a prática social.



Fonte: acervo pessoal, 2018.

A sombra produz e impulsiona, no espaço, o intercâmbio, a sociabilidade, a copresença e a apropriação dos lugares na cidade. A sombra é, sobretudo, o descanso no encontro e o cenário da prática social.

Considerações finais

As dinâmicas levantadas aqui representam parte da teia que engloba os acontecimentos cotidianos, que impulsionam sociabilidade. A sombra é tida como um ponto propulsor neste estudo. É possível identificar, através dela, a existência de prática social espontânea ou intencional no cenário urbano e, ainda, o inconsciente dessas ações em meio aos acontecimentos diários.

Assim como as pessoas estabelecem a função fática da linguagem corriqueira do dia a dia, o espaço também congrega a função fática da prática social em forma de encontro e copresença na participação dos espaços públicos na/da cidade – em especial aqueles locais sombreados.

Não se pode ignorar, principalmente em cidades com altas temperaturas durante boa parte do ano, que os espaços públicos necessitem contemplar lugares com sombra para que eles sejam usados ou apropriados no cotidiano de suas funções. Assim, o usuário procura por descanso e encontra outros usuários do espaço. Esse conector, que é a sombra, ilustra a cena da cidade, inserindo vida e sociabilidade na paisagem urbana. É a forma discreta - que, às vezes, pode passar despercebida - de entender a maneira como as pessoas se atraem às praças, aos parques, às ruas. Discreta porque o que se procura, no ímpeto, é a sombra como oferta de alívio às altas temperaturas e, por consequência, o que se imprime é um espaço sendo apropriado e produzindo vitalidade urbana.

É possível dizer que a sombra desenha, junto a outros fatores, o design e pensamento do projeto urbano, as fibras que conectam as pessoas à sociabilidade nos espaços públicos da cidade, já que o cotidiano é “(...) o espaço da apropriação, é o espaço do usuário, o espaço do vivido. A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras).” (SOBARZO, 2006).
Embaixo de cada sombra vive uma possibilidade de encontro.

Referências

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. **O espaço público em cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira-SP**. 2013. 279 f. Tese - (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Península, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad II**. Barcelona: Península, 1976.

LYNCH, Kevin. **City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch**. Massachusetts: MIT Press, 1991.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

NORRIS, Christopher. **Epistemologia: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed editora, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico**. Espaço e Método, v. 5, 1985.

SOBARZO, Oscar. **A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação**. GEOUSP – Espaço e Tempo, n. 19, 2006.

UMA ANÁLISE NOS MODOS DE USO E APROPRIAÇÃO NOS PARQUES URBANOS MONTES-CLARENSES³

*Maria Vitória Xavier Dias Rocha
Anete Marília Pereira
Carlos Alexandre de Bortolo*

Introdução

Os espaços públicos abrigam misturas sociais com distintos segmentos, interesses e expectativas. O espaço público da cidade contemporânea reflete as modificações pelas quais as estruturas econômica e espacial das cidades têm passado ao longo dos anos. Atentando-se às diferentes dimensões, escalas e conceitos do espaço público, este capítulo analisará parques urbanos, com ênfase em seus distintos usos e funções, bem como as práticas sociais, culturais e econômicas que neles ocorrem. Diante das mudanças e tendências das cidades contemporâneas, e de seus espaços urbanos, entende-se a relevância dessa discussão para compreensão dos aspectos que influenciam na vitalidade ou no desuso dos parques urbanos públicos, e o modo como a população interage e se apropria das vivências urbanas.

O estudo tem como objeto os parques urbanos: Parque Municipal Milton Prates, Parque das Mangueiras e Parque Municipal Sagarana, localizados na cidade de Montes Claros/MG⁴. Para análise e discussão dos resultados, os parques foram divididos por setores quanto aos usos (atividades) e apropriações semelhantes, a fim de melhor representar as atividades realizadas.

³ Esse trabalho é resultado parcial da reflexão iniciada na dissertação de Rocha (2020), intitulada “Usos e significados dos espaços públicos contemporâneos: uma análise dos parques urbanos em Montes Claros/MG”, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

⁴ Para análise empírica dos objetos, utilizou-se dos métodos de observação livre (TRIVIÑOS, 1987) e, para coleta de dados, a entrevista semiestruturada, realizada durante todo o mês de outubro/2019 nos três espaços.

A produção do parque urbano na cidade contemporânea

Os parques públicos urbanos, originados no século XIX, eram locais de qualidade em meio aos males da civilização industrial e tiveram grande utilidade para os reformadores da época, que buscaram tornar a cidade bela e higienizada para seus habitantes. No século XX, os parques passaram a ter novas funções, como, por exemplo, esportivas, conservação ecológica, lazer com brinquedos mecânicos e eletrônicos, e parques temáticos. Entretanto, perseverou a originária função do lazer contemplativo. Por conseguinte, os parques se tornaram elementos característicos da cidade moderna e estão em constantes transformações (MACEDO; SAKATA, 2010).

No Brasil, os parques urbanos surgiram com a vinda da família real em 1808 para a então capital do país, Rio de Janeiro, que à época acabou passando por reestruturações e modernizações. Os parques, no país, foram concebidos para as elites emergentes, e somente nas últimas duas décadas do século XX eles se constituíram em interesse político-social, expandindo os usos para a classe trabalhadora (MACEDO; SAKATA, 2010).

Após distintas transformações, o parque urbano atualmente se apresenta como:

[...] figura urbana híbrida que resultou na fusão dos conceitos de parque urbano, destinado à recreação de massa, com o parque natural, destinado à conservação ambiental. Da fusão desses conceitos surgiram parques como grandes reservas no meio urbano; pequenos bosques em áreas periféricas e parques lineares de beira de rio. [...] Esta associação é uma estratégia economicamente racional e desejável, que contribuiu com a viabilização e a existência de espaços para a fruição social, ao mesmo tempo em que protege os recursos naturais – bosque, rio, praia, pedra ou vista da paisagem. (SAKATA, 2018, p. 86).

Por se tratarem de amenidades, os parques colaboram para a valorização do solo urbano, recebendo intervenções seletivas e, por

assim dizer, discriminatórias no cenário da cidade contemporânea. Na trama do “direito à cidade”, presencia-se a falta de espaços livres públicos na periferia urbana⁵, dificultando o acesso da população a mais opções de lazer e de vivências cotidianas. Assim, muito embora tenha ocorrido um aumento expressivo dos parques urbanos em diversas cidades, os equipamentos urbanos que detêm melhor infraestrutura estão localizados em áreas centrais ou nos bairros da classe média alta (MACEDO *et al.*, 2018).

A localização privilegiada e a má distribuição desses equipamentos urbanos na cidade contemporânea expõem as fragilidades de um sistema desigual que não proporciona espaços de vivências e sociabilidade para seus habitantes na periferia urbana. Destarte, a acessibilidade e a localização/distribuição dos espaços públicos na cidade contemporânea tornam-se importantes para a discussão, tendo em vista que esses fatores modificam a apropriação e percepção dos seus usuários sobre o espaço.

Práticas espaciais e apropriações nos parques urbanos

O uso do espaço se realiza enquanto modo de apropriação, isto é, a atividade humana que envolve o corpo, os sentidos, as vontades, as sensibilidades e os sonhos (CARLOS, 2011). Através de suas práticas espaciais e táticas de representações, os cidadãos forjam suas próprias lógicas de apropriações no espaço, desde os caminhos criados nos gramados e trilhas espontâneas, bancos disputados ou ignorados, e subversões que, fugindo às normas de conduta, fazem usos imprevisíveis desse espaço. Assim, a apropriação da forma pode ser interpretada como uma maneira de se contrapor ao discurso dos agentes políticos e dos técnicos que promovem a paisagem, pois a história e a vida cotidiana do parque se revelarão nos modos de apropriação do espaço (SERPA, 2007).

A partir dessas práticas espaciais, os usuários vão constituindo suas relações socioespaciais com o lugar, processo esse que faz com que se sintam identificados ou pertencentes ao meio, resultando em

⁵ Entende-se periferia urbana como áreas deficientes em infraestrutura e equipamentos de serviços, ocorrendo principalmente a reprodução socioespacial de populações de baixa renda e com baixa escolaridade (SERPA, 2010).

uma interação dialética pessoa-ambiente, de maneira que: “Pela apropriação, o sujeito sente que de alguma forma está ligado ao lugar, e que este lhe pertence, mesmo que dele não tenha a posse legal.” (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006, p. 145).

Nos parques urbanos da cidade contemporânea são encontradas distintas formas de práticas espaciais e vivências urbanas, diferenciadas muitas vezes por uma análise cultural que é interpretada e ressignificada em consonância com cada realidade socioespacial. Assim, a percepção da cidade e de seus espaços varia de acordo com os filtros sociais, individuais e culturais. Compreendendo que os filtros individuais são movidos pelas motivações e interesses dos indivíduos, estando esses relacionados com a realidade cultural em que cada um está inserido, introduzem-se as contribuições de Bourdieu (2003) com o conceito de *habitus*, explorados nas análises de usos e apropriações dos espaços urbanos.

Conforme Bourdieu (2003), a cultura exerce uma influência na condição de vida das pessoas. O *habitus* é uma pré-condição social e cultural do indivíduo ao apreciar diferentes práticas que são materializadas pelo estilo de vida e leva em consideração a integração de estruturas sociais definidas pelos campos.

Embora o parque seja um espaço público aberto a toda a população, há barreiras simbólicas que produzem uma distância social, transformando-se em um produto para um tipo específico de público: as classes médias. Essas barreiras, a formação dos microterritórios e a segregação no espaço público, possuem uma dialética entre os capitais cultural e econômico que, por sua vez, desvendam os modos de consumo no/do espaço público (SERPA, 2013).

O parque urbano dos microterritórios é uma justaposição de espaços privatizados simbolicamente, dividido por diferentes grupos que não interagem entre si. Outra forma de apropriação nos espaços públicos urbanos é a apropriação seletiva diferencial⁶; isto é, uma maneira de apropriação entre iguais e que detêm o mesmo *habitus*, a exemplo:

⁶ Ver mais em Serpa (2013).

Há parques bem tratados que apresentam alternância de uso pela população: alta renda do entorno primordialmente em dias da semana, e baixa renda de bairros distantes nos finais de semana, como parque Ibirapuera em São Paulo, ou parque da Jaqueira em Recife. (MACEDO *et al.*, 2018, p. 46).

Assim, o espaço público, que recebe uma diversidade de indivíduos com suas distintas representações culturais, também se inscreve no contexto de dispersão e fragmentação dos sujeitos e das práticas espaciais, de maneira que “os diferentes estilos de vida na cultura contemporânea estão carregados de abstenções no convívio com o outro.” (LEITE, 2009, p. 198).

Em vista do exposto, buscou-se ampliar o estudo dos usos e apropriações dos usuários no parque urbano, assim como o seu papel na cidade contemporânea, realizando assim uma análise do cotidiano desses objetos.

Distribuição socioespacial dos parques urbanos na cidade de Montes Claros

Os parques urbanos estão localizados na cidade média Montes Claros (Figura 1), situada na mesorregião Norte de Minas (LEITE; PEREIRA, 2008). Conforme o último censo do IBGE (2010), a população do município era de 361.915 habitantes, sendo o 6º mais populoso do estado⁷. A cidade fica a 424 km da capital mineira, Belo Horizonte.

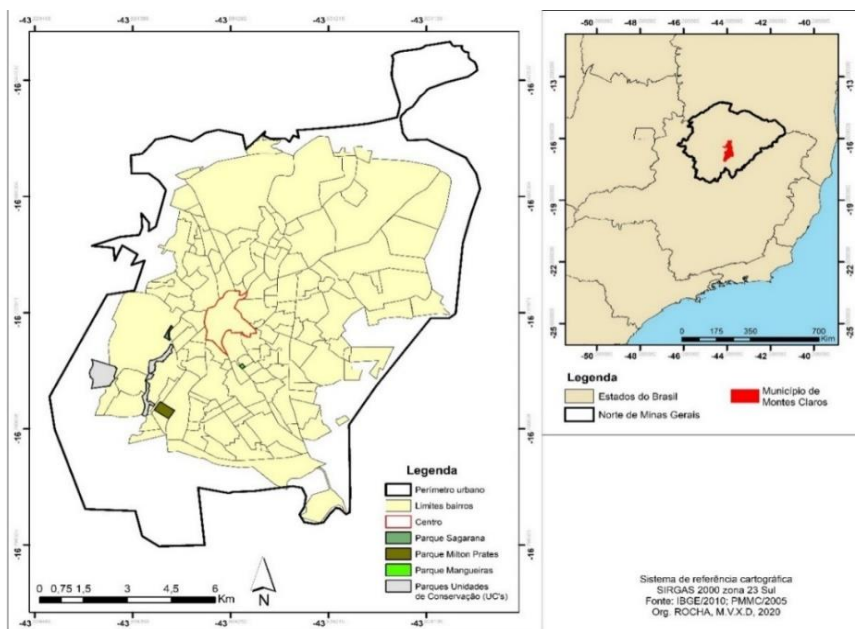
Os parques montes-clarenses compõem o quadro de áreas verdes da cidade, sendo caracterizados conforme suas funcionalidades. Em estudos atuais de parques urbanos são elementos importantes a serem avaliados: a sua localização, a imagem social que é produzida e a propagada. Esses aspectos, junto com o desenho

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9112&t=resultados>. Acesso em: 10 ago. 2020.

arquitetônico e o programa de atividades, vão influenciar no uso destes espaços (GOMES, 2018).

Assim como em outras cidades brasileiras, Montes Claros passou por um acelerado processo de urbanização nas décadas de 1970-1980, ocorrendo o crescimento de sua periferia que resultou em uma diferenciação espacial intraurbana com várias áreas com déficit de infraestrutura básica, problemas socioeconômicos e ambientais causados pela intensa urbanização e expansão territorial (LEITE; PEREIRA, 2008).

Figura 1 - Localização dos parques urbanos analisados⁸.



Fonte: IBGE. Org. ROCHA, 2020.

Dessa forma, a cidade apresentou uma expansão urbana orientada pelos interesses dos agentes produtores do espaço, ocorrendo de forma dispersa e horizontalizada.

⁸ Os parques que foram criados em data posterior à realização da pesquisa, não constam no referido mapa.

Assim sendo, a população que detém maior renda concentra-se em áreas que apresentam melhor infraestrutura. No caso de Montes Claros são as regiões oeste/sudoeste, onde localizam-se também dois dos principais parques urbanos da cidade.

O primeiro parque urbano de Montes Claros, o Parque Milton Prates, foi inaugurado no ano de 1969, fruto de uma promessa ao povo montes-clarense de um novo espaço de lazer para os trabalhadores (SILVEIRA, 2015). Ele surgiu em um contexto no qual o parque urbano no Brasil deixava de ser local apenas de embelezamento das cidades para tornar-se, igualmente, um espaço propício para o lazer da classe trabalhadora.

Para atender às demandas ambientais, os parques Sapucaia (inaugurado em 1987) e Guimarães Rosa (inaugurado em 1989), que são unidades de conservação, surgem com a finalidade de resguardar partes ambientalmente valiosas das paisagens e que, mais tarde, se integraram ao contexto urbano.

Após diversas mobilizações, no ano de 2012, inaugurou-se o Parque das Mangueiras, localizado em uma região com população de baixa renda, na zona centro-sul da cidade. Além dos três parques em estudo, notou-se uma crescente política de implantação de parques urbanos na cidade após o ano de 2017⁹.

Os usos e apropriações nos parques urbanos montes-clarenses

A interrelação entre o cidadão e o espaço público pode ser estabelecida por meio de duas categorias, através da realização de atividades necessárias ou opcionais (GEHL; SVARRE, 2018). Para análise dos distintos usos nos parques urbanos montes-clarenses, foram classificadas em usos/atividades necessárias: passagem, trabalho e saúde; e atividades opcionais: lazer, exercício físico, práticas esportivas e atividades casuais, dispostos no Quadro 1.

⁹ Com intuito de construir uma nova imagem da cidade, a gestão municipal criou o *marketing* “Cidade dos Parques” (PMMC, 2019a) e “MOC é o lugar dos parques”, investindo neste discurso para promover as revitalizações e construções dos novos parques realizadas em sua gestão. Na época da realização do estudo, Montes Claros possuía mais outros seis parques urbanos implantados, ou em fase de implantação.

Quadro 1 - Síntese dos usos típicos dos parques urbanos montes-clarenses. (Fonte: Rocha, 2020).

PARQUE	PERFIL	USOS: Motivo da sua visita ao parque	O QUE TE FAZ ESCOLHER ESTE PARQUE?	TMP.	CARACTERIZAÇÃO
MILTON PRATES	E. 04 (M-J)	Passagem e distrair	"Atravesso pelo parque porque é mais perto."	Mínutos	Passagem
	E. 14 (H-J)	Beber água	"Lugar mais próximo da pista de skate."	Mínutos	Atividade casual
MANGUEIRAS	E.13 (M-A)	Serviço voluntário	"Porque fica próximo à minha casa. Aqui é bem tranquilo, prazeroso, a gente se sente agradável e bem."	Até 1h	Atividade casual
	E.31(M-A)	Ir caminho de volta para casa quando busco meu filho na escola	"Eu atravesso com meu filho saindo da escola todos os dias por aqui, acho mais perto... é um costume na hora que passa perto ele já entra por aqui e vem."	Mínutos	Passagem
SAGARANA	E.49(M-A)	Estamos só de passagem	"Estamos indo ao culto, e como aqui é mais movimentado, passamos por aqui e aproveitamos para cortar caminho por dentro do parque"	Mínutos	Passagem
	E.52(M-A)	Passa todos os dias indo trabalhar.	"Porque está no meu caminho indo ao trabalho."	Mínutos	Passagem
MILTON PRATES	E.72(H-J)	Passar para beber água	"Estava passando aqui perto e parei para beber água."	Até 1h	Atividade casual
	E. 21(H-A)	Caminhar/correr	"Como aqui é mais próximo a minha casa, então eu venho na semana e no final de semana com mais tempo eu vou lá de no baixo (Sagarana). Lá é um pouquinho melhor para cooper, mas não tem tanta diferença assim não."	Até 1h	Exercício físico
MANGUEIRAS	E. 22(M-A)	Caminhada	"Pela pista e aparelhos da academia ao ar livre. Moro aqui perto, por isso venho mais aqui."	Até 1h	Exercício físico
	E.39(M-A)	Caminhada e molhar plantas	"O contato com a natureza."	Até 1h	Exercício físico
SAGARANA	E.51(M-A)	Aula de ginástica	"A aula de ginástica é muito boa. Eu faço exercício e me divirto ao mesmo tempo."	De 1 a 2 h	Exercício físico e lazer
	E. 24(H-I)	Fazer barras e academia ao ar livre	"O parque é ótimo, mesmo se eu não vier fazer exercício eu venho passear fazer hora."	De 1 a 2 h	Exercício físico e lazer
SAGARANA	E. 53(H-A)	Caminhada/corrida	Mais próximo da minha casa.	1h	Atividade física
	E. 68(M-A)	Treino	"Eu treino aqui porque é o ponto de encontro meu e da minha amiga."	1h	Atividade física
MILTON PRATES	E.54(M-A)	Acompanhar o esposo na atividade física e trazer a filha para pedalar.	"Eu gosto mais daqui por causa das árvores mesmo, porque o outro tem mais sol né. Por causa do asfalto bonitinho, para caminhar, pedalar e tudo."	De 1 a 2 h	Atividade física e Lazer
	E. 01 (II-A)	Passar, descansar	"A presença da lagoa."	De 1 a 2 h	Lazer
MILTON PRATES	E. 18(H-J)	Namorar	"Para poder ficar mais à vontade."	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 06(M-J)	Piquenique com os amigos	"O parque é grande, dá para ficar mais à vontade."	Mais de 2 h	Lazer
MILTON PRATES	E. 02(II-J)	Encontrar amigos	"É mais próximo de casa e por ter um clima/sensação agradável."	Mais de 2 h	Lazer
	E.17(M-J)	Tirar fotos para um trabalho	"Eu venho tirar foto aqui porque eu acho aqui muito bonito."	Mais de 2 h	Lazer
MILTON PRATES	E. 20(H-A)	Passar em família	"Viemos almoçar no restaurante. O almoço aqui é excelente, eu venho almoçar praticamente todo final de semana."	Mais de 2 h	Lazer
	E.19(H-A)	Pescar com o filho	"Trouxe meu filho para pescar aqui na lagoa, ver a natureza, fazer caminhada e andar de bicicleta. Aqui para mim é um momento de lazer com ele."	Mais de 4 h	Lazer
MANGUEIRAS	E. 23(M-A)	Passar com a família	"É o costume mesmo, bem antes aqui já existia e a gente já vinha aqui, eu mesma lembro eu vindo aqui desde criança então fica no coração da gente e a gente nunca esquece né? E aqui tem mais opção de brinquedo, por enquanto né, aqui é mais amplo."	Mais de 4h	Lazer
	E. 16(H-J)	Praticar <i>slackline</i>	"Aqui é um local que dá para você aproveitar bastante o espaço."	Mais de 4 h	Prática Esportiva
MANGUEIRAS	E.27 (II-A)	Festa de aniversário	"Eu acho que lugar bonito é próximo da casa da gente."	De 1 a 2 h	Lazer
	E.28 (II-I)	Passio, conversar com os colegas	"Eu vim aqui para ficar debaixo das árvores, me refrescando e vendo o movimento. Moro aqui perto."	De 1 a 2 h	Lazer
MANGUEIRAS	E.50(H-A)	Descansar a mente	"Sempre que eu tenho algum cliente aqui, ou próximo aos outros parques, eu paro e entro."	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 25 (II-A)	Fazer um lanche coletivo com um grupo de amigos	"O parque oferece um ambiente agradável e tem bastante espaço verde para as crianças ficarem à vontade"	De 1 a 2 h	Lazer
SAGARANA	E.33(M-A)	Passar em família.	"Sempre eu venho aqui, porque eu gosto do lugar, é tranquilo, arejado. É muito difícil eu não vir no domingo de manhã."	Dia inteiro	Lazer
	E.61(H-A)	Passar com cachorro	"Passar com meus cachorros com mais liberdade"	De 1 a 2 h	Lazer
SAGARANA	E.67(M-A)	Namorar	"Esse aqui é mais perto, e aqui é melhor também, você vê movimento. Aqui é muito aberto, é de fácil acesso."	De 1 a 2 h	Lazer
	E.69(II-A)	Passando com filho e regando as plantas	"Moro aqui perto. Sempre venho no final de semana trazer meu filho para dar uma volta e aproveito para ajudar a cuidar das orquídeas que cultivamos aqui no espaço, estou ensinando ele a cuidar também."	De 1 a 2 h	Lazer
MILTON PRATES	E. 64(H-A)	Dar aula do "ferrô na praça"	Eu decidi fazer no parque porque a maioria do pessoal que participa do projeto não conhece o parque.	2 h	Lazer
	E.60(M-A)	Piquenique com a família	"Eu vim para conhecer, ainda não conhecia aqui"	2 h	Lazer
MANGUEIRAS	E.63 (M-J)	Tirar foto, escutar música, brincar.	"Moramos aqui do lado. A gente veio para passar, tava em casa sem fazer nada e aqui é muito bom, o parque é legal."	2 h	Lazer
	E.71(H-A)	Tocar violão e relaxar	"Eu me sinto mais à vontade aqui. Até as luzes amarelas assim, eu acho mais aconchegante."	1h	Lazer
MILTON PRATES	E.58 (II-J)	Praticar <i>soft combai</i>	"Aqui é mais acessível para todos. E tem mais sombra que nos outros parques."	Mais de 4h	Lazer
	E.15(II-I)	Trabalhar	"Trabalho aqui tem 40 anos, já acostumei com o clima do lugar. Nunca tive influência de ir para os outros porque é fraco, o mais melhorzinho é esse aqui."	Dia inteiro	Atividade econômica
MANGUEIRAS	E.10(M-A)	Trabalhar	"Por causa do movimento, já esteve melhor. Tem finais de semana que tá mais movimentado."	Dia inteiro	Atividade econômica
	E. 34(II-A)	Trabalhar	"Eu venho trabalhar aqui, sou barraqueiro há dois anos, moro no bairro."	Dia inteiro	Atividade econômica
SAGARANA	E.35(M-A)	Ajudar meu filho na barraca	"Para mim o parque é um ambiente de lazer. Final de semana eu ajudo meu menino aqui na barraca dele, mas eu venho também para sair da rotina."	Dia inteiro	Atividade econômica
	E.56(H-A)	Treinar alunos	"Eu prefiro esse parque por causa da contagem, as placas indicativas que tem de 1200m nele todo, e por causa do clima, muita árvore então ele é mais fresco."	2 h	Atividade econômica
MANGUEIRAS	E.70(M-A)	Dar aulas de <i>personal training</i>	"Eu gosto muito do ambiente aqui. Eu acho bem natural. A localização daqui é mais próxima de onde eu moro e as alunas também preferem aqui."	2 h	Atividade econômica
	E.36(H-A)	Atendimento da acupuntura	"Moro longe, comecei a frequentar aqui recentemente, depois que fiquei sabendo desse tratamento de saúde que eles oferecem aqui e que não tem no meu bairro, eu venho de bicicleta codinho para pegar a fila. Mas o parque eu não conheço muito"	Mais de 2 h	Saúde
MANGUEIRAS	E. 38(M-I)	Academia da saúde (acupuntura)	"A tranquilidade, ver os amigos, e estar em um espaço aberto. Depois que abria a academia da saúde aqui eu tenho vindo mais, mas sou frequentadora antiga aqui."	Mais de 2 h	Saúde

LEGENDA: E= Entrevistado. II – Homem / M – Mulher / J – Jovem / A – Adulto / I – Idoso. TMP= tempo médio de permanência.

No quadro também foram explorados o perfil dos usuários, os motivos da visita e de escolha do parque visitado, e o tempo de permanência no local, a fim de se compreender as relações socioespaciais exercidas no espaço.

Para exibir as distintas atividades e formas de apropriação dos parques, mapeou-se as apropriações típicas em cada espaço¹⁰. Os parques foram setorizados (figuras 2, 3 e 4), levando em consideração áreas que possuem usos/atividades semelhantes. As atividades necessárias têm pouca influência perante as dimensões formais e simbólicas dos espaços. No entanto, as atividades opcionais são aquelas que atendem a vontades, expectativas e, por isso, as dimensões formais e simbólicas dos espaços influem e são favoráveis para seu uso e apropriação.

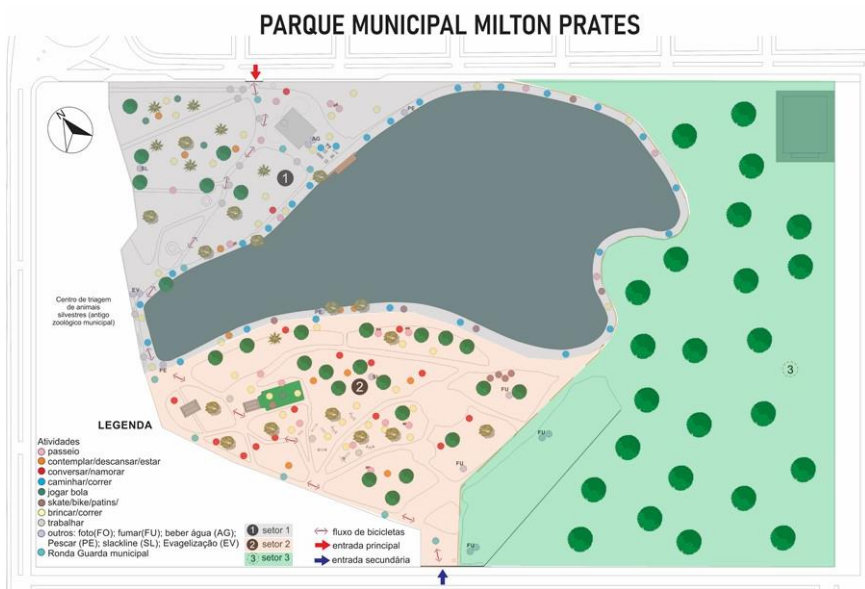
Para que haja uma maior atratividade do espaço e vitalidade nos parques urbanos, a diversidade de usos se faz necessária. Um parque precisa de usos contínuos, com diversidade física e funcional de usos (atividades) e, conseqüentemente, a heterogeneidade de usuários e seus distintos horários (JACOBS, 2003).

O Parque Milton Prates (Figura 2) classifica-se como parque setorial (KLIASS; MAGNOLI, 2006), sendo maior em extensão territorial e infraestrutura que os demais da categoria, possuindo maior variedade de atividades e usos que, conseqüentemente, gera maior tempo de permanência no local. O espaço conta com áreas gramadas, *playground*, pedalinhas, quadra aberta, academia ao ar livre, pista de caminhada, banheiros, bebedores de água e um restaurante. O zoológico municipal era integrado ao parque, mas atualmente encontra-se desativado, gerando comoção por parte dos usuários que possuíam elo afetivo com o zoológico¹¹ e que, de certa forma, não conseguem desvincular esses dois espaços.

¹⁰ Ver em Rocha (2020) as figuras 56, 57, 71, 72, 73, 84 e 85 com as apropriações típicas em dias da semana e nos finais de semana de cada parque analisado.

¹¹ De acordo com as entrevistas: “Aqui é bom o parque. Mas está diferente demais, cortou muitas árvores. Acabou os animais, não tem mais. Da última vez que eu vim aqui foi quando tava morrendo os animais, depois não vim mais não.” (ENTREVISTADO 5, 2020).

Figura 2 - Setorização do Parque Milton Prates.



Fonte: Rocha, 2020. Editado pelos autores.

Dividiu-se o parque em três setores. O primeiro setor, localizado na entrada principal do parque, é o que possui a maior diversidade de usos, como passeio, lazer contemplativo, atividade econômica, atividade física, práticas esportivas (*slackline*) e passagem, predominando os usos de curta e média duração. Dessa forma, possui maior movimento e fluxo de pessoas, sendo a área mais visível do parque. Entre os setores 1 e 2, está localizada a lagoa com uma ecopista no seu entorno, predominando os usos para lazer ativo e exercício físico. A lagoa possui um poder simbólico no imaginário do usuário do parque, além de apresentar uma melhoria na qualidade do ambiente.

No setor 2 foram encontrados os mesmos usos do 1, diferenciando-os pela presença do *playground* que atrai famílias com crianças, além de sua tranquilidade que, por não ser área de grande fluxo de pessoas, atrai usuários que buscam quietude. Assim, nesse setor estão usuários com maior tempo de permanência no parque. Entre os setores 2 e 3 há uma zona de transição que possui infraestrutura antiga e, por possuir menor visibilidade, tem o uso

predominantemente de usuários que eventualmente fazem o consumo de drogas. Por fim, o setor 3 se apresenta abandonado e subutilizado no parque, carecendo de infraestrutura e equipamentos.

Quanto às apropriações típicas do Parque Milton Prates, destacam-se duas teorias para a apreensão das apropriações neste parque urbano: microterritórios no espaço público e apropriação seletiva e diferencial (SERPA, 2013). O parque urbano, enquanto espaço de lazer, é utilizado pela grande massa trabalhadora, em regra, nos finais de semana, e para aqueles que residem próximo, durante a semana. Destaca-se que os usuários que moram longe não possuem uma regularidade em sua visitação.

Durante a semana, alguns dos usuários praticantes regulares de atividades físicas destacaram que não fazem uso do espaço aos finais de semana e não o utilizam para lazer, assim como há outros usuários que atestaram utilizar o parque para o lazer e, na maioria das vezes, nos finais de semana. Dessa forma, entende-se que há uma apropriação seletiva e diferencial a partir do estilo de vida que cada indivíduo consegue manter e ter acesso, correlacionada com o *habitus* de cada classe social. Aqueles que dispõem de condições para se deslocarem para praticar exercícios físicos em áreas verdes, normalmente realizam isso diariamente. Entretanto, os que utilizam as áreas verdes como lazer fazem isso no seu tempo livre, aos finais de semana, existindo uma diferença econômica e social substancial.

O Parque das Mangueiras, com menor extensão territorial entre os analisados, com pouca diversidade de equipamentos e atividades desenvolvidas no espaço, possui menor abrangência (raio de atendimento por km) de utilização entre os habitantes montesclarenses, portanto classifica-se como um parque de bairro (KLIAS; MAGNOLI, 2006). Com aproximadamente 17.000 m² (dezessete mil metros quadrados), o espaço contempla uma pista de caminhada, uma casinha com balanços de madeira (*playground*), academia ao ar livre, barras de calistenia, áreas gramadas, quiosques, pequeno palco para eventos e um posto de academia da saúde.

O parque foi inaugurado após vários apelos da comunidade que reivindicava um espaço para o lazer infantil e uma pista de caminhada para práticas de exercício físico. Posteriormente, o espaço

recebeu novos equipamentos como a academia ao ar livre, um espaço com barras de calistenia e um polo de academia da saúde que oferece serviços de profissionais da saúde para a comunidade local.

Contudo, conforme relato dos usuários, as manutenções dos equipamentos no espaço não são constantes, de modo que parte dos aparelhos para exercícios físicos e dos brinquedos encontram-se quebrados, assim como os mobiliários (bancos e quiosques) do parque, apresentando várias dificuldades na gestão e manutenção deste espaço público.

Para a análise, dividiu-se o parque em três setores conforme os usos e apropriações. No setor 1 (Figura 3), com acesso pela entrada principal, está localizado o polo da Academia da Saúde que promove diversas atividades como o acompanhamento de acupuntura com terapias integrativas, ginástica da saúde, ginástica realizada em parceria com secretaria de esportes (Projeto “Ginástica para todos”) e eventuais palestras sobre diversos temas da saúde. Em frente à academia da saúde estão instaladas as barras de calistenia e, no horário da ginástica, o espaço fica pequeno para acomodar ambas as atividades.

No setor 2 está o *playground* das crianças, ou área dos brinquedos – como alguns dos usuários o denominam¹². O *playground* possui algumas inconveniências salientadas pelos usuários como: estar associado diretamente à pista de caminhada, e seu piso ser inadequado para as crianças brincarem descalças. Além disso, há insuficiência de estrutura de lazer para comportar a quantidade de crianças que utilizam o espaço; ademais, parte do *playground* atualmente encontra-se quebrado. Por vezes, em busca de algum tipo de lazer, as crianças faziam o uso indevido dos aparelhos da academia ao ar livre. O fato de os usuários disporem de poucos instrumentos de lazer (bicicleta, patins, skate etc.) faz com que fiquem dependentes da

¹² Conforme uma mãe que estava no local “Para mim isso aqui nem pode ser chamado de *playground*. Desde o dia que inaugurou só tem um brinquedo que é essa casinha de madeira com balanço e escorregador... eu não acho que isso seja um *playground*. E hoje, você pode ver aí, que já não tem mais nada, quebrou e eles também nunca mais consertaram, ficou aí do jeito que está e é só isso que tem para as crianças aqui no parque todo. Venho aqui porque é o que tem perto da minha casa.” (ENTREVISTADO 42, 2020).

estrutura local para ampliarem suas vivências de lazer. Dessa forma, os espaços públicos ainda são locais importantes para crianças que possuem um baixo nível socioeconômico e não detêm outras atividades de lazer como as crianças de nível socioeconômico médio e alto (COTRIM *et al.*, 2010).

Ainda no setor 2, a academia ao ar livre tem um uso expressivo durante a semana para a prática de atividades físicas. As atividades físicas no local ocorrem de maneira descontraída, sendo comum ver idosos conversando e estabelecendo vínculos, prática habitual no espaço vivenciado pela comunidade. Nos finais de semana, o fluxo da atividade física reduz, mas muitos que durante a semana o utilizam para exercício físico, nos finais de semana fazem uso do espaço para o lazer. O parque possui também uma pista de caminhada circundando o espaço. No entanto, a maneira pela qual ela foi projetada (estreita e sinuosa) desestimula a população a fazer caminhadas no local, e parte dela caminha do lado de fora do parque.

Aos domingos, acontece um encontro comunitário¹³, que anteriormente fora uma pequena feira com diversos setores (alimentação, entretenimento, vestuário). Atualmente existem apenas duas barracas de alimentação, pois os demais feirantes desistiram devido à falta de estrutura e incentivo da prefeitura. Em resistência à falta de infraestrutura, o barraqueiro resistente criou suas próprias estratégias e táticas no cotidiano (CERTEAU, 1998), ao realizar uma conexão irregular de energia¹⁴ para ligar seus equipamentos.

O setor 3, dissociado para melhor apreensão e análise dos modos de ocupação e apropriação no espaço, dispõe de um ponto de apoio para os funcionários, e banheiros masculino e feminino que estão sem encanamento de água. O único local que possuía água no

¹³ Entende-se por encontro comunitário pela forma como acontece atualmente a sua apropriação no espaço. São encontros constituídos majormente pelos moradores do bairro e alguns convidados de outras localidades, formando assim um nicho com pessoas que interagem e constroem laços. Esse uso é relevante para a dinamização do parque, inclusive no que tange à apropriação usual do espaço.

¹⁴ “É muita coisa que falta aqui moça, vou passar o dia te falando. Aquela tomada eu mesmo puxei por minha conta, fui lá na frente e puxei um cabo de energia.” (ENTREVISTADO 34, 2020).

parque era uma torneira que se encontrava atrás dos banheiros, sendo utilizada para a limpeza dos sanitários e demais locais. Havia um bebedouro de água, porém os próprios usuários o depredaram, e assim, de acordo com os funcionários, houve ordens para que fosse recolhido, não sendo restabelecido para uso.

Os usuários do setor 3 são, em sua maioria, adultos jovens, moradores da vizinhança, que transitam em grupo em suas bicicletas pelo parque. Muito embora não entrem em contato direto com os outros usuários do parque, têm atos hostis, depredam o espaço e fazem uso de drogas no local. Por tais motivos, a presença deles se torna incômoda, vista regularmente pelos demais como um fator prejudicial ao convívio familiar no parque. A escolha do setor 3, por eles, deve-se ao fato do espaço deter de pontos de invisibilidade para realizarem o consumo de drogas no local, sem serem abordados pelos policiais que fazem rondas nas ruas. Assim sendo, esses usuários se utilizam da “tática” (CERTEAU, 1998) de transitar de bicicleta pelo parque para romper a vigilância policial, são os contrausos dos espaços públicos (LEITE, 2007).

Não obstante, observou-se que quando esses usuários se sentem acuados, principalmente pela presença do desconhecido, há uma perturbação nos seus comportamentos e passam a realizar enfrentamentos através de idas e vindas em altas velocidades com suas bicicletas, entendendo esse comportamento também como um tipo de territorialização do espaço (SERPA, 2007)¹⁵. Em dias da semana, esse setor é preterido pelos demais usuários do parque devido a esse conflito de usos, repetindo essas apropriações diariamente.

Essa dinâmica pode ser modificada quando ocorre a presença de usuários não assíduos do parque, conforme observado em um final de semana, no qual um grupo de usuários atípicos se instalou aleatoriamente no setor 3. Para a apropriação deste grupo, notou-se

¹⁵ Utiliza-se do conceito de territorialização do espaço empregado por Serpa (2007) para demonstrar que, no setor 3, há uma privatização do espaço pelos usuários típicos desse setor, aqueles que, através de seu comportamento hostil e coercitivo ganham a preferência do local e, por isso, constroem uma barreira simbólica de poder sobre o espaço.

a relevância de fatores como: sombra, mobiliário próximo e área verde para as crianças se sentarem e brincarem; todos estes disponíveis no setor em questão. Observou-se a desarticulação dos usuários típicos do setor 3 ao chegarem no parque e perceberem que o espaço já estava apropriado. Sendo assim, durante a reunião do grupo visitante, e diante das circunstâncias, houve uma desarticulação da “territorialização” do grupo típico, que retomou sua apropriação após a desocupação pelos outros usuários.

Aos domingos, nos encontros comunitários, os grupos de usuários de drogas aparecem em menor número, uma vez que o parque possui maior movimento de famílias. Em virtude disso há, no espaço público, um conflito de valores sociais entre os usos familiares e os usuários típicos do setor 3. Embora todos se conheçam por serem da mesma vizinhança, parte dos usuários identifica a necessidade de ter vigilantes para auxiliarem na segurança e coibição do uso de drogas no local. Em outra perspectiva, uma usuária antiga do parque¹⁶ acredita que os usuários típicos do setor 3 funcionam como uma proteção para os visitantes do parque.

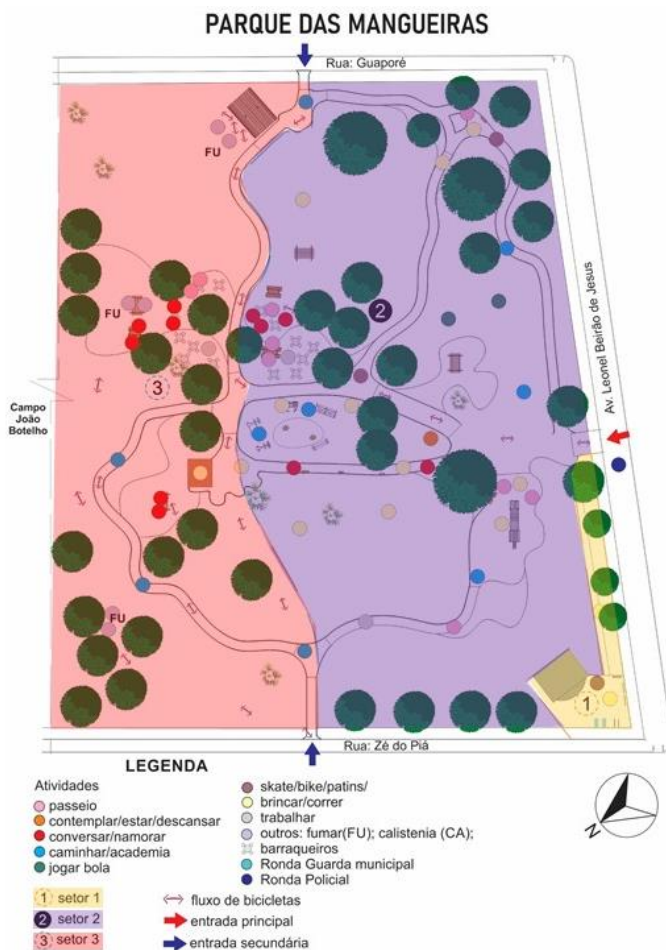
Quanto ao *habitus* predominante, que tem relação direta com os usos exercidos no local, o parque demonstrou ser um espaço de lazer e também uma forma de cuidar da saúde gratuitamente, principalmente para a população local e dos bairros adjacentes. Compreendendo o contexto socioespacial em que esse equipamento urbano está implantando, com baixo indicador de renda *per capita* e baixo nível de escolaridade, entende-se que o acesso a um espaço público de qualidade promove o alcance a um lazer, e a promoção de hábitos saudáveis através da prática de exercícios físicos, possibilitando melhores condições de saúde e qualidade de vida para a população.

O Parque Sagarana, por sua vez, é um espaço marcado por sua visibilidade. É fruto do desmembramento de uma unidade de conservação (Parque Guimarães Rosa) e, enquanto tipologia formal,

¹⁶ “Na verdade, aqueles cinco que você está vendo ali são uma proteção para você que é de fora; eles não vão fazer nada com você, pois se você descrever para qualquer pessoa, todos saberão quem são eles e moram aqui na rua, são todos do bairro.” (ENTREVISTADO 41, 2020).

trata-se de um parque linear. Com área total de 39.353,40 m², dispõe de mobiliários com design diferenciado, obras de arte dispostas pelo espaço e uma ecopista com 1.300 metros de extensão, a qual foi dividida em três setores para análise das apropriações.

Figura 3 - Setorização do Parque das Mangueiras.



Fonte: Rocha, 2020. Editado pelo autor.

O Parque Sagarana possui características típicas de um parque de bairro, com ações ligadas a uma associação de bairro (criação de orquídeas, eventos comemorativos), e com usos preponderantes dos

moradores do entorno. Entretanto, ao ser considerado atualmente por alguns usuários o melhor parque para a realização de atividades físicas/esportivas, e que costumeiramente recebe usuários de outros bairros ainda que estes não sejam o seu maior público, apresenta-se como parque setorial (KLIASS; MAGNOLI, 2006).

Os usos aferidos nos dias da semana, em sua predominância, têm relação com atividades físicas em contato com a natureza. Alguns pais, no intento de combinar a prática de exercícios físicos e a promoção de lazer para os filhos, levam suas crianças para andar de bicicleta, enquanto caminham. É recorrente também a presença de profissionais orientando atividades físicas no espaço (*personal training*), revelando o *habitus* da classe dominante do parque.

Fora dos horários de maior movimento das atividades físicas, o espaço concentra seus usos em lazer e contemplação, com uma permanência menos ativa. No período da tarde observou-se uma ociosidade, e a falta de pessoas no espaço pode ser um fator inibitório para aqueles que circulam por perto, a parar, podendo suscitar insegurança no local¹⁷.

Nos finais de semana, essa dinâmica se altera um pouco no que diz respeito aos usos e apropriações dos espaços, tendo pelo início da manhã uma prevalência do uso para a prática de atividades físicas e, no restante do dia, predomina o uso para o lazer.

Embora o parque não ofereça nenhuma estrutura para entretenimento e lazer das crianças, como um *playground*, isso não se apresenta como uma adversidade para o público local, uma vez que esses portam seus instrumentos de lazer (bicicletas, patins, skate, *hoverboard*, etc), fazendo as vezes da infraestrutura pública.

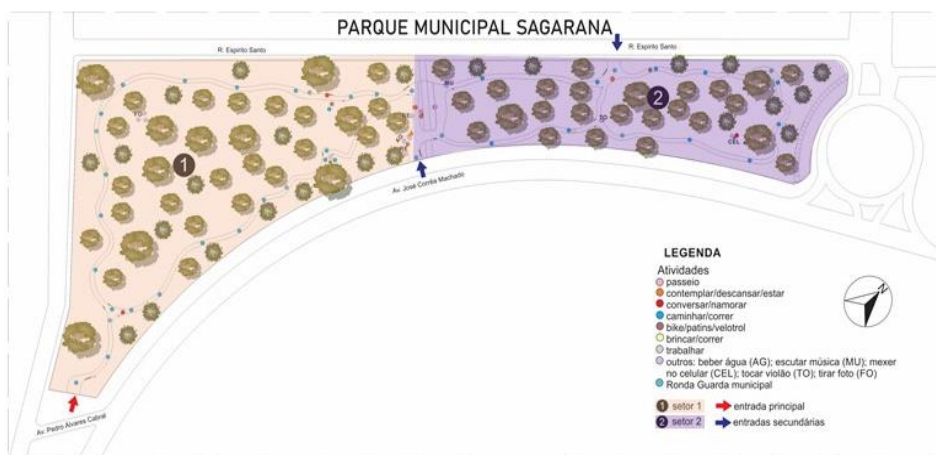
Aos domingos, no período da tarde, acontecem, no setor 2, os encontros do grupo *soft combat*, prática de uma modalidade esportiva de combate medieval. A escolha do parque para a prática deve-se à

¹⁷ O entorno do espaço público reflete no seu desempenho, de maneira a contribuir ou não para a popularidade do local. Devido ao Parque Sagarana se localizar entre uma grande avenida e seu entorno ser predominantemente residencial, não possui muitos usos diversificados para as pessoas em horários diferentes, ficando o espaço público preso a uma inércia funcional do seu entorno (JACOBS, 2003), permanecendo vazio durante boa parte do dia.

facilidade de acesso, e por possuir área plana e com sombreado uniforme.

Outra apropriação encontrada no espaço foi uma aula de forró do projeto “Forró na Praça”. O uso do espaço para dar aula foi uma nova experiência para o professor, que normalmente realiza o projeto em praças. Outro uso clássico do parque é para a realização de piqueniques. O parque possui algumas plantas doadas pela própria comunidade, onde a população movimenta-se para realizar a rega.

Figura 4 - Setorização do Parque Sagarana.



Fonte: Rocha, 2020. Editado pelo autor.

Através dos usos e atividades mais exercidas no espaço pode-se estabelecer uma relação do *habitus* com o perfil predominante dos usuários do parque. A atividade física, uso mais recorrente, assim como a atividade econômica (*personal training*), encontradas no espaço, revelam o perfil socioeconômico e as principais necessidades de seus usuários.

Quanto às vivências e práticas sociais no parque, notou-se a individualização dessa prática, de maneira que o espaço é vivenciado, na perspectiva de Gomes (2018), pela sociabilidade pública, em que pessoas autônomas e independentes frequentam um espaço comedido por códigos comportamentais e jogos sociais que incluem diversão, lazer, sem que haja a necessidade de contatos físicos salvo as exceções que se mostram abertas ao público interessado: o grupo

de *soft combat* (atividade programada) e o grupo de dança (atividade esporádica).

Considerações finais

O parque urbano na cidade contemporânea tem apresentado um relevante papel nas práticas cotidianas do cidadão que tem buscado, nesse espaço público, o uso para suas atividades físicas e práticas esportivas, contudo sem reduzir a sua importância como local de lazer. Os usos e apropriações de cada parque são influenciados por fatores como: as atividades e seus usos sendo eles necessários ou opcionais, a infraestrutura (mobiliários, iluminação, banheiros) e a sensação de segurança no espaço.

Dentre esses fatores, a infraestrutura pode ser preponderante para a realização das atividades opcionais, influenciando no uso e na apropriação do espaço. Quanto a isso, notou-se que há uma diferença entre os parques Mangueiras e Sagarana, ambos utilizados principalmente pela população de bairro. No primeiro caso, observou-se que a falta de melhoria nas condições de infraestrutura, acrescido ao fato do parque não oferecer equipamentos de lazer para as crianças, reduzem as vivências do espaço, ocasionando baixa aderência da população pelo lugar e desgastando o sentimento de pertencimento. Por outro lado, os usuários do Sagarana, provindos de outra realidade econômica e social, não demandam de *playground* para seu lazer, e o espaço com uma pista de caminhada e poucos mobiliários é suficiente. Esse fato se faz justificado em decorrência dos usuários disporem de instrumentos de lazer que substituem os entretenimentos providos pelos *playgrounds* públicos.

Por sua vez, por ser um parque setorial que atende a todo o município, tanto as dimensões formais (infraestrutura) quanto as dimensões simbólicas do Parque Milton Prates são relevantes para seu uso e apropriação.

Há uma diferenciação na percepção ambiental e apreensão da dimensão formal e simbólica de cada parque, gerada a partir das necessidades, interesses e desejos individuais de cada um dos usuários que estão inseridos em um contexto econômico, social e cultural diferenciados. Dessa forma, são conduzidas as distintas motivações

em usufruir o espaço, vinculando-se ao estilo de vida (*habitus*) de cada classe social. Essa percepção ambiental reverbera na interação e na relação pessoa-ambiente (apropriação), sendo possível visualizar essa relação nos mapeamentos de apropriações típicas de cada parque.

A análise dos parques urbanos montes-clarenses, a partir da percepção dos usuários e seus contextos socioculturais, permitiu compreender as novas dinâmicas e vivências encontradas nestes equipamentos, possibilitando subsídio para a formulação de políticas públicas que visem a melhoria desses espaços públicos e maior aderência da população.

Referências

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

GEHL, J.; SVARRE, B. **Vida na cidade: como estudar**. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOMES, P. C. da C. Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço. P 351-378. *In*: SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs.) **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador, EDUFBA, 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas verdes de recreação. **Revista Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 21 - São Paulo - p. 245-256, 2006.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACEDO, S. S. *et al.* **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MONTES CLAROS. (PMMC), 2019a. "**Cidade dos Parques**" - Prefeitura de Montes Claros investe no meio ambiente e no bem-estar da população. Prefeitura Municipal de Montes Claros, junho de 2019. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/cidade-dos-parques-prefeitura-de-montes-claros-investe-no-meio-ambiente-e-no-bem-estar-da-populacao>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia**, n. 11(2), p. 143-151, 2006.

ROCHA, M. V. **Usos e significados dos espaços públicos contemporâneos: uma análise dos parques urbanos em Montes Claros/MG**. 2020. 198f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2020.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Â. Patrimônios e periferias frente ao turismo. **Geosaberes**, v. 1, n. 1, p. 16-26, maio de 2010.

SERPA, Â. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades**. v. 10, n. 17, agosto de 2013.

SILVEIRA, J. Toninho Rebello. Crônicas. **Montesclaros.com**. Montes Claros, 7 maio 2015. Disponível em: <https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Jorge%20Silveira>. Acesso em: 1 jun. 2019.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

GEOSAÚDE: O ESPAÇO E A ESQUISTOSSOMOSE, UMA ENDEMIAS NEGLIGENCIADA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

*Joselane Ramos Magalhães Bertolino
Carlos Alexandre de Bortolo*

Introdução

A busca por informações no intuito de compreender como ocorre o surgimento das doenças, remonta ao início da história do homem na sociedade. No entanto, as teorias interpretativas sobre o processo “saúde e doença” estavam ligadas às ideias ontológicas: o ser como ele é, a sua existência. Encarado assim, as doenças eram vistas como naturais ou sobrenaturais. Somente no final do século XVII e início do século XIX, a doença passou a ser compreendida como algo em desequilíbrio com as forças vitais, de acordo com essa visão, e somente recuperando o equilíbrio poderia se restabelecer a saúde. Atualmente, a complexidade em torno das questões voltadas para a saúde vem sendo temática de debates e preocupações pela população.

Globalmente, as temáticas que envolvem a saúde e o meio ambiente são pautas das discussões atuais. As questões relacionadas à sustentabilidade, à qualidade de vida e à saúde da população, se apresentam como um grande desafio para as políticas públicas. A Geografia, como ciência do espaço, na sua totalidade, tem contribuído de forma relevante para a compreensão das dinâmicas que abarcam os problemas ambientais e a relação destes com a saúde humana, atendendo às necessidades de interface entre a ocorrência das endemias a partir do contexto social, econômico, ambiental, bem como do homem e de sua relação com a natureza. Isso porque o espaço, dentro das cidades, é o aglomerado de atividades, sejam comércios, lazer, serviços, residências, a teia social. Enfim, o espaço urbano é um lugar de produção e reprodução do sujeito, um local de sistemas de ação determinados pelo movimento da sociedade. Para Corrêa (1989), o espaço urbano é definido por agentes sociais

concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato.

O autor considera que a ação entre esses agentes é complexa, partindo de uma dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. O espaço também pode ser concebido como um atributo dos seres, no sentido de que nada existiria sem ocupar um determinado espaço (MORAES, 2003). Nesse contexto, para a Geografia, o espaço geográfico é objeto de fundamental importância, haja vista que tal conceito é o principal objeto de estudo dessa ciência.

Por ser uma área de estudo multidisciplinar, a ciência geográfica, tem se constituído como uma grande aliada à área da saúde e, dessa forma, as duas têm se aproximado bastante nos últimos anos. Foi desse contato que resultaram os primeiros atlas da área da saúde e, principalmente, as obras voltadas ao saneamento ambiental em áreas tipicamente tropicais e insalubres. A localização geográfica dos problemas de saúde é fundamental para conhecer suas extensão e velocidade de disseminação. Dessa forma, analisar o lugar compreendido como categoria geográfica, como porção do espaço percebido quanto a suas características físicas e biológicas, permite gerar hipóteses sobre possíveis fatores de risco e de transmissão de doenças como a esquistossomose, objeto desse estudo (SANTOS, 2004).

Luiz Jacintho da Silva foi quem estudou a evolução e a distribuição da doença de Chagas no estado de São Paulo, relacionando os modos de ocupação e transformação do espaço pelo homem. Silva foi também um dos pesquisadores pioneiros da área a introduzir o conceito de espaço nos estudos epidemiológicos, inclusive no estudo da esquistossomose. Poderíamos ainda citar muitos outros pesquisadores que colocaram em evidência a Geografia da Saúde.

Os estudos sobre a esquistossomose têm forte relação com os modos de ocupação e transformação do espaço. A esquistossomose se apresenta como uma doença que tem relação direta com questões sociais e econômicas – a pobreza do ambiente de vivência do indivíduo – e, por isso mesmo, negligenciada. Por ser uma doença que afeta, em sua maioria, populações de baixos recursos financeiros, ela não

desperta interesse por novos métodos de cura. Ainda se trata a esquistossomose com métodos antigos e inadequados, uma vez que, para desenvolver novos tratamentos, exigiria muita pesquisa e investimentos.

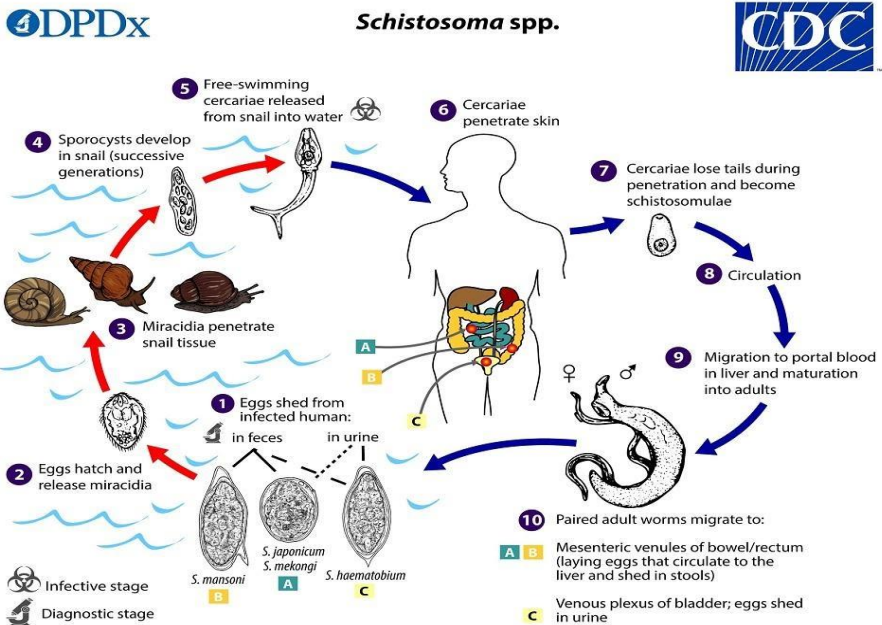
As doenças negligenciadas atualmente causam entre 500 mil e um milhão de mortes anualmente, principalmente em países periféricos e mais pobres como os da África, e até mesmo no Brasil. Os métodos para se prevenir e tratar doenças como a esquistossomose, por exemplo, são conhecidos, mas não são acessíveis nas áreas mais pobres do mundo.

Conhecida popularmente em todo o Brasil como: xistosa, doença do caramujo, xistossomose, bilharziose, e também por “barriga d’água”, a endemia é produzida por trematódeos do gênero *Schistosoma*. Os principais agentes etiológicos são as espécies *S. mansoni*, *S. haematobium*, e o *S. japonicum*.

A ocorrência do *Schistosoma mansoni* é comum na África, na América Central, Índia, Antilhas e no Brasil, onde a doença é conhecida como esquistossomose mansônica ou intestinal, devido à localização dos parasitos nas vênulas da parede do intestino grosso. Sua distribuição geográfica se dá pela origem de algumas espécies de moluscos de água doce, do gênero *Biomphalaria*, que vivem em valas, canais de irrigação, tanques, represas, água estagnada com vegetação, margem de rios e lagoas e que se adaptam melhor em condições de temperatura entre 20 °C e 25 °C.

Quanto ao ciclo da esquistossomose (Figura 1), este pode ser iniciado com a presença dos ovos nas fezes de uma pessoa anteriormente infectada que irão entrar em contato com a água. Os ovos eclodem, liberando uma larva denominada miracídio. Esta penetra no caramujo do gênero *Biomphalaria*, e, após 30 dias, pode gerar 300 mil cercárias, que podem permanecer vivas por algumas horas, dependendo das condições ambientais. As cercárias penetram na pele do homem, alcançando a corrente sanguínea, passando pelos pulmões até chegar ao fígado, num processo que dura por volta de 10 (dez) dias. Aproximadamente 40 dias após a infecção, os ovos do *Schistosoma mansoni* já podem ser encontrados nas fezes do doente e, assim, um novo ciclo é iniciado.

Figura 1 - Ciclo da esquistossomose.



Fonte: <https://www.cdc.gov/dpdx/schistosomiasis/index.html>.

Dentro do quadro das Doenças Tropicais Negligenciadas (DNTs), a esquistossomose é uma endemia associada quase sempre à pobreza, ineficiência de saneamento básico, ao baixo desenvolvimento econômico e social, o que caracteriza um problema de saúde pública.

Pobreza, miséria, fome, desnutrição, insalubridade, desespero, tristeza, violência, a contaminação do ar e das águas, das terras e de tantos outros males, definem os espaços que são construídos e reconfigurados permanentemente, também os processos e estados contrários, definem espaços particulares. (INIGUEZ ROJAS, 1998).

A Organização Pan-Americana da Saúde considera as doenças tropicais negligenciadas (DNTs) como parte de um grupo diversificado de doenças transmissíveis que prevalecem em condições tropicais e subtropicais em 149 países, afetando mais de um bilhão de pessoas custando bilhões de dólares às economias em desenvolvimento todos os anos.

As doenças tropicais negligenciadas (DNTs) são assim consideradas por não receberem um atendimento médico necessário, um diagnóstico, ou mesmo medicamentos para o tratamento das mesmas, situações muito comuns no meio das populações pobres que vivem em condições sociais de vulnerabilidade. No Brasil, temos hoje, segundo o Ministério da Saúde, sete doenças negligenciadas consideradas como prioridade: Esquistossomose, Chagas, Dengue, Leishmaniose, Hanseníase, Malária e Tuberculose. Dentre essas doenças, a esquistossomose ainda permanece endêmica no país, e estima-se que o agravo atinja até 1,5 milhões de pessoas em 19 estados, e que a maior incidência da doença encontra-se na região Nordeste e no estado de Minas Gerais (BRASIL, 2019). O quadro endêmico da doença se dá pelo grande número de pessoas ainda sem acesso ao esgotamento sanitário, principalmente nessas regiões.

Nesse sentido, por ser uma doença de veiculação hídrica, a falta de água potável e esgoto nas residências de regiões carentes aumenta consideravelmente o número de pessoas contaminadas pela doença. Para (Magalhães 2007), é a falta de políticas públicas específicas para essas áreas que muitas vezes apresentam um crescimento desordenado e sem infraestrutura de saneamento básico, que agrava a situação.

No passado, a reprodução e o crescimento da esquistossomose se justificavam na sua concepção histórica de fatores biológicos. Porém, atualmente, já foi comprovado que as causas sociais, econômicas, culturais e ambientais estão diretamente associadas na formação dos complexos endêmicos dessa doença. As condições insalubres, a forma de ocupação e uso do solo, o desemprego, a desnutrição, a migração, a ausência de saneamento e lazer entre outros fatores, são variáveis que contribuem na formação e continuidade do ciclo de transmissão da doença.

O elo entre o espaço geográfico e a epidemiologia

Em função desse desordenamento, o espaço, enquanto categoria geográfica, se faz importante na análise do problema em questão, buscando compreender como se dá a ocorrência das doenças e sua disposição. Tem como objetivo estabelecer para diversas doenças as suas causalidades. Portanto, o conceito “espaço” se tornou o principal elemento de análise. Como o autor Samuel Pessoa aponta:

O meio geográfico cria, indiscutivelmente, condições constantes e necessárias para a incidência e propagação de inúmeras moléstias reinantes nos trópicos e, principalmente, em relação às doenças metaxênicas, isto é, àquelas que exigem para sua transmissão vetores biológicos, como por exemplo, a malária, a febre amarela, as filarioses transmitidas por mosquitos, a esquistossomoses por moluscos. (PESSOA, 1978, p. 151).

A utilização do conceito de espaço na epidemiologia se deu a partir da discussão teórico-conceitual da Geografia. Consolidado na Geografia Médica, e enquanto conceito científico, o espaço foi interpretado à luz de diferentes pontos de vista como algo que antecede até mesmo os seres que o habitam. Dessa forma, o espaço geográfico é compreendido como o lugar de amplitude e totalidade em que a ocorrência de doenças é suscetível. Leavell e Clarck (1976), corroborando com a ideia, salientam que o meio é um espaço que repele ou atrai a doença, facilita ou dificulta a relação entre o indivíduo, hospedeiro, agente etiológico e recipiente de infecção. Nessa dinâmica, pode contribuir para a circulação de agentes que farão com que o ciclo da doença se complete ou não.

Enquanto o espaço se define como lugar, a epidemiologia define-se como estudo da distribuição e dos determinantes das doenças em populações humanas. Nesse contexto, ao compreender a análise espacial, é possível entender que a doença não pode ser definida apenas como o resultado da presença de vírus e bactérias, ou seja, baseados somente na unicausalidade (fator biológico), mas sim, como resultado de uma dinâmica social complexa, ou seja, incluindo

também os fatores da multicausalidade (ambiental, social, econômico etc.).

Para o geógrafo Milton Santos (1996), principalmente em seus estudos produzidos no Brasil, delinea, em suas abordagens, o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996 p. 18); “um conjunto de fixos e fluxos que interagem”. O autor acrescenta que “o espaço é aquilo que resulta da relação entre a materialidade das coisas e a vida que as animam e transformam.” (SANTOS, 1996, p. 50).

A epidemiologia entende que a interação entre a natureza e os organismos é um processo que resulta no que chamamos de espaço, e essa relação não depende da presença do homem ou suas ações. No entanto, as contribuições dos novos conceitos vindos da Geografia trouxeram outro olhar onde o espaço é então visto como o resultado de uma interação homem, meio e natureza conectados a diversos fenômenos. É nessa perspectiva que a Geografia foi importante para a compreensão do novo contexto epidemiológico internacional e foi utilizada por diversos autores, principalmente europeus e norte-americanos (SILVA, 1997).

Essa preocupação em entender o fenômeno biológico como processo social, espacial e temporalmente determinado orientou diversos pesquisadores no sentido de compreender o processo da disseminação de doenças.

Apesar de um desajuste dos conceitos de saúde/doença pelas diversas áreas do conhecimento, para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o conceito de saúde é definido como o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não mera ausência de moléstia ou enfermidade (OMS, 1948). Esse conceito adotado desde 1948 pela OMS, embora não remeta à realidade, é um compromisso e um ideal a ser perseguido ainda nos dias de hoje.

Dessa forma, a relação entre o meio ambiente e a epidemiologia pode ser afirmada por meio da tríade ecológica envolvendo o agente, o hospedeiro e o meio ambiente. A culminância dessas discussões ocorreu na XIV Conferência Nacional de Saúde (CNS) com o amadurecimento dos temas saúde e ambiente, e o nítido

avanço na direção de definir que a qualidade de vida depende diretamente do meio ambiente (STEDILE *et al.*, 2015).

A esquistossomose: uma doença negligenciada

A esquistossomose é denominada também de *bilharziose*, devido a Theodor Bilharz¹⁸, que, em 1852, descobriu o verme causador da doença através do exame de múmias do antigo Egito, o *Schistosoma*. A doença é produzida por trematódeos do gênero *Schistosoma* e os principais agentes etiológicos são as espécies *S. mansoni* (Sambon, 1907), *S. haematobium* (Bilharz, 1852) e o *S. japonicum* (Katsurada, 1904). Atualmente, existem outras espécies: *S. mattheei* (Veglia & Le Roux, 1929), *S. intercalatum* (Fisher, 1934), *S. Bovis* (Sonsino, 1876), *S. mekongi* (Voge, Bruckner & Bruce, 1978), e *S. malayensis* (Greer, 1988) (SILVA, 2008). Ressalta-se que o *S. mansoni*¹⁹ é o causador da esquistossomose mansoni ou masônica, e a endemia é classificada como uma doença tropical negligenciada, que atualmente atinge, em média, 249 milhões de pessoas em todo o planeta. “O ciclo biológico foi descrito inicialmente por Lutz, no Brasil, e por Leiper, no Egito, independentemente.” (COELHO; MELO *apud* NEVES, 2016, p. 193).

A ocorrência do *Schistosoma mansoni* é mais visível na África (SILVA, 2006), na América Central, Índia, Antilhas e Brasil, países com grande número de populações pobres, e considerados países periféricos, com saneamento básico precário. Mas também é endêmica em diversas partes do mundo como Israel, Arábia Saudita,

¹⁸ Anatomista e helmintologista alemão, professor da Escola de Medicina do Cairo, que descobriu e descreveu, no Egito, o esquistossômulo do *Schistosoma haematobium* (1851). Trabalhando no Egito fez a descoberta de sua vida encontrando o *Haematobium* de *Distomum* (1851), rebatizado mais tarde como *Haematobium* de *Schistosoma*. Deve-se observar que o descobridor do *Schistosoma mansoni* foi o cientista brasileiro, Manuel Augusto Pirajá da Silva (1873-1961) que morreu antes da descoberta do medicamento.

¹⁹ Patrick Manson, médico inglês foi quem levantou a hipótese da existência de duas espécies de *Schistosoma* parasitas do homem. A espécie existente no Brasil foi descrita, em 1907, pelo inglês Sambon, que a nomeou *Schistosoma mansoni* em homenagem a Manson. (KATZ, 2003). Das espécies de *Schistosoma* que parasitam o homem, somente o *S. mansoni* existe nas Américas do Sul e Central (BRASIL, 2019).

lêmen, Iran, Iraque, África (Egito, Líbia, Moçambique, Camarões, Nigéria, Angola) e outros (COELHO; MELO *apud* NEVES, 2016, p. 193).

Quanto aos hospedeiros intermediários da esquistossomose mansoni, estes pertencem ao gênero *Biomphalaria*. “A distribuição de uma espécie ou a possibilidade de que ela venha a instalar-se em regiões onde antes não era observada, depende de condições particulares, indispensáveis para sua sobrevivência e propagação.” (REIS, 1991, p. 61). “No Brasil, as espécies *Biomphalaria glabrata*, *Biomphalaria straminea* e *Biomphalaria tenagophila* estão envolvidas na disseminação da esquistossomose.” (BRASIL, 2019, p. 549). De modo geral, é muito comum encontrar essas espécies em pequenas coleções de água doce com velocidade. Portanto, a esquistossomose e a magnitude de sua prevalência estão associadas à severidade das formas clínicas, e sua evolução, confere à esquistossomose uma grande relevância enquanto problema de saúde pública.

Como exposto nesse artigo, no Brasil, a região Nordeste do país e parte da região Sudeste apresentam incidência dessa parasitose. Além da ocupação geográfica sem infraestrutura em muitas localidades, os movimentos migratórios transitórios de pessoas provenientes de áreas endêmicas ou permanentes, precariedades de saneamento ambiental e domiciliar, e a carência nas ações de educação em saúde para as populações dessas regiões de risco de transmissão da doença podem agravar a situação (BRASIL, 2019). Esses fatores são desafiadores para o controle e erradicação das doenças tropicais, pois além de serem preponderantes em condições de pobreza, também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade social entre populações (OLIVEIRA, 2018).

Estima-se que a maioria das doenças parasitárias é negligenciada e, como para a maioria delas não existe um controle, em muitas regiões do planeta ocorre o descaso e a falta de interesse em novas pesquisas para um tratamento mais eficaz e sua possível erradicação. A agência Fiocruz de notícias aponta que embora o tratamento seja barato, essas doenças ainda apresentam indicadores inaceitáveis devido ao pouco investimento na produção de remédios ou pesquisas (FIOCRUZ, 201-?). Existem métodos de prevenção e alguns tratamentos são conhecidos, mas dificilmente chegam às

regiões mais pobres, justamente por carência nas ações de educação em saúde destas populações em regiões de risco. Dentre as doenças negligenciadas já citadas, a esquistossomose continua sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo mundo.

A maioria das pessoas que sofrem esse tipo de contaminação pela esquistossomose, pela primeira vez, é assintomática, mas outros podem apresentar sintomas mais graves (COELHO; MELO *apud* NEVES, 2016).

Existem duas fases da doença: aguda e crônica. Na fase aguda inicial, quando da penetração da cercária no homem, chamada dermatite cercariana, os sintomas são coceiras, dermatite, edema e dor local. A fase aguda pré-postural, que se dá em torno de 25 a 30 dias após a infecção, ocorre quando os vermes se transformam em adultos no fígado, levando a pessoa contaminada a sentir sintomas como: febre alta, sudorese, calafrios, inapetência, tosse, enjoos, vômitos, diarreia, emagrecimento, cansaço, cefaleia, dores musculares, perda do apetite ou dores abdominais.

Já na fase crônica, o paciente pode apresentar variadas manifestações clínicas, nas formas intestinal, hepatointestinal e hepatoesplênica. Na forma intestinal, a diarreia com períodos de obstipação é o sintoma mais comumente apresentado; na forma hepatointestinal predominam os mesmos sintomas, porém mais acentuados e hepatomegalia; enquanto que na forma hepatoesplênica ocorre a esplenomegalia, tornando o quadro clínico mais grave, onde acontecem hemorragias provocadas pelo rompimento de varizes esofagianas e ascite (COELHO; MELO *apud* NEVES 2016, p. 199).

Diante do exposto, tem-se que a esquistossomose é uma doença grave e que acarreta várias consequências para os infectados por ela, e, mesmo diante do quadro de gravidade da doença, ela continua relegada ao descaso. O tratamento para a doença é barato e existem exames laboratoriais para detecção da esquistossomose, realizados com as amostras fecais dos suspeitos, pelos métodos de sedimentação espontânea, método de Kato, Kato-Katz, biopsia retal, intradermorreação para *Schistosoma mansoni* e métodos sorológicos. O medicamento mais utilizado é o Praziquantel por ser eficaz contra

todas as espécies de *Schistosoma*, por apresentar menores reações adversas e ser gratuitamente oferecido pelo SUS. As medidas preventivas da esquistossomose se dão pelo saneamento ambiental com sistema de abastecimento de água e sistema de tratamento de esgoto, além do tratamento dos indivíduos diagnosticados positivos, educação em saúde e tratamento das coleções hídricas com presença de caramujos contaminados.

No Brasil, a distribuição da esquistossomose acontece de forma extensa, sendo encontrada nos estados do norte, todo o nordeste, e no norte das regiões Sul e Sudeste. No centro-oeste acontece em Goiás e no Distrito Federal. Estima-se que, no Brasil, “aproximadamente 1,5 milhões de pessoas estejam infectadas pelo *Schistosoma mansoni*, apesar de baixa letalidade, entre os anos de 2006 e 2015, foram registrados, em média, cerca de 508 óbitos anuais pela doença no país.” (BRASIL, 2019, p. 554).

Metodologia

A metodologia utilizada para esse artigo é de caráter bibliográfico pois entendemos que a revisão bibliográfica é essencial para a fundamentação das análises teóricas. A abordagem utilizada tem cunho qualitativo e descritivo, trazendo à luz debates que tratam da temática. O artigo buscou aportes em grandes nomes que trabalham com epidemiologia, geografia e doenças negligenciadas tais como: Samuel Pessoa, Milton Santos, Luiz Jacintho da Silva, e em bancos de dados como o Google Acadêmico; PubMed (Public/Publisher MEDLINE) entre outros. Também foram utilizadas ferramentas para a consulta aos bancos de dados, a exemplo do DATASUS (www.datasus.gov.br), IBGE (www.ibge.gov.br), SINAN (portalsinan.saude.gov.br) por meio do Programa de Controle da Esquistossomose (PCE), OMS e outros. Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores: esquistossomose, *Schistosoma mansoni*, Geografia, espaço e saúde, e, por fim, doenças negligenciadas.

O objetivo da pesquisa foi apresentar a esquistossomose a partir da ótica geográfica, considerando a categoria espaço como um campo fértil nos estudos da epidemiologia, no que tange à discussão das causas e consequências dessa endemia para a sociedade.

Resultados e discussões

Em pleno século XXI, com o avanço da tecnologia e da medicina, a esquistossomose ainda é uma doença negligenciada pelas políticas de saúde pública, principalmente em países periféricos. No passado, tinha-se uma concepção que essa era uma doença tipicamente rural, mas, no atual contexto não cabe mais essa afirmação, uma vez que os portadores desta infecção são encontrados em quantidades expressivas no espaço urbano. A ocorrência dessa doença prevalece em regiões de clima tropical, sendo registrada em 54 países, principalmente na África e leste do Mediterrâneo, atingindo as regiões do delta do Nilo e países como Egito e Sudão. Segundo a OMS, cerca de 1,5 milhões de pessoas vivem em áreas sob o risco de contrair a doença ou sofrem de patologias graves em consequência da esquistossomose. Sendo uma doença de veiculação hídrica, a transmissão da endemia ocorre quando o indivíduo suscetível entra em contato com águas contaminadas e com a presença de cercárias. Os estados das regiões Nordeste e Sudeste são os mais afetados, sendo que a ocorrência está diretamente ligada à presença dos moluscos transmissores.

A esquistossomose é uma doença causada pelo trematódeo digenético *Schistosoma mansoni* que tem o homem como seu principal hospedeiro e, como hospedeiro intermediário, os caramujos do gênero *Biomphalaria*. As espécies de *Biomphalaria* encontradas infectadas são: *Biomphalaria glabrata*, *straminea*, *tenagophila*. Apesar das duas espécies terem sido introduzidas no Brasil, apenas a espécie do *Schistosoma mansoni* conseguiu se adaptar no país, devido à presença do hospedeiro intermediário estar suscetível e em condições vulneráveis para a propagação da doença como: a falta de saneamento básico, precárias condições de higiene, tratamento inadequado de água e esgoto, ausência de educação para a saúde, contato frequente do homem com águas naturais contaminadas, ou seja, fatores que caracterizam as condições de baixo desenvolvimento socioeconômico. Acredita-se que a doença foi introduzida no Brasil por meio do tráfico de escravos. É estimável que entre o século XVI a XVIII mais de 3,5 milhões de escravos entraram no Brasil, e grande parte desses escravos era oriunda da África, e estava infectada pelo *Schistosoma mansoni* e *Schistosoma haematobium*. A infecção de

apenas um indivíduo caracteriza um alto poder de propagação da doença, pois esse indivíduo pode eliminar os ovos do *Schistosoma mansoni* contribuindo para a extensão do ciclo de contaminação.

Ainda não foi descoberta a prevenção da esquistossomose por meio de vacinas. O controle dessa endemia se constitui pelo diagnóstico, tratamento, e saneamento ambiental. A esquistossomose é uma doença tropical negligenciada, não existindo interesse por parte da indústria farmacêutica em produzir vacinas por se tratar de uma doença que atinge principalmente as classes mais pobres da população, e que se encontram, em sua maioria, em países subdesenvolvidos.

A classificação da OMS, atualmente, inclui 20 doenças tropicais negligenciadas, dentre elas, a esquistossomose. Estas recebem o título de negligenciadas por não receberem a atenção devida durante o atendimento médico, no desenvolvimento de novos medicamentos e de métodos diagnósticos, e, principalmente, nas condições sociais de vida das populações.

Conclusão

Podemos inferir que a esquistossomose é um problema grave de saúde pública, principalmente nas regiões tropicais e subtropicais de países mais pobres, inclusive no Brasil, onde se apresenta com uma intensidade maior na região nordeste. A doença está relacionada principalmente à pobreza e se não for dada a devida importância e tratamento adequado, pode levar a problemas sérios de saúde ou à morte. Alguns estudos disponíveis revelam que pouco mais de 5% dos recursos financeiros dos países mais acometidos pela doença são destinados a pesquisas direcionadas às doenças negligenciadas, o que representa quase nada.

Nesse sentido, as doenças negligenciadas são hoje um problema global de saúde pública. Mas, apesar dessa triste constatação, as indústrias farmacêuticas e grupos de pesquisas não têm interesse em desenvolver métodos e tratamentos mais eficazes e mais modernos, ainda utilizando velhos e ultrapassados tratamentos, que muitas vezes funcionam apenas como paliativo. Com baixo poder aquisitivo, as pessoas contaminadas por parasitoses como a

esquistossomose, ficam à mercê dos tratamentos da doença ofertados, e muitos nem buscam tratamento por não terem informações ou condições de procurar um posto de saúde.

Em 2019 a OMS traçou um roteiro para 2021-2030 quanto ao controle, e eliminação ou erradicação de 20 doenças tropicais negligenciadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2018 uma análise de situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas /** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2019, 424 p.

COELHO, P. M. Z. Schistosoma mansoni e a doença. *In*: NEVES, David Pereira. **Parasitologia Humana**. 13. ed., São Paulo: Atheneu, 2016, 616 p.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

FIOCRUZ. Agência Fiocruz de notícias. **Doenças negligenciadas**. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligencia-das>. Acesso em: 24 nov. 2020.

KATZ, N.; PEIXOTO, S. V. Análise crítica da estimativa do número de portadores de esquistossomose mansoni no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 33, n. 3, 2000.

LEAVELL, H. R.; CLARK, E. G. **Medicina Preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; 1976.

MACMAHON, B.; PUGH, T. F. **Princípios e Métodos de Epidemiologia**. México, D. F.: La Prensa Médica Mexicana, 1978.

MAGALHÃES, Sandra Célia Muniz. **Determinant factors for the occurrence of tuberculosis in Northern Minas Gerais**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **GEOGRAFIA pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de. Sentidos das Doenças Negligenciadas na agenda da Saúde Global: o lugar de populações e territórios. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 7, p. 2291-2302. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.09042018>. ISSN 1678-4561. Acesso em: 5 ago. 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Zoonoses**. 2017.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Relatório**. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5401:relatorio-da-oms-informa-progressos-sem-precedentes-contra-doencas-tropicais-negligenciadas&Itemid=812. Acesso em: 2 mar. 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 2: Saúde e doença na população** / Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 48 p. il. 7 volumes. ISBN 978-85-7967-020-6.

OFFICIAL RECORDS OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION: United Nations WORLD HEALTH ORGANIZATION Interim Commission 350 Fifth Avenue, New York Palais des Nations, Geneva JUNE 1948. Disponível em: pps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85573/Official_record2_eng.pdf;jsessionid=70D11F48FE5E5A8888E3FDB8F72426A8?sequence=1. Acesso em: 24 jul. 2022.

PESSOA, S. B. **Ensaio Médico-Sociais**. São Paulo: CEBES/Editora Hucitec, 1978.

REIS, Nestor G.; **Notas sobre urbanização dispersa e mudanças no tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROJAS, L. I. Geografía y salud. Temas y perspectivas en América Latina. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 14, p. 701-711, out./dez. 1998.

ROJAS, Luiza Iñiguez; BARCELLOS, Christovam; PEITER, Paulo. **Utilização de mapas no campo da Epidemiologia no Brasil**: reflexões sobre trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia. *Inf. Epidemiol. Sus*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 27-35, jun. 1999. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731999000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia aplicada. **Revista Do Departamento De Geografia**, n. 16, p. 81-90, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0016.0009>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, A. D. *et al.* Análise espacial e características epidemiológicas dos casos de esquistossomose mansônica no município de Simão Dias, nordeste do Brasil. **Revista de Patologia Tropical**, v. 45, n. 1, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/1Mjc1qh>.doi.:10.5216/rpt.v45i1.39978. Acesso em: 14 mar. 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SILVA, Luiz Jacintho da. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, out. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jan. 2020.

SILVA, Luiz Jacintho da. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, out. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1997000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 jan. 2020.

SILVA, L. J. Organização do espaço e doença. *In*: **Textos de Apoio. Epidemiologia I** (J. R. Carvalheiro, ed.), v. 1, 2. ed., p. 59-85, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1992.

SILVA, Petronildo Bezerra da *et al.* Aspectos físico-químicos e biológicos relacionados à ocorrência de *Biomphalaria glabrata* em focos litorâneos da esquistossomose em Pernambuco. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 901-906, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2020.

STEDILE, Nilva Lúcia Rechet *et al.* Contribuições das conferências nacionais de saúde na definição de políticas públicas de ambiente e informação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2015, v. 20, n. 10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.15142014>. Acesso em: 1 ago. 2019.

O PARQUE SAPUCAIA E A QUALIDADE DE VIDA EM MONTES CLAROS-MG: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CIDADINOS

*Carlos Henrique Alves Silva
Carlos Alexandre de Bortolo*

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou a vivenciar um intenso crescimento populacional em seus espaços urbanos, motivado principalmente pelas migrações campo-cidade e cidade-cidade (DI SARNO, 2004). Esse crescimento acarretou num processo de urbanização desigual e desordenado que se manifestou através do surgimento de cidades carentes não apenas em infraestrutura física, mas também social e ambiental.

No norte de Minas Gerais, o município de Montes Claros concentrava, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), uma população de 413.487 habitantes. Como explica França (2012, p. 149), Montes Claros “apresentou nas últimas décadas um significativo incremento na sua taxa de população urbana que evoluiu de 73% em 1970, para 95% em 2010.” Esse crescimento populacional resultou num rápido processo de expansão urbana que se deu de forma aleatória, sem considerar as políticas de controle urbanístico e de proteção ambiental (FRANÇA, 2007). A consequente falta de um planejamento e ordenamento que beneficiasse todo o espaço urbano de Montes Claros provocou uma redução excessiva das áreas verdes da cidade, principalmente nos espaços onde se expandiram os assentamentos informais, interferindo diretamente na qualidade de vida da população.

As áreas verdes se destacam como lugares singulares, onde as práticas sociais cotidianas se desenvolvem em consonância com a conservação de espaços que apresentam uma grande concentração de vegetação arbórea no interior das cidades. Llardent (1982, p. 151) define as áreas verdes como “qualquer tipo de espaço livre no qual

predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, ao que se conhece como parques, jardins ou praças.”

A incorporação de espaços públicos dentro do perímetro urbano de uma cidade atende à necessidade de se preservar a natureza e promover a qualidade ambiental no seu diâmetro de abrangência, bem como oferecer à população condições favoráveis para a realização de atividades físicas e de lazer. Em relação à cidade de Montes Claros, o Parque Sapucaia consiste num exemplo de área verde urbana que oferece não apenas benefícios ecossistêmicos, mas também benefícios sociais à população local, principalmente àquela que reside no seu entorno.

O papel desempenhado pelo Parque Sapucaia na região onde o mesmo encontra-se localizado despertou o interesse em aprimorar as discussões a respeito de como a existência de uma área verde interfere na dinâmica ambiental da cidade e, conseqüentemente, nas condições de vida e saúde dos cidadãos. No que tange aos benefícios ofertados a Montes Claros, o objetivo deste trabalho foi avaliar a importância social e ecossistêmica do Parque Sapucaia na promoção da qualidade de vida da população local. Primeiramente, discutiram-se os conceitos e as classificações de áreas verdes, dentre as quais os parques públicos urbanos encontram-se inseridos. Na seqüência, identificaram-se as funções socioambientais desempenhadas pelo Parque Sapucaia em Montes Claros; para, por fim, confirmar a sua importância na manutenção de uma cidade ambientalmente saudável e sustentável.

Os procedimentos metodológicos se embasaram numa pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, onde foram evidenciadas as condições socioambientais do Parque Sapucaia, que confirmaram a sua importância para a cidade de Montes Claros. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico onde se discutiu os conceitos fundamentais que definem e classificam os parques públicos urbanos como áreas verdes.

Em seguida, foi realizado um levantamento em campo, onde foram identificadas as funções sociais e ecossistêmicas exercidas pelo Parque Sapucaia que contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população que utiliza os serviços ofertados por

esse equipamento urbano. Através de registros iconográficos, foi possível caracterizar os aspectos fisiográficos do Parque Sapucaia que agregam ao seu diâmetro de abrangência condições ambientalmente saudáveis e sustentáveis. É importante salientar que, para a realização da visita de campo, todos os protocolos de prevenção à Covid-19 foram respeitados.

Através dos estudos realizados, foi possível constatar que o Parque Sapucaia consiste num importante equipamento urbano para a cidade de Montes Claros, uma vez que assume funcionalidade estética, harmonizando a paisagem urbana; funcionalidade social, enquanto alternativa para descanso, lazer e recreação; e também funcionalidade ecossistêmica, abrigando uma rica biodiversidade que influencia direta ou indiretamente nas condições fisiográficas da região onde o parque se insere.

Os benefícios ofertados pelo Parque Sapucaia a seus usuários, bem como à população que reside no seu entorno, atentam para a necessidade de se pensar políticas de planejamento que considerem a implantação e distribuição de áreas verdes, como os parques urbanos, em outras regiões da cidade. Além de atender às necessidades de lazer e recreação, os parques urbanos, quando criados em regiões que já apresentam aspectos naturais passíveis de serem preservados, ajudam a garantir a manutenção da biodiversidade animal e vegetal e o equilíbrio entre a agitação da cidade e a calma da natureza.

Áreas verdes e o meio urbano

O processo de expansão urbana, impulsionado pelo crescimento da população, produz, no espaço físico das cidades, diferentes lugares que despertam o interesse das sociedades enquanto instrumentos de interação e satisfação das suas necessidades cotidianas. A existência desses múltiplos lugares, dotados de singularidades, se manifesta no interior das cidades, materializados pelos espaços públicos definidos por Gomes (2005, p. 252) como a “base e condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade.”

Para atender aos interesses de sociabilidade da população, os espaços públicos adquirem usos e funções que os convertem em instrumentos de representação e expressão dos indivíduos que, em conjunto, consomem os serviços por eles ofertados (BORJA, 2003). Sob esta ótica, mais do que todo e qualquer espaço urbano livre e aberto, os espaços públicos se estruturam a partir das interações entre as pessoas. Essas interações se tornam a base de uma vida em comum, compartilhada por indivíduos que não se conhecem e que não possuem qualquer tipo de vínculo afetivo. Estes encontram-se unidos a uma estrutura, que garante a cooperação e a independência de julgamentos e manifestações por parte daqueles que usufruem desses espaços (GOMES, 2018).

Assim como as ruas e praças, os parques urbanos são definidos como espaços públicos, uma vez que se caracterizam como ambientes de interação social, garantindo aos seus usuários experiências que estimulam a convivência por meio da diversidade. Além de se destacarem como lugares de encontros e relações, esses parques são também responsáveis pelo enriquecimento da vida urbana ao serem classificados como áreas verdes que apresentam vegetação de diferentes portes e outras características naturais que os tornam espaços esteticamente agradáveis, para o uso cotidiano da população (MILANO, 1984).

Nucci (2008) complementa que, para ser considerada uma área verde, os parques urbanos devem cumprir não apenas uma função ecológica, mas também uma função estética e de lazer, dispondo de uma cobertura vegetal com solo permeável que ocupe aproximadamente 70% da área em questão. Cavalheiro e Del Picchia (1992) apontam para a função social exercida pelas áreas verdes, ao destacarem esses espaços como parte dos equipamentos urbanos que agregam, sociabilizam e melhoram a qualidade de vida da população que os utiliza.

O significado que as áreas verdes representam para os espaços urbanos, decorre da elevada qualidade ambiental que elas oferecem, uma vez que garantem a preservação dos elementos naturais e possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e de lazer, fundamentais para o bem-estar da população (BARGOS e

MATIAS, 2011). O aumento da demanda por esses tipos de espaços é consequência do estilo de vida urbano com uma estrutura cultural associada ao sedentarismo (OLIVEIRA, 1996).

A existência de áreas que concentram coberturas vegetais nas cidades configura-se como importante instrumento que mantém a qualidade social e ecossistêmica dos espaços urbanos, interferindo diretamente na saúde física e mental da população, colaborando com a melhoria das suas condições de vida (LOBODA, 2003). Esses espaços, quando distribuídos de forma regular pelo perímetro urbano da cidade, garantem à população o direito de usufruir de ambientes com aspectos paisagísticos harmoniosos, passíveis de serem utilizados para a realização de práticas esportivas e para a contemplação da natureza.

A existência de parques urbanos acaba por interferir diretamente na dinâmica natural das áreas onde estão localizados. A concentração de vegetação influencia nas condições climáticas, ajudando a amenizar a temperatura local e minimizar problemas atmosféricos como a poluição do ar. Os parques garantem, também, a preservação de espécies da fauna e da flora, ajudando na manutenção dos recursos hídricos, através da capacidade de infiltração do solo e do abastecimento das águas superficiais (BENAKOUCHE, 1994).

Diante dos benefícios que os parques urbanos agregam à melhoria da qualidade de vida da população, é importante salientar que a criação e a distribuição dessas áreas verdes perpassam pelo planejamento e ordenamento do espaço da cidade, que por sua vez é de responsabilidade da gestão municipal. Ferreira *et al.* (2016) corroboram com essa ideia, quando afirmam que é dever da administração municipal planejar a distribuição da cobertura vegetal pela cidade associando-a ou não à proteção da fauna ou do patrimônio arquitetônico.

No âmbito da construção de uma cidade sustentável, as políticas de planejamento urbano devem se configurar como instrumentos que deem ao cidadão a possibilidade de melhorar as condições de habitabilidade em seu próprio ambiente de vivência (OLIVEIRA; MASCARO, 2007). A implementação dos parques urbanos, enquanto equipamentos que integram o sistema de áreas verdes, é apontada por Loboda e De Angelis (2005) como resultado dessas

políticas que acabam por transformar espaços vazios em ambientes que agregam benefícios, tanto no que se refere às condições físicas integrantes do espaço da cidade quanto ao bem-estar da população que nela reside.

Para colocar em prática as políticas de planejamento, ordenamento e controle de uso do solo urbano, os gestores municipais devem atentar para a importância de se criar áreas verdes e distribuí-las de forma equitativa pelo espaço da cidade. Tais ações, além de evitarem ou corrigirem possíveis distorções decorrentes de um crescimento urbano desordenado, resguardam o meio ambiente, garantindo proteção, preservação, e recuperação do espaço natural e construído.

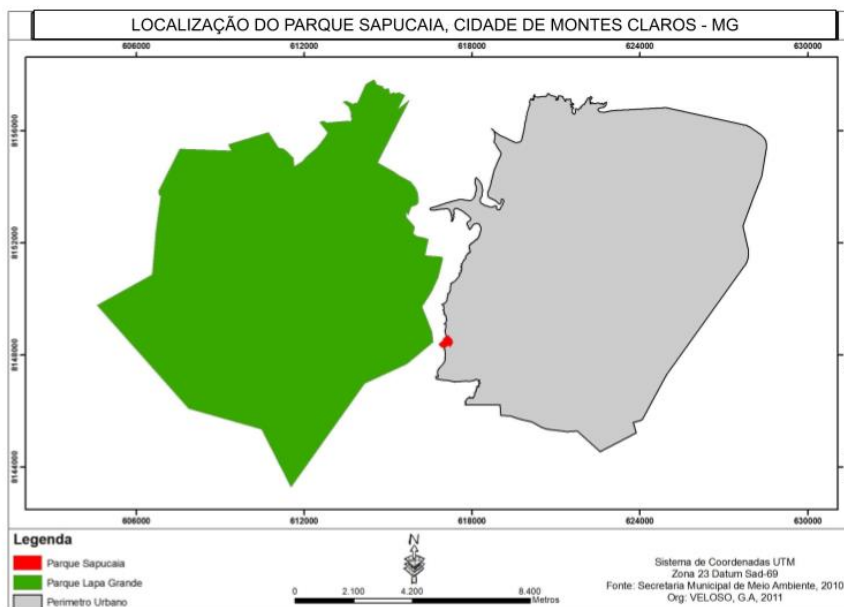
O Parque Sapucaia e suas funções socioambientais

Algumas áreas verdes urbanas da cidade de Montes Claros encontram-se geograficamente delimitadas por espaços destinados à preservação ambiental. Esses espaços seriam, em sua totalidade, aqueles que se caracterizam pela existência de fauna e flora nativa, concentrando também formações rochosas exuberantes, nascentes e cursos d'água que possibilitam, ao cidadão, a oportunidade de realizar práticas esportivas como trilhas, escaladas, caminhadas e outras atividades recreativas que promovem o bem-estar.

Criado através da Lei nº 1.648 de 08 de setembro de 1987, o Parque Doutor Simeão Ribeiro Pires, popularmente conhecido como Parque Sapucaia, apresenta uma área de aproximadamente 37 (trinta e sete) hectares inseridos dentro do perímetro urbano da cidade de Montes Claros (Figura 1), aspecto que permite classificá-lo como um parque urbano.

Conforme o Atlas Ambiental de Montes Claros-MG (2020), o Parque Sapucaia localiza-se na região de planejamento do Morada do Parque, na porção sudoeste da referida cidade. A sua extensão integra a Serra do Mel, forma microescalar de relevo tombada pelo Decreto Municipal nº 3.467 de 29 de dezembro de 2016, que oficializou esse relevo característico como parte do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do município em questão.

Figura 1 - Localização do Parque Sapucaia com a delimitação do perímetro urbano na extensão do município.



A topografia da região onde o Parque Sapucaia se localiza, marcada pela existência da Serra do Mel, dificulta a expansão urbana em direção a essa parte da cidade. Por esse motivo, a região de planejamento do Morada do Parque apresenta uma expressiva cobertura vegetal e outros atributos naturais que são responsáveis por melhorar as condições de qualidade ambiental para a população residente. Isto posto, a existência do Parque Sapucaia nos domínios dessa área protegida pelo poder público municipal, oferece inúmeros benefícios à saúde humana por dispor de uma infraestrutura que favorece a realização de atividades de lazer e recreação, além de desempenhar outras funções socioambientais relevantes para os indivíduos que utilizam esse espaço.

Ao se constituir como um importante equipamento urbano para a cidade de Montes Claros, o Parque Sapucaia passa a exercer funcionalidade não apenas estética, mas também, social e

ecossistêmica. Como explica Loboda e De Angelis (2005), em virtude do volume, distribuição, densidade e tamanho, os parques urbanos, enquanto instrumentos integrantes do sistema de áreas verdes, expandem seus benefícios para outras regiões que se encontram no seu diâmetro de influência.

Tendo em vista que as contribuições desempenhadas pelo Parque Sapucaia ajudam a minimizar os efeitos do processo de urbanização na cidade de Montes Claros, os tópicos a seguir abordarão as principais funcionalidades do parque responsáveis por melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que frequentam esse equipamento urbano, bem como daqueles que residem no seu entorno.

Funcionalidade estética, de lazer e recreação

Nos limites do parque é comum encontrar estruturas rochosas calcárias expostas na superfície onde predominam espécies típicas de Mata Seca, formação arbórea, caducifólia, caracterizada pelas variações sazonais de sua cobertura. Carneiro (2003, p. 94) explica que a área que abrange o município de Montes Claros é constituída por “rochas do Pré-cambriano com predominância do Grupo Bambuí, formando os relevos tabulares – chapadas – e presença de grutas calcárias ou relevo plano e suave ondulado”. Essas formações calcárias são visíveis na extensão do parque através de paredões e outras formações rochosas que agregam considerável beleza paisagística à área em questão, servindo também de suporte para a prática de modalidades esportivas, como rapel e escalada (Figura 2).

É importante salientar que as atividades esportivas, de lazer e recreação realizadas no Parque Sapucaia, podem ser desenvolvidas em níveis de intensidade que vão desde caminhadas leves, a outras atividades que exigem intenso condicionamento físico. Em toda a sua extensão, o parque conta com trilhas internas que possuem uma infraestrutura de suporte composta por guaritas, banheiros, escadarias, praças de apoio e descanso (Figura 3). Esses aparatos foram construídos com a finalidade de proporcionar aos seus usuários maior conforto para a realização de suas atividades.

Figura 2 - Formações de rochas calcárias.



Fonte: Os próprios autores, 2021.

Figura 3 - Estrutura de Apoio do Parque.
(A) Portaria principal; (B) Escadaria.



Fonte: Os próprios autores, 2021.

Na parte interna é possível encontrar também outros elementos construídos como um teleférico, playground, ponte pênsil e bares, que se configuram como outras opções de lazer para a população. Porém, quase todos esses elementos citados encontram-se em avançado estado de deterioração, seja pelas ações de vandalismo praticadas por alguns frequentadores do parque, seja pelo desgaste decorrente da ação do tempo e da falta de constante manutenção por parte da administração local (Figura 4).

Figura 4 - Estrutura deteriorada do parque.
(A) Bar desativado; (B) Teleférico; (C) Espaço de convivência.



Fonte: Os próprios autores, 2021.

Mesmo com a falta de conservação de parte da sua estrutura, o Parque Sapucaia, através das suas trilhas, consegue aproximar seu usuário de elementos naturais compostos pela fauna e flora nativa, proporcionando bem-estar, reduzindo o estresse e a ansiedade (Figura 5). Para que a realização de caminhadas ecológicas ou corridas rústicas ocorram sem impactos à natureza, é importante que a administração do parque defina regras e normas de uso, bem como estabeleça a capacidade máxima de suporte das trilhas, a fim de manter a sua conservação.

Figura 5 - Trilhas no interior do parque.

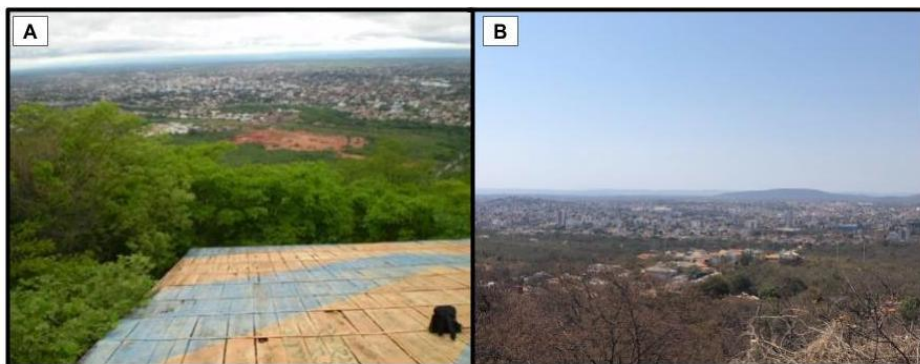


Fonte: Os próprios autores, 2021.

Além das trilhas internas, as formações rochosas distribuídas pela extensão do Parque Sapucaia apresentam condições favoráveis para a prática de escalada e rapel. Tais modalidades esportivas consistem, respectivamente, na subida e descida em superfícies verticais como blocos e paredes rochosos, exigindo do praticante concentração e condicionamento físico. Por serem consideradas práticas perigosas, ambas necessitam de equipamentos adequados e auxílio de profissionais para garantir a segurança na realização desses esportes, a fim de evitar acidentes.

O usuário que, através das trilhas consegue chegar até a parte alta do Parque Sapucaia, é contemplado com um mirante onde é possível ter uma visão panorâmica da cidade, além de poder apreciar a natureza durante todo o trajeto da trilha até o referido local (Figura 6). Esse mesmo espaço do parque foi, durante muitos anos, utilizado como pista destinada a voos de parapente. No entanto, as ações de vandalismo foram responsáveis pela degradação da referida área impossibilitando a prática desse tipo de esporte.

Figura 6 - Visão panorâmica da cidade:
(A) em dezembro de 2020; (B) em julho de 2021.



Fonte: Os próprios autores, (A) 2020, (B) 2021.

As características fisiográficas do parque, ao despertarem o interesse por atividades de lazer e recreação, proporcionam, também, o contato direto do indivíduo com a natureza, estimulando-o a ter uma consciência direcionada para a preservação ambiental. A partir dessa percepção, a estrutura oferecida pelo Parque Sapucaia, ao se converter numa alternativa para a redução do estresse cotidiano,

através das práticas de redução do sedentarismo, exerce também funções ecossistêmicas que são extremamente relevantes para regularizar a dinâmica ambiental da cidade.

Funcionalidades ecossistêmicas

Dentre os aspectos naturais que predominam na paisagem do Parque Sapucaia, a concentração de espécies nativas do Cerrado, da Caatinga e, principalmente, da Mata Seca, atuam como elementos naturais que suavizam as condições de temperatura, purificam o ar atmosférico através dos processos de oxigenação, e regulam o ritmo de circulação dos ventos nas áreas que integram o diâmetro de influência do parque. Mascaró *et al.* (2002) confirmam os benefícios decorrentes da presença de vegetação, quando a definem como um recurso moderador de calor que fornece sombreamento, permite a passagem da brisa local e que absorve a radiação térmica (Figura 7).

Figura 7 - Vegetação do parque.



Fonte: Os próprios autores, 2021.

Através das suas raízes, a vegetação ainda ajuda a manter a superfície estável principalmente nas áreas íngremes. A elevada concentração de vegetação acaba por atenuar os impactos da chuva,

diminuindo a velocidade da água que escoar pela superfície, reduzindo os processos erosivos. Bertoni e Lombardi Neto (1999) definem a vegetação como a defesa natural de um terreno contra a erosão, uma vez que protege a camada superficial do solo em relação ao impacto direto das gotas de chuva, distribui de forma regular a água pela superfície, e mantém a umidade do solo e a estrutura do mesmo estável.

As condições do solo que se apresenta, às vezes, nu, ou coberto por gramíneas e folhas, também ajudam a diminuir o escoamento superficial, retardando os processos erosivos e, conseqüentemente, intensificando a infiltração da água, de modo a contribuir com o abastecimento do lençol freático. No que se refere à existência de água no subsolo, Ferreira (2000 *apud* Belém e Vidal, 2019) lembra que a área do Parque Sapucaia, por não dispor de aquíferos com água suficiente para manter o seu abastecimento, necessitou que a prefeitura firmasse um convênio com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA para solucionar o problema em questão. Ainda que a disponibilidade de água subterrânea nessa área seja pequena, a permeabilidade do solo, associada à predominância de cobertura vegetal, mantém a dinâmica de recarga do lençol freático.

Em relação às águas superficiais, a extensão do Parque Sapucaia concentra córregos intermitentes, que possuem o seu regime de alimentação em funcionamento durante o período chuvoso. Tal condição é resultado da distribuição das chuvas que ocorrem em menor tempo, de forma irregular, se estendendo entre os meses de dezembro a março, configurando uma característica específica do clima da região. Sobre o clima tropical semiúmido que abrange Montes Claros, Carneiro (2003, p. 96) explica que o mesmo apresenta “temperaturas médias anuais em torno de 22 °C e índices pluviométricos variando entre 500 e 1.200 mm anuais, com ocorrências periódicas dos fenômenos da seca e dos veranicos”, aspectos que justificam os córregos permanecerem secos a maior parte do ano.

Mediante as condições físicas apresentadas, a área verde que integra o Parque Sapucaia, condicionada a outros fatores bióticos e

abióticos, adquire condições favoráveis para abrigar animais como espécies de pássaros nativos da região. Cabe aqui ressaltar que a presença de pássaros em toda a extensão do parque se faz importante, uma vez que esses assumem a função de dispersores naturais de sementes, contribuindo com a reprodução da vegetação no local. Essa interação percebida entre os elementos que fazem parte do sistema ecológico do Parque Sapucaia é fundamental para a manutenção da biodiversidade animal e vegetal que se desenvolvem em sua extensão, tornando possível também equilibrar o cotidiano urbano à dinâmica do meio ambiente em questão.

Conclusões

O estudo em questão demonstrou que a área que compreende o Parque Sapucaia abriga uma rica biodiversidade que, além de promover uma harmonização estética em sua área de abrangência, apresenta também uma estrutura que atende às necessidades de lazer e recreação da população local, tornando-se um mecanismo essencial para a qualidade socioambiental da cidade. No entanto, para que o Parque Sapucaia continue sendo uma alternativa para a população se desconectar do estresse cotidiano típico do modo de vida urbano, é essencial que o mesmo seja beneficiado por um amplo processo de revitalização nas suas estruturas físicas, acompanhado pela implantação de um sistema de fiscalização que consiga evitar a ação de vândalos no local.

As condições naturais que integram a estrutura do Parque Sapucaia confirmam que a população de Montes Claros possui um importante equipamento urbano que exerce funções sociais e ecossistêmicas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população local. Os benefícios que a referida área verde agrega de forma imediata à sua área de abrangência, e, de maneira geral, à cidade como um todo, atenta para a necessidade de reprodução de espaços como o Parque Sapucaia em outras regiões de planejamento, principalmente naquelas onde predominam características naturais passíveis de serem convertidas em unidades de conservação.

Diante disso, é possível concluir que a qualidade social e ecossistêmica considerada satisfatória para os habitantes de uma

cidade, só é estabelecida quando se consegue equilibrar o processo de expansão urbana à garantia da saúde e bem-estar da população alinhados à preservação do meio ambiente. Isso só se torna possível através de uma ação efetiva do poder público com a participação da sociedade, onde são criadas normas e diretrizes que regulam a expansão da malha urbana, considerando a implantação de sistemas de áreas verdes, como os parques urbanos, com toda a estrutura necessária para atender às demandas da população.

Referências

BARGOS, Daniela Caporusso.; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba, SP, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011. Disponível em: http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo169-publicacao.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

BELÉM, Ronaldo Alves; VIDAL, Victória Caroline. Caminhadas no parque: um projeto de educação ambiental para o Parque Municipal da Sapucaia - Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 01, n. 01, p. 34-54, 2019.

BENAKOUCHE, Rabah; CRUZ, Renê Santa. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1994, 198 p.

BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. São Paulo: Ícone, 1999.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. 384 p.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – Breves Considerações. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 01, n. 01, 2003, p. 91-106.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA E IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Anais [...]** Vitória, ES, 1992, p. 29-38.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de Direito Urbanístico**. 1. ed. Barueri - São Paulo: Editora Manole Ltda., 2004.

FERREIRA, Nádia Horive; FERREIRA, Cláudio Augusto Bonora Vidrih.; GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz Caccia. Mapa de fragilidade ambiental como auxílio para o planejamento urbano e gestão de recursos hídricos. **Fórum Amb**. Alta Paulista, v. 12, n. 3, 2016.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2007.

FRANÇA, Iara Soares de. **Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais**. 2012. 393 f. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2012.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. *In: Revista Cidades*, v. 2, n. 4, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. *In: Geographia*, v. 20; n. 44. set/dez, p. 115-119, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

LEITE, Marcos Esdras. **Atlas Ambiental de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020, 66 p.

LLARDENT, Luis Rodriguez Avial. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas Orcoyen, 1982, 538 f.

LOBODA, Carlos Roberto. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava-PR**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2003.

MASCARÓ, Lúcia Elvira Alicia Raffo de; MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2002, 242 p.

MILANO, Miguel Serediuk. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba-PR**, 1984. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

MONTES CLAROS. **Decreto nº 3.467**, de 29 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento de bem ambiental neste município. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial/2016/dez-16/Di%C3%A1rio%20Oficial%20Eletr%C3%B4nico%2030-12-16.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MONTES CLAROS. **Lei nº. 1.648, de 08 de setembro de 1987** – Cria o Parque da Sapucaia no município de Montes Claros. Montes Claros: Câmara Municipal, 1987.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2. ed. Curitiba: Autor, 2008, 150 p.

OLIVEIRA, Carlos Henke de. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. *In: Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 07, n. 02, 2007, p. 59-69.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

*Rozendo de Souza Filho
Suellen Wallace Rodrigues*

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica de artigos e livros de autores que se dedicaram ao tema da habitação social no Brasil, bem como da análise da legislação pertinente em cada período em seu contexto histórico. Neste sentido tem-se a intenção de fazer uma narrativa, a partir da intervenção do Estado, dos principais programas de habitação social implementados no período entre 1930 a 2021, e refletir sobre sua eficácia em busca de soluções efetivas para a crise habitacional.

O acelerado crescimento urbano no Brasil e suas consequências sociais, como a crescente crise habitacional, penalizando, principalmente, a população de baixa renda, tem ocasionado inúmeros debates nas várias arenas sociais. Apesar da extensão da crise, o problema habitacional não tem se colocado como prioridade na elaboração de políticas públicas, sendo este entregue ao sabor de projetos temporários de acordo com a visão política de cada governo eleito, não havendo a construção de um pacto nacional entre as várias vertentes políticas no Brasil. Deste modo, os programas voltados à construção de casas para a população de baixa renda sofrem com as descontinuidades entre governos e as constantes crises econômicas. A inexistência de políticas habitacionais contínuas, e consistentes, tem agravado o problema do déficit de moradias. Portanto, pretende-se discutir de que forma os principais programas habitacionais objetivaram promover ações transformadoras em busca de soluções efetivas para a crise habitacional.

A questão habitacional ganhou destaque a partir de 1930, período marcado por uma maior intervenção do Estado nas questões sociais. Entretanto, apesar dos diferentes esforços, é possível afirmar que ainda não há, até os dias atuais, uma política social para solucionar

a crise da habitação social. Para se iniciar um debate, toda agenda é formada por opiniões divergentes. Portanto, a transformação de um fenômeno qualquer em um problema que deve ser objeto de políticas públicas é uma construção social entre todos os atores envolvidos, convergindo ideias em projetos políticos (DIAS; MATOS, 2012, p. 73).

Os programas habitacionais levados a efeito em diferentes períodos e governos foram: Fundação da Casa Popular, Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida, que foi substituído pelo programa “Casa Verde e Amarela”, na atual gestão, sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018. O “Casa Verde e Amarela” não será visto neste trabalho em função do pouco tempo de atividade, e ainda não ser possível avaliar seus efeitos. Estes programas foram as principais tentativas de se implantar um processo de políticas públicas voltadas à habitação social.

A metodologia utilizada foi baseada na consulta de fontes bibliográficas históricas do desenvolvimento da habitação social no Brasil, encontradas em artigos e livros de autores que se dedicaram ao tema, e pesquisas em banco de dados públicos para análise da legislação pertinente a cada programa habitacional, buscando subsídios para os conhecimentos que possibilitassem a construção deste estudo. O material pesquisado refere-se ao estudo dos principais programas para a habitação social, em nível nacional, no período de 1930 a 2021.

Este texto está estruturado em três capítulos: o primeiro, busca compreender o referencial teórico, interpretando o conceito de políticas públicas à luz de autores como Elenaldo Celso Teixeira (2002), Jose Antônio Puppim de Oliveira (2006); e Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2012), pois não há possibilidade de se discutir políticas públicas sem o conhecimento de seu suporte teórico. O segundo capítulo traz uma análise por meio de uma narrativa histórica da questão habitacional do Brasil a partir de 1930, em conjunto com a participação de atores formais e informais, conforme narra Dias e Matos (2012); e, encerrando, o terceiro capítulo faz uma narrativa dos principais programas habitacionais em diferentes períodos e governos, na tentativa de se constituir uma política pública habitacional consistente.

O campo das políticas públicas ganhou status de área de conhecimento, contida na Ciência Política, em meados do século XX, na Europa e Estados Unidos, objetivando analisar e explicar o papel do Estado na formulação de Políticas Públicas (DIAS; MATOS 2012, p. 10). A área é caracterizada por estudos interdisciplinares, entre as áreas da Economia, Administração, Direito e das Ciências Sociais, traduzindo-se em políticas econômicas, políticas externas, políticas administrativas, políticas sociais e outras associadas às ações do Estado. Segundo Celina Souza (2006, p. 22), todas as ações do governo são passíveis de serem formuladas cientificamente e analisadas por pesquisadores. As restrições orçamentárias aumentaram a importância da elaboração de políticas eficientes, fazendo crescer a importância deste campo do conhecimento.

Cunha e Cunha (2003, p. 12) afirmam que as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas das sociedades, e firmam-se como compromissos a uma determinada área a longo prazo. Não há uma definição única para o que sejam políticas públicas. Segundo Cruz Santos e Nunes Filho (2015, p. 5), são um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania para um segmento social, cultural, étnico ou econômico.

O Estado move-se para dar respostas às necessidades da população ou de um determinado segmento, quando há interesses políticos ou suas reivindicações não podem mais ser ignoradas. A questão habitacional do Brasil, em fins do século XIX e início do século XX, somente passou a chamar atenção do Estado quando esta tornou-se uma ameaça à estabilidade política e social, incomodando a elite dominante com os surtos de doenças, ao ameaçar se espalhar para as áreas nobres em consequência das péssimas condições de moradia da classe trabalhadora de baixa renda, levando o governo às primeiras intervenções para tentar solucionar ou amenizar o problema. Bonduki (2013, p. 29) relata que se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas. Em relação à elaboração de políticas públicas, podemos dizer que:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o que, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Garantir direitos e deveres de cidadania conforme determina a Constituição federal é uma responsabilidade de Estado, a quem cabe definir padrões de proteção social cujas ações são executadas pelo governo. Estado e governo, segundo Hofling (2001, p. 31), são dois entes distintos. Estado é o conjunto de instituições permanentes como legislativo, judiciário e forças armadas, enquanto governo é o conjunto de projetos e programas que partem da sociedade, configurando-se a orientação política por um determinado período.

Políticas públicas são ações de Estados e não de governos. Por isso, é importante a participação popular na elaboração de políticas sociais que, posteriormente, serão legitimadas pela legislação para que, nas trocas de governos, não prevaleçam ideologias e interesses partidários ou de grupos majoritários, alterando decisões tomadas em âmbito institucional para atender interesses de poder pessoal.

O Estatuto da Cidade é um exemplo de como a participação popular é vital para a elaboração de políticas públicas. Nascido da necessidade de tornar nossas cidades mais acessíveis a todos, promovendo a inclusão social, e fornecendo aos movimentos sociais e administradores mecanismos para enfrentar os graves problemas urbanos, o Estatuto da Cidade levou 12 anos para ser promulgado. Foi fruto de um árduo e lento processo de negociação envolvendo movimentos populares, órgãos públicos e seus agentes, universidades, entidades técnico-profissionais, empreendedores e setores privados, cujo objetivo era tratar da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade, democratizando os espaços urbanos.

Políticas públicas são produtos da construção de um consenso na política em resposta a um problema público. Conforme Dias e Matos (2012, p. 3) política é um conjunto de interações que visa atingir um determinado objetivo. Portanto, ela está em toda parte, sendo uma de suas características, a pacificação em torno de interesses em uma sociedade, cabendo ao Estado colocar em ação, por meio de sua instituição mais importante – o governo – o produto desse consenso, que são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos. “Políticas Públicas são um elemento comum da política e das decisões do Governo e da oposição.” (DIAS; MATOS, 2012, p. 4).

Política, em sentido amplo, é a arte de exercer o poder social pela interação entre atores na construção de soluções por meio de debates em busca do bem comum para toda a sociedade. As políticas públicas são o resultado desse consenso construído por meio do debate de ideias entre instituições de Estado e movimentos da sociedade civil, cabendo, ao poder judiciário, a legitimação desse consenso, a partir dos limites impostos pela Constituição federal brasileira. Para Dias e Matos (2012, p. 2), política é a atividade que busca, pela concentração institucional do poder, sanar os conflitos e estabilizar a sociedade.

O processo de planejamento deve ser um trabalho conjunto entre o sistema político e os respectivos grupos de pressão, bem como toda a sociedade por meio de movimentos populares organizados para buscar soluções conjuntas e negociadas entre todos os atores envolvidos, a fim de tomarem decisões sobre os objetivos e recursos necessários para se atingir resultados que foram traçados de maneira sistemática e com antecedência. Por ser um processo de racionalidade, o planejamento depende de informações precisas, transparentes, e flexibilidade para se moldar a diferentes situações políticas, sociais e econômicas.

Para Oliveira (2006, p. 273), o planejamento não pode ser visto como um produto técnico, inflexível, mecânico e burocrático, preso às previsões econômicas, mas sim, como processo dinâmico e mutável. O processo de planejamento de políticas públicas exige a interação de diversas organizações dentro do Estado e, destas, com órgãos da

sociedade civil, movimentos populares organizados e setores privados, pois se trata de uma construção não somente política, mas principalmente social.

Atores políticos ou atores sociais são membros dos grupos que integram o sistema político e os chamados grupos de pressão que estão envolvidos na elaboração de políticas públicas, e buscam exercer sua influência de acordo com seus interesses e da coletividade que representam. Em todo o processo de elaboração das políticas públicas, desde a identificação do problema, formação da agenda, execução e avaliação, bem como seus desdobramentos, estão presentes os atores públicos que são os representantes dos governos, do Estado, e os privados, que representam a sociedade civil, compostos por órgãos de classes, movimentos populares organizados, centros acadêmicos, sindicatos, setores privados, imprensa, igrejas, por meio de suas comunidades de base, entre outras entidades. Dias e Matos (2012, p. 39) afirmam que, embora os representantes eleitos sejam fundamentais, não seria possível implementar as políticas públicas sem o apoio de organizações da sociedade civil.

A responsabilidade da elaboração de políticas públicas, bem como seu acompanhamento e avaliação, devem ser compartilhados entre os diversos atores sobretudo no que tange à habitação e demais áreas, a fim de atenuar a complexidade de comunicação consequente de interesses diversos. O processo político é imprevisível e dinâmico sendo que conjunturas e alianças podem desvirtuar processos de elaboração e implantação das políticas públicas em construção. Por isso, é importante a busca do consenso nas arenas políticas para construir um equilíbrio sobre os interesses dos atores envolvidos. Quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implantação.

Para Dias e Matos (2012, p. 40), a elaboração e implantação de políticas públicas dependerá da correlação de forças entre os vários atores envolvidos. Quanto maior poder de pressão tiverem determinados grupos de atores envolvidos na construção de políticas públicas, maiores serão as chances de influenciarem na elaboração e implantação das mesmas.

Este estudo visa analisar como a questão habitacional no Brasil, que sempre foi caracterizada por péssimas condições de habitabilidade em consequência da falta de planejamentos, e pela inércia do Estado diante do agravamento do problema, despertou a atenção fazendo que o tema entrasse na agenda política. Com o aparecimento de novos atores no cenário político e social, a exemplo das massas populares que se organizaram e exigiram direitos básicos de cidadania e a sua cooptação pelas forças políticas, foi motivada uma reação do governo com a criação de aparato governamental como o Ministério do Trabalho e agências de bem-estar social. Nesse cenário de disputas políticas e pressão por parte da população que clama por providências, o governo de Vargas, que se iniciou a partir de 1930, definiu a sua política social. Para Melo (1990, p. 39), foi a participação popular e a politização do problema habitacional que levou o presidente Vargas a voltar-se para a questão, em busca de legitimar seu governo junto às camadas mais pobres da população.

Tendo em vista que ele assumiu o poder por meio de um golpe, ao romper com as oligarquias dominantes, buscava seguir tendências mundiais que defendiam a intervenção do poder público nos problemas sociais. Suas ações foram logo aceitas por todos os setores da sociedade que defendiam a participação estatal nas questões das condições de moradia, e a crescente insatisfação dos trabalhadores. De acordo com Bonduki (2017, p. 135), governo, empresários e industriais temiam greves e paralisações que prejudicassem a estabilidade da economia e o projeto desenvolvimentista que estava em curso no país. O governo Vargas, mesmo de maneira desarticulada, marcou o início das tentativas de se elaborarem políticas públicas para resolver-se ou diminuir-se a grave crise social da habitação.

No início do século XXI, a participação popular na elaboração, implantação e fiscalização das políticas públicas ganhou amplitude sem precedentes. Mesmo ainda havendo muito a conquistar, a participação direta da população está instituída em conselhos gestores de políticas públicas em todas as esferas administrativas, bem como a participação em conferências e fóruns de debates, e na formulação dos planos diretores dos municípios. É prioridade sua inclusão nos textos. Contudo, essas conquistas tendem a não surtir o efeito

esperado se não houver pleno conhecimento da população de seus direitos, permitindo que setores privilegiados continuem negando direitos de cidadania à maioria, mesmo que esses direitos estejam presentes no texto constitucional.

Perspectiva histórica do desenvolvimento da habitação social no Brasil

A questão da moradia pode ser considerada um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil, refletindo também nos problemas que surgem das soluções desconectadas às redes de transporte e serviços básicos, que negam o direito à cidade às pessoas de baixa renda, segundo Lefebvre (2008, p. 116). O problema da habitação não se reflete somente na construção de casas, mas também na falta de planejamento urbano, ausência de infraestrutura, saneamento básico, e disponibilização de equipamentos urbanos aos moradores de comunidades pobres, constituindo, tristemente, em uma política de não política.

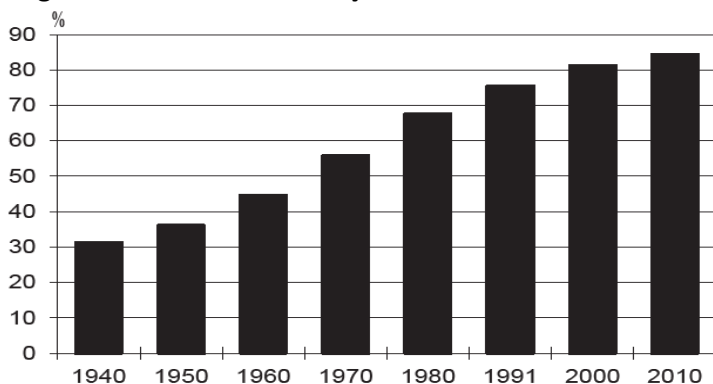
É importante analisar a realidade atual da questão habitacional com base nas ações de governos ao longo dos anos e suas políticas e programas que objetivaram resolver ou amenizar a questão habitacional, associando o aspecto social ao fortalecimento da economia e de desenvolvimento do país. Neste sentido, torna-se pertinente uma revisão histórica do problema habitacional brasileiro, com a perspectiva da intervenção do Estado na elaboração de políticas sociais resultando em programas voltados para tentar solucionar a questão da habitação social do período de 1930 aos dias atuais.

A crescente urbanização, como pode ser visto na Figura 1, aliada à falta de investimentos necessários e ausência de planejamentos, trouxe, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos habitacionais precários. Essa urbanização acelerada resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades e, conseqüentemente, no modo de morar da população.

Iniciativas pouco abrangentes, que não atingiam os efeitos planejados, ou até mesmo a ausência de ações, pautaram a política habitacional brasileira no período anterior a 1930. Os salários recebidos pela maioria dos trabalhadores não comportavam o

pagamento dos aluguéis. O resultado era a inserção de forma precária no mercado de moradias de aluguel.

Figura 1 - Taxas de urbanização no Brasil de 1940 a 2010.



Fonte: Monteiro e Veras (2017).

É possível citar, como exemplo, a questão habitacional na cidade de São Paulo, por representar um espelho da questão de falta e precariedade das moradias em todas as grandes cidades. O deslocamento de trabalhadores do campo em busca de melhores condições de vida e a chegada de imigrantes teve como consequência um processo de urbanização acelerado. Ocorreu um esgotamento das estruturas urbanas por não contar com um planejamento para receber toda essa massa populacional. Conforme Bonduki (2017, p. 26), no período de 1886 a 1900, São Paulo teve a sua primeira crise habitacional, tornando-se notória a carência de habitações para alojar esse novo contingente populacional.

A cidade crescia de maneira desordenada com novos loteamentos e criação de bairros em áreas periféricas sem qualquer infraestrutura urbana. Mas, o principal problema era a expansão de aglomerados de moradias conhecidos como cortiços em áreas centrais para alojar os trabalhadores de baixa renda (BONDUKI, 2017, p. 62). Os cortiços eram construções antigas sem instalações sanitárias ou hidráulicas individuais, transformadas em alojamentos, ou então eram construídas com material de péssima qualidade, a fim de alojar várias famílias. Os proprietários cobravam aluguel alto, aproveitando a crise da falta de moradia. A intenção era baixo custo e grandes ganhos. As

condições insalubres dos locais de moradias eram favoráveis ao aparecimento de epidemias; não havia redes de coleta de esgotos e os dejetos eram lançados direto ao solo, e, com frequência, contaminavam as águas subterrâneas que eram consumidas pelas pessoas. Os cortiços, apesar de condenados, eram tolerados pelo governo, pois não havia alternativas para a questão habitacional. Os trabalhadores de baixa renda, sem conseguir arcar com os altos valores dos aluguéis, somente tinham a opção dos cortiços ou a construção de moradias precárias em locais distantes, ou de riscos, como encostas de morros, se amontoando em favelas, em locais sem qualquer infraestrutura urbana.

Antes de 1930, o Estado, fiel à sua concepção liberal de economia, não disponibilizava nenhum programa estatal ou linhas de financiamento para a questão habitacional, não intervindo diretamente, e permitindo a livre atuação do mercado, tanto na negociação dos aluguéis quanto na construção de casas. Esse negócio era altamente rentável aos proprietários, tendo em vista que, até a década de 1930, a forma dominante de morar da população paulistana, incluindo a classe média, era o aluguel (BONDUKI, 2017, p. 53). O mercado rentista inclusive contava com isenções fiscais que beneficiavam ainda mais os proprietários dos imóveis.

A intervenção estatal na questão habitacional anterior a 1930 limitava-se à fiscalização sanitária dos locais considerados de risco à saúde, e por temer a contaminação das áreas valorizadas. Conforme Azevedo (1988, p. 107), não havia interesse por parte do Estado em melhorar as condições de habitação da população de baixa renda, limitando-se a isolar esses locais como medidas saneadoras. No ano de 1893, São Paulo enfrentava uma epidemia de febre amarela e de cólera-morbo que se originou e se alastrou a partir dos alojamentos dos imigrantes. O combate às doenças e às mortes causavam um prejuízo enorme às finanças públicas, e fazia a classe dominante temer a situação que ameaçava ficar fora de controle. Bonduki (2017, p. 35), refere-se às medidas como “autoritarismo sanitário”, que incluía repetidas e severas invasões nas casas das pessoas na tentativa de impedir a proliferação das epidemias e doenças. A questão da habitação para a população pobre e miserável não era considerada uma questão social ou política, mas, sim, de saúde pública.

A preocupação das autoridades com os locais de moradias precárias e a decisão de intervir no espaço urbano somente ocorreu em face do perigo que estes passaram a representar para a saúde de toda a população; do contrário, o fato passaria despercebido. As medidas sanitárias incluíam, inclusive, a expulsão de moradores de suas casas, quando estas se localizavam em áreas valorizadas, que eram entregues às empresas privadas que construíam novas residências destinadas a pessoas de rendas maiores, restando, aos desalojados, a periferia ou as favelas nas encostas de morros (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 203).

A formulação de políticas públicas habitacionais a partir dos anos 1930 deu-se, desde a incorporação na cena política de novos atores sociais, entre os quais se destacavam as massas populares, que se aglomeravam em habitações precárias nas regiões periféricas, desprovidas de infraestrutura urbana, expulsas das áreas onde residiam em consequência de inúmeras ações e projetos de remodelação das cidades, principalmente nas áreas centrais. Para Azevedo (1988, p. 107), a politização das favelas e o aparecimento de movimentos organizados na arena política foi um marco para uma nova direção em relação às políticas sociais no Brasil, e uma nova fase de reflexão sobre a questão habitacional, que se iniciou a partir do governo do presidente Getúlio Vargas. Segundo Azevedo e Andrade (2011, p. 2), uma nova doutrina dominava a política brasileira e ameaçava o sistema vigente e não passaria despercebida pelas forças políticas dominantes. A escolha da habitação passou a ser o novo eixo da política devido às tensões nas favelas, as migrações maciças para as cidades e o crescente processo de urbanização. O quadro da época mostrava um partido comunista em ascensão, com forte penetração junto às populações operárias residentes nas favelas das grandes cidades.

O clima político, econômico e cultural durante o período do primeiro governo Vargas colocou a questão da habitação em um patamar que não poderia ser mais ignorado e tornou-se prioridade nos debates de todos os setores envolvidos na estratégia de desenvolvimento do país. Resolver o problema da moradia dos trabalhadores era crucial para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora (BONDUKI, 2017, p. 81).

O governo, inicialmente agindo unilateralmente e sem conhecimento da extensão do problema, tomou medidas que agravaram ainda mais a situação, como a lei do inquilinato. Segundo Melo (1990, p. 41), na tentativa de regular o mercado, o governo congelou os aluguéis por dois anos, o que levou a uma reação dos proprietários. Temendo uma desvalorização dos aluguéis, despejavam os antigos inquilinos, contando com brechas na legislação, para elevar os preços em novos contratos. Os investimentos na construção de novas moradias se retraem diminuindo a oferta, mas o crescimento vegetativo da população continuava acirrando ainda mais a crise habitacional.

As vilas operárias construídas pelos empresários para alojar os operários das indústrias, contando com incentivos do governo em forma de benefícios fiscais, eram vistas como modelos de habitações econômicas e higiênicas, mas não supriam a demanda da escassez de moradias, pois o setor industrial não possuía a capacidade de absorver a demanda por habitações, em face de sua reduzida capacidade econômica. A importância que a questão habitacional teve durante os governos nas décadas de 1930 e 1940 foi tão grande que houve a percepção de que o problema não seria resolvido pela iniciativa privada, mas, sim, pelo Estado, o que foi bem recebido pela sociedade, tendo em vista que este era um problema que afligia a todas as classes sociais igualmente, devido à instabilidade social, econômica e política que causava (BONDUKI, 2017, p. 86).

Em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular por meio do Decreto-Lei nº 9.218 de 1º de maio de 1946, o primeiro programa habitacional que objetivava a construção de casas populares para a população de baixa renda. Essa foi considerada a primeira tentativa de se construir uma política pública habitacional em nível nacional (BONDUKI, p. 123). As outras tentativas que serão analisadas a seguir são o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Os principais programas habitacionais desde 1930 até os dias atuais

Fundação da Casa Popular (FCP)

O primeiro governo Vargas marca o início de uma nova direção em relação às políticas sociais com a intenção de aproximar Estado, trabalhadores e empresários, com um discurso voltado a atender às aspirações dos mais pobres, de modo a passar a essas pessoas a sensação que o governo que ele representava estava consciente de suas necessidades e buscava soluções para saná-las. Uma delas era a questão da habitação. A partir de 1930, a politização da questão habitacional e a mobilização da população em movimentos sociais causaram uma mudança significativa nos objetivos governamentais no setor de políticas sociais, iniciando o período de esboço das primeiras tentativas de elaboração de políticas de habitação social para legitimar a ação do Estado (AZEVEDO, 1988, p. 107). Vargas buscou a legitimação de seu governo junto ao poder emergente, as massas populares, que reivindicavam direitos básicos de cidadania, entre eles o direito à moradia digna (BONDUKI, 1994, p. 716). Para isso, foi vital demonstrar compromisso com suas reivindicações.

A ideia para a criação de um órgão que centralizasse a política habitacional para os trabalhadores de baixa renda surgiu em um momento em que o Estado precisava dar uma resposta à grave crise social que ameaçava a estabilidade política, consistindo em um momento histórico em que o Estado brasileiro definia seus objetivos políticos e renunciava à sua política não intervencionista, pois o governo tinha a consciência de que o setor privado era incapaz de prover habitação para toda população em condição de vulnerabilidade social. Vargas se inscreveu nesse movimento de definição de uma política social efetiva, caracterizado pela intervenção do Estado, tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão habitacional às ‘livres forças do mercado’, que vigoravam até então (BONDUKI, 2017, p. 86).

Os objetivos da FCP eram bastante ambiciosos, pois além de financiar a construção de casas para os trabalhadores de baixa renda, esta deveria também se ocupar da infraestrutura com saneamento básico e calçamento de ruas, além de financiar o desenvolvimento das

indústrias de material de construção alavancando o crescimento econômico do país. A FCP foi montada para ser um projeto grandioso e um símbolo do compromisso do governo para com os trabalhadores, integrando-os ao Estado de bem-estar social. A data escolhida para inaugurar a FCP mostrou a extensão política que o governo esperava alcançar: 1º de maio de 1946.

A FCP somente teve sua criação oficializada na presidência do general Eurico Gaspar Dutra, que foi eleito com um discurso sobre a gravidade da questão habitacional (MELO, 1990, p. 43). Segundo Bonduki (2017, p. 125), o fim do governo Vargas interrompeu a construção de uma política pública consistente. O decreto que estabelecia a criação da FCP trazia mudanças profundas no que havia sido planejado por Vargas, em função dos interesses dos diversos atores envolvidos e por não haver mais a determinação e a obstinação do governo anterior. A base financeira que daria suporte à FCP estava estipulada no Decreto-Lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946. A unificação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) das várias categorias de trabalhadores no recém-criado Ministério do Trabalho, a quem cabia indicar os diretores dos IAPs, viraria o principal aporte financeiro, além da criação de um imposto sobre transferência de imóveis, cuja arrecadação e regulamentação ficaria a cargo dos estados. Esses recursos deveriam sustentar a política de construção de moradias. O uso dos recursos previdenciários pelo Estado para uma função que não era de responsabilidade dos IAPs sempre foi polêmico, sendo um dos fatores de crise para se implantar uma política habitacional consistente. O imposto sobre a transferência de imóveis também não era bem-visto pelos governadores (BONDUKI, 2017, p. 129).

Anterior à FCP, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) de cada categoria de trabalhadores, criados em 1930, ocupavam-se em construir casas para os seus segurados. Cabe ressaltar que estes institutos tinham uma grande reserva financeira que atraiu a atenção do governo, ávido por uma solução para a crise habitacional, e o uso desses vultosos recursos poderiam ser a peça-chave para a implementação do programa de construção de moradias. O governo enxergava esses recursos como uma solução perfeita para

resolver a questão habitacional sem exigir sacrifícios das classes conservadoras (BONDUKI, 2017, p. 109).

Segundo Azevedo (1988, p. 23), a FCP foi concebida para ser autossuficiente e com controle de seus recursos, tendo uma grande autonomia operacional. Entretanto, entraves políticos, administrativos e econômicos, e a falta de comunicação entre o governo federal e os estados fizeram com que ficasse dependente exclusivamente de verbas do orçamento e da boa vontade dos governantes que sucederam ao presidente Dutra, que já não tinham o mesmo entusiasmo do presidente Vargas quando idealizou uma política habitacional.

A falta de um comando único que centralizasse o planejamento, e elaborasse as diretrizes para a execução das obras, minaram o poder da FCP. Os conselhos de trabalhadores, que presidiam os institutos de pensões, resistiam a entregar o comando dos recursos financeiros ao governo alegando que este não era o objetivo das carteiras e que prejudicariam os seus segurados. Além de disputas internas nas estruturas governamentais que temiam perder influência para o Ministério do Trabalho, que tinha a prerrogativa de gerir a questão habitacional, também os estados resistiam em aplicar o imposto sobre transferências de imóveis por temerem uma reação negativa da população a mais um imposto, e, aqueles que o recolhiam, não o repassavam à FCP. O imposto que deveria ser um importante aporte financeiro da FCP acabou por ser revogado e extinto, por conta da falta de articulação do governo central com os estados. Dessa maneira, a FCP foi desprovida de seus dois principais aportes financeiros: o acesso aos enormes recursos financeiros dos institutos de pensões e o repasse do imposto sobre transferência de imóveis pelos estados. A FCP ficava cada vez mais dependente de recursos do orçamento que, a cada ano, ficava mais escasso.

O clientelismo e os interesses políticos foram instrumentos bastante utilizados na seleção dos municípios onde se implantariam os conjuntos habitacionais. Devido a um termo de compromisso com os municípios, estes arcariam com as despesas das infraestruturas e, neste sentido, os municípios com melhores recursos sempre eram privilegiados (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 9).

A FCP, criada inicialmente para resolver os problemas habitacionais da população de baixa renda, acabou estendendo sua oferta à parcela da população com rendas maiores, em face de seus poucos recursos financeiros em busca do retorno dos investimentos. Em consequência dos inúmeros entraves, pressionada por interesses políticos diversos, sem dispor de fontes de recursos que garantissem sua autossuficiência, e enfrentando altos índices de inflação que corroíam os investimentos, e tornavam elevados os custos para a construção de casas para a população de baixa renda, a FCP não conseguiu fazer frente à missão de construir 140.000 moradias. Em 1960 apenas pouco menos de 17.000 casas haviam sido construídas.

Tabela 1 - Fundação da Casa Popular: casas e conjuntos construídos por tamanho de cidades (população), até 31 de dezembro de 1960.

Tamanho de cidades (habitantes)	Casas construídas	%	Número de conjuntos construídos	%
Até 5.000	836	5	22	15
5.000 a 10.000	914	5	24	17
10.000 a 20.000	1.109	7	22	15
20.000 a 50.000	2.586	15	35	25
50.000 a 100.000	2.157	15	19	13
+ de 100.000	9.362	55	21	15
Total	16.964	100	143	100

Fonte: Azevedo e Andrade (2011).

Segundo Rubin e Bolfe (2014, p. 207), a primeira tentativa de se implementar uma política habitacional fracassou porque os grupos que seriam beneficiados estavam desorganizados, ou desinteressados, e não conseguiram criar uma representatividade que os apresentasse como interlocutores junto ao governo na elaboração de uma política consistente, além da FCP contar com escassos recursos orçamentários que enfraqueceram ainda mais o processo. Bonduki (2017, p. 128) diz que a falta de consenso entre governo e oposição, principalmente entre partidos de esquerda, além da oposição de setores de classe e dos próprios institutos de pensões e sindicatos ao programa foram fragilizando e frustrando o projeto da FCP. A ineficiência governamental em centralizar a gestão da FCP e a falta de consenso

entre todos os setores envolvidos, bem como o fisiologismo político em detrimento dos interesses públicos foram a marca do fracasso da FCP (BONDUKI, 2017, p. 134). A partir de 1964, o modelo da FCP foi substituído por outro, com o início dos governos militares: o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Banco Nacional da Habitação (BNH)

O BNH foi instituído pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com o objetivo de construir habitações para a população de baixa renda. O novo regime chegara ao poder por meio de um golpe militar e a principal motivação para a criação do Banco Nacional da Habitação foi de ordem política. Segundo Azevedo e Andrade (2011, p. 39), por trás das medidas estava a intenção de demonstrar a sensibilidade do novo regime às necessidades das massas despertadas politicamente no governo Goulart. A sobrevivência do novo regime dependia do apoio dos trabalhadores urbanos e era preciso conseguir isso, apesar da pressão inflacionária e da política de contenção salarial que sacrificava os mais pobres. As tensões sociais nas favelas e sua cooptação pelos partidos de esquerda representavam um grande potencial de conflitos. A apresentação de uma solução para a questão habitacional poderia agir de forma amenizadora junto às massas populares carentes, frente ao agravamento das condições de vida urbana a que essa camada social era exposta; uma política habitacional poderia emergir para a estabilidade social (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 41).

Ao contrário da FCP, o BNH contava com recursos financeiros e administrativos muito maiores. Os recursos provinham de dois mecanismos de poupança: compulsória, via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e voluntária, via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que atuava através das cadernetas de poupança e das letras imobiliárias. O FGTS, criado por lei em 1966, determinava que empresas e trabalhadores recolhessem um percentual em um fundo de reserva para amparar trabalhadores demitidos sem justa causa. Este fundo seria gerido pelo BNH. Desta maneira, o novo programa teria recursos suficientes para ser gerido, sem precisar contar com verbas orçamentárias, tornando-se

financeiramente capaz de levar adiante as políticas públicas do novo governo.

O Banco Nacional da Habitação foi criado para dar provas à população que o novo governo tinha capacidade de atacar os problemas sociais e era receptivo às suas necessidades (Azevedo e Andrade, 2011, p. 40). O programa, além da construção de moradias, deveria ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil, fortalecendo a indústria nacional e, ainda, viabilizando o processo de urbanização. A pedra angular do BNH era o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O BNH conseguiu o que sua antecessora não conseguiu: centralizar a política habitacional em um único órgão e, assim, ter alcance nacional (MEDEIROS, 2010, p. 3).

Criada com foco nas classes menos favorecidas, a política habitacional dos governos militares foi se distanciando gradativamente de seu objetivo à medida que ficava cada vez mais difícil compatibilizar os objetivos sociais e o desempenho econômico. A visão empresarial empregada no programa habitacional proporcionou um retorno financeiro aos investimentos aplicados, ao mesmo tempo em que reduzia a dependência de verbas orçamentárias. Porém, afastava o público-alvo, pois cada vez mais tornava-se impossível às camadas de baixa renda ter acesso à casa própria, devido ao valor das prestações e dificuldade ao crédito (AZEVEDO, 1988, p. 110).

Segundo Bolaffi (1982, p. 41), o BNH já tinha conhecimento que, em relação à habitação popular, somente uma parcela mínima do público-alvo tinha renda suficiente para comprá-la. Deste modo, o programa começa a se desvirtuar de seus objetivos iniciais.

As críticas ao programa do BNH, segundo Medeiros (2010, p. 4), foram relacionadas ao abandono da questão social em benefício ao desenvolvimento econômico. Apenas 3% dos investimentos eram destinados à construção de moradias para a baixa renda. O projeto social ficou em segundo plano e os imperativos econômicos se sobrepuseram à política habitacional adotada pelos governos militares. O tecido urbano que se formou, resultou em uma caótica realidade da população, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Os investimentos acabaram favorecendo a classe média e

deixando de lado os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo. Do total de moradias produzidas, 35% foram destinadas ao “mercado popular”, com comprometimento de apenas 13% de todos os recursos investidos pelo BNH.

Tabela 2 - Financiamentos Habitacionais concedidos através de SFH até 31 de dezembro 1980.

Clientela	Unidades Financiadas	%
Mercado Popular	1.004.884	35,0
Mercado Econômico	627.824	21,8
Mercado Médio	1.241.175	43,2
Total	2.873.883	100

Fonte: Azevedo e Andrade (2011).

O governo concedia subsídios como desconto no imposto de renda favorecendo ainda mais a classe média. Os poucos investimentos destinados à população de menor renda eram para as áreas menos dotadas de infraestrutura, longínquas e pouco valorizadas (MOTTA, 2014, p. 6). A política de arrocho salarial implantada pelos governos militares sob a alegação de resolver os graves problemas econômicos, e o desemprego devido à crise financeira da década de 1970, levaram a um aumento de saques do FGTS e da caderneta de poupança, as duas principais fontes de recursos do sistema. Assim, cresceu a inadimplência, principalmente das famílias de baixa renda, diminuindo a capacidade de investimento do BNH, o que, aliado às péssimas gestões, constantes crises econômicas pela qual passava o país, além de denúncias de corrupção, levaria ao encerramento do programa, que seria extinto no governo do presidente José Sarney. Em 1988, Sarney transferiu para a Caixa Econômica Federal as funções do BNH, após 22 anos de existência e 4,5 milhões de casas construídas. Apesar do número, o BNH não conseguiu inverter a curva ascendente do agravamento da questão habitacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 99).

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003 mudava a concepção política em relação às políticas sociais. O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009 pela Lei nº 11.977, com o objetivo de atender prioritariamente a população que tinha renda inferior a três salários mínimos, e que representava 80% do déficit público de habitação que, de acordo com dados quantitativos, à época, estava em 7,2 milhões de moradias.

O programa foi instituído também como parte de um plano mais amplo de recuperação econômica e, portanto, na esteira de uma série de ações cujo caráter principal era acelerar a produção, e gerar receita e emprego. Tinha como base financeira recursos federais disponibilizados por meios de fundos das instituições financeiras como FGTS e BNDES, além de recursos do orçamento da União que ficavam à disposição das construtoras privadas mediante aprovação dos projetos nos municípios e na Caixa Econômica Federal.

O programa atendia a uma das principais reivindicações dos movimentos populares para debelar a crise habitacional: a participação no orçamento público, subsidiando a construção de casas populares. O governo federal do Brasil entrou com forte subsídio direto à habitação para as famílias de menor renda, e lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) como uma política anticíclica em relação à crise. (LEONARDO; TEIXEIRA, 2019, p. 5). Os objetivos são idênticos aos programas anteriores: alavancar o desenvolvimento, gerar empregos e investimentos no setor da construção civil. O PMCMV, com forte participação de subsídios federais, focou em atender a parcela mais vulnerável da população.

O Programa Minha Casa Minha Vida também atendia famílias com rendas maiores, apesar de focar prioritariamente na parcela da população com renda inferior a três salários-mínimos. Tal parcela da população recebia até 90% de subsídios para aquisição do imóvel. Organizadas por faixas de proventos de acordo com a renda familiar, o programa determinava o posicionamento para atendimento diferenciado referente às condições para o financiamento e as taxas de juros aplicadas. Mesmo as famílias com maiores rendas, que não obtinham subsídios, contavam com condições de pagamento e de

juros melhores que as do mercado. O programa alavancou o investimento em habitação no país, que cresceu no período compreendido entre os anos de 2009 e 2014, uma vez que passou de R\$ 5,25 bilhões em 2009, para R\$ 16,8 bilhões em 2014 (KLINTOWITZ, 2015 *apud* LEONARDO; TEIXEIRA, 2019, p. 5).

Cabia ao Ministério das Cidades a regulamentação do programa e as relações intergovernamentais com as administrações municipais, a quem cabia a responsabilidade de mobilizar-se para atender às necessidades de sua população em relação ao PMCMV. A formação da agenda de negociação teve a participação de todos os setores da sociedade, inclusive do empresariado da construção civil, das onze maiores construtoras e incorporadoras do Brasil. Estas tiveram importante participação na elaboração do programa, tendo em vista que, com a participação do governo federal na concessão de subsídios, o risco de inadimplência era mínimo (LEONARDO; TEIXEIRA, 2019, p. 6).

A criação de órgãos como o Ministério das Cidades (2003) e o Conselho das Cidades (2004) possibilitou a inclusão de todos os setores da sociedade no debate para o planejamento urbano, que deveria ser levado a efeito pelo PMCMV, e que representou a volta dos investimentos na construção de habitação social (SILVA; SILVA, 2020, p. 3).

O PMCMV foi um programa inovador pelas negociações entre toda a sociedade, e ampla participação dos municípios no planejamento e na gestão do mesmo. O Ministério das Cidades centralizava a formulação do PMCMV, sendo responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do mesmo (SILVA; SILVA, 2020, p. 3-4).

Críticas à estrutura do programa foram feitas principalmente em relação à forma de contratação e produção do PMCMV, possibilitando às empreiteiras ofertarem seus projetos em terrenos de sua escolha, gerando grande pressão sobre os órgãos municipais competentes. Em consequência, os municípios eram levados a aprovarem projetos em curto prazo e a atenderem às metas do programa, independentemente da sua qualidade urbanística, da

legislação local vigente, e da inserção dos conjuntos no território municipal (SILVA; SILVA, 2020, p. 4).

Segundo Tolotti (2017; p. 2-17), o PMCMV demonstrou preocupações mais com o desenvolvimento econômico do que propriamente com o aspecto social do programa e a superação do déficit habitacional. Assim, permitia a hegemonia do setor privado, tornando as administrações locais meros coadjuvantes nesse processo, e resultando em uma realidade urbana diferente da planejada em seus planos diretores.

De acordo com Galvão (2019, p. 52), o PMCMV retomava a visão empresarial da política habitacional vista nos programas anteriores, optando pela construção de unidades habitacionais sem considerar o espaço urbano das cidades, continuando o processo de periferização e acentuando a segregação social. As moradias destinadas à parcela com as menores rendas eram sempre construídas fora do perímetro urbano e distantes do centro, levando a gastos com infraestruturas pelos municípios e a um custo maior com transporte pelos moradores. Galvão (2019) afirma que o PMCMV apoiou e aqueceu a economia, mas não resolveu o problema do déficit habitacional.

Fortes críticas ao programa, principalmente aos financiamentos para a construção de casas para a população de baixa renda, além das restrições orçamentárias em consequência da crise econômica e política, que se abateu sobre o governo da Presidente Dilma, diminuíram os repasses orçamentários para o mesmo, levando quase a sua paralisação. O PMCMV foi substituído pelo programa Casa Verde e Amarela, na gestão do presidente Jair Bolsonaro em 2021. O PMCMV no período de atuação entre 2009 a 2019 entregou 4,3 milhões de moradias, sendo 1.493.180 destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos, conforme relatório de avaliação do PMCMV do Ministério da Economia (BRASIL, 2020, p. 11).

Conclusão

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, coletados em março de 2021, o déficit habitacional em todo o Brasil está em 5,8 milhões de moradias, com tendência de aumento.

Uma das causas para esse crescimento é o ônus excessivo com aluguel urbano, hoje caracterizado como o principal componente do déficit. Analisando os principais programas habitacionais em diferentes governos e períodos, conclui-se que a visão empresarial sempre prevaleceu em detrimento aos interesses sociais, apesar da questão habitacional ter se tornado uma obrigação de Estado.

O desenvolvimento econômico atrelado aos benefícios sociais não foi alcançado e os benefícios ao público-alvo não se concretizaram, haja vista que tanto o déficit, quanto a inadequação de moradias persistem. O fato de governos não conseguirem amenizar as desigualdades entre os cidadãos aumenta a descrença social no sistema e nas regras estabelecidas, e as consequências para se concretizar políticas de interesse social tornam-se mais difíceis, inviabilizando o desenvolvimento econômico.

A necessidade de um pacto entre todos os setores para a estabilidade política e econômica é vital para se alcançar a sonhada justiça social. Segundo Dias e Matos (2012, p. 60), o processo de elaboração de políticas públicas é entendido como uma sucessão de negociações entre todos os atores políticos interagindo em todas as arenas formais (congresso, executivo e judiciário) e informais (movimentos sociais e entidades de classes).

Referências

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema. *In: MARICATO; E. (org). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil. *In: Revista Análise social*, v. XXIX, n. 127, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942.** Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências. Presidente da República. Legislação Informativa. Diário Oficial da União, Seção 1, 1942.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.128, de 1º de maio de 1946.** Autoriza a instituição da “Fundação da Casa Popular”. Presidente da República. Legislação Informativa. Diário Oficial da União, Seção 1, 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946.** Estabelece bases financeiras para a fundação da casa popular e dá outras providências. Presidente da República. Legislação Informativa. Diário Oficial da União, Seção 1, 1946.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Presidente da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1964.

BRASIL. **Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.** Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Presidente da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1966.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa, Minha Vida.** Ministério da Economia, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Brasília: 2020.

CRUZ Santos, K. C.; NUNES FILHO, M.S. Políticas públicas sociais aplicadas ao direito à moradia digna. *In: Revista Contribuições a Ciências Sociais*, n. 27, 2015.

CUNHA, E. da P. M.; CUNHA, E. S. Políticas Públicas Sociais. *In: CARVALHO, A. et al. (org.). Políticas Públicas.* 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DIAS, R.; MATOS; F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2012.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) sociais. *In: Cadernos Cedex*, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

LEONARDO, S. V.; TEIXEIRA, M. A. C. Relações Intergovernamentais nas Políticas Públicas: Uma análise da implementação do Programa Habitacional brasileiro Minha Casa Minha Vida (PMCMV). *In: Revistas Estudos e Pesquisas em Administração*, v. 3, n. 1, 2019.

LEVEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MEDEIROS, S. R. F. Q. de. **BNH**: Outras Perspectivas, 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/bnh-outras-perspectivas>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MELO, M. A. B. C. de. Política de Habitação e Populismo: o ocaso da Fundação da Casa Popular. *In: Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 3, n. 1, 2008.

MOTA, L. D. A questão da Habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. *In: Conflitos Ambientais*, 2014.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *In: RAP*, v. 40, n. 1, p. 273-288, 2006.

RUBIN, R. G.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *In: Revista Ciência e Natura*, v. 36, n. 2, p. 201-213, 2014.

SILVA, P. S. da.; SILVA, M. L. P. da. Democracia Participativa nas Políticas Habitacionais de Interesse Social: uma análise dos modelos de gestão no Brasil e em Portugal. *In: XII SIIU – Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo*, 2020.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *In: AATR-BA*, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VARGAS, E. **Os Discursos de Vargas e as Políticas Sociais no Brasil de 1930 A 1940**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

GEOGRAFIA DOS INDICADORES E DA QUALIDADE DE VIDA: POSSIBILIDADES A PARTIR DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ARAXÁ, BRASIL

*Josimar dos Reis de Souza
Beatriz Ribeiro Soares*

O presente texto tem como objetivo apresentar a análise de indicadores socioeconômicos realizada na Região Geográfica Imediata de Araxá, Minas Gerais (Brasil), a partir de dados disponibilizados pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), da Fundação João Pinheiro (FJP), e do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, o estudo realizado, ora apresentado, busca trazer contribuições para a perspectiva contemporânea relacionada à melhoria da qualidade de vida, com foco nas condições de acesso à renda pela população.

Tem-se, a partir da análise do processo de urbanização no Brasil e dos graves problemas sociais dele decorrentes, a evidência da urgente necessidade de se buscar estratégias de intervenção para que as condições de vida da população sejam melhores. Nesse sentido, a busca por estratégias que garantam a melhoria das condições de saúde, seja física, mental, intrínseca ao indivíduo, como também, ao ambiente no qual está inserido, é de fundamental importância para se conquistar avanços na qualidade de vida (SOUZA; SOARES, 2018).

Portanto, o uso de variáveis e indicadores são importantes na busca por ferramentas que auxiliem a gestão pública na tomada de decisões e para melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido tem-se desenvolvido projetos no Brasil e no mundo, nos quais a análise estatística vem sendo utilizada. Estudos realizados pela OMS, ONU e União Europeia, entre outros, são exemplos mundiais na busca de sistema de indicadores que contribuam com a melhoria do nível de vida no intraurbano (NAHAS, 2002; LIMA, 2013).

Para a análise, foram utilizados os dados socioeconômicos do IMRS de 2000 e 2010 e do Censo Demográfico de 2010, dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Araxá. São eles: Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira. Os resultados foram tabulados e cartografados, de forma a possibilitar sua análise e demonstrar que o uso de indicadores em prol da qualidade de vida possibilita resultados importantes para o gerenciamento dos municípios, via banco de dados disponíveis.

Indicadores Socioeconômicos e Qualidade de Vida na Imediata de Araxá

A Região Geográfica Imediata de Araxá é considerada de extrema relevância para a economia do estado de Minas Gerais, tendo em vista o seu papel como polo minerador, com a presença de importantes empresas como a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e da Mosaic, ligadas à exploração de Nióbio e Fosfato, respectivamente. Ademais, a agropecuária em grande escala, faz com que os municípios da região se destaquem como principais produtores de grãos, gado, leite, entre outros (SOUZA, 2020). Devido a essa dinâmica, os municípios da Imediata de Araxá possuem indicadores de produção que os colocam entre as 50 maiores economias – Produto Interno Bruto (PIB) – de Minas Gerais (IBGE, 2021). Assim, torna-se um recorte espacial interessante, tendo em vista que, por vezes, a pujança econômica não é acompanhada por indicadores satisfatórios de qualidade de vida.

Dentre os aspectos que dimensionam os níveis de qualidade de vida da população, o acesso à renda e à assistência social desponta como dois dos principais, seja na busca pelas satisfações pessoais relacionadas, sobretudo, ao consumo, como também por se tratar de constante definidora das condições de habitação, do acesso à saúde (privada) e também à educação (sobretudo ao ensino superior). Em suma, sendo o Brasil um país marcado por profundas desigualdades sociais, no qual os serviços de qualidade se encontram, em sua maioria, na iniciativa privada, analisar as condições de acesso das famílias a esses serviços se torna extremamente necessário.

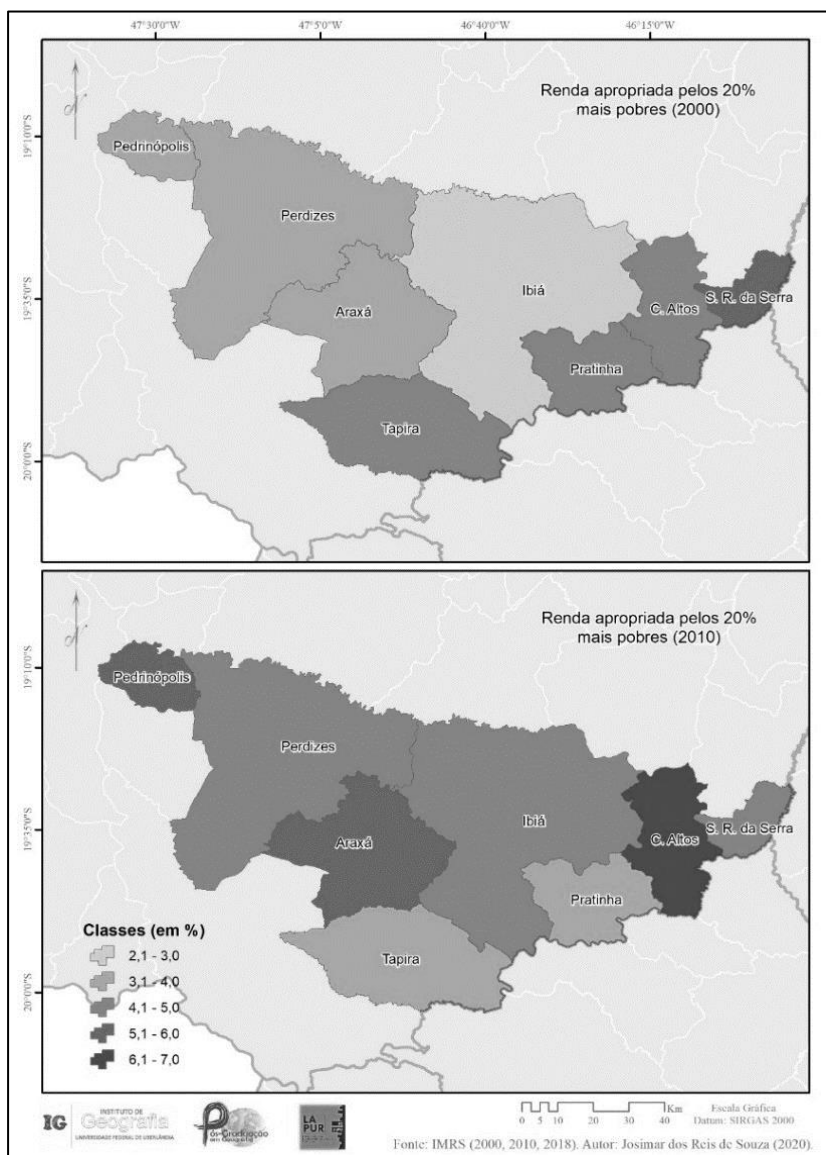
Para a análise da renda foram escolhidos os seguintes indicadores: renda apropriada pelos 20% mais pobres; renda apropriada pelos 20% mais ricos; domicílios sem rendimento *per capita*; domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo; domicílios com renda *per capita* entre um e dois salários mínimos; domicílios com renda *per capita* entre dois e cinco salários mínimos; domicílios com renda *per capita* entre cinco e dez salários mínimos; e domicílios com renda *per capita* maior do que dez salários mínimos. Já para a análise da assistência social foram selecionados os indicadores: pessoas em situação de pobreza extrema; pessoas pobres ou vulneráveis à pobreza e cobertura do Programa Bolsa Família. Além disso, utilizou-se dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC), serviço de apoio financeiro destinado a pessoas portadoras de deficiências e idosos em situações de vulnerabilidade.

As figuras 1 e 2 apresentam os resultados, em nível municipal, da diferença existente entre a renda apropriada pela parcela da população 20% mais pobres, e a renda apropriada pela parcela 20% mais rica. Ambas as análises são amplamente utilizadas por organizações internacionais e nacionais para mensurar a distribuição de renda. Dados do IBGE (2021) apontam que, no Brasil, os 20% mais ricos ganham, em média, 18 vezes mais que os 20% mais pobres. Por se tratar de uma média, faz-se necessário considerar que uma parcela ainda menor da sociedade, detentora de privilégios fiscais, possui renda ainda superior, quadro que coloca o Brasil como um dos países mais desiguais, com complexos problemas sociais.

Tem-se que, em 2000, o município de Santa Rosa da Serra foi o que apresentou a maior taxa de renda apropriada pelos 20% mais pobres, com 5,6% da renda total obtida pelos habitantes. Campos Altos, Pratinha e Tapira apontaram taxa entre 4% e 5%, enquanto Araxá, Pedrinópolis e Perdizes tiveram resultados entre 3% e 4%. Ibiá foi o município que apresentou o menor nível de apropriação de renda pelos mais pobres, com apenas 2,9%. Comparando os dados desse ano com os de 2010, pode-se verificar que, à exceção de Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira, os demais municípios da Imediata de Araxá apresentaram evolução positiva, mesmo que pequena, na distribuição de renda. Nesse ano, Campos Altos foi o que apresentou a maior taxa, 6,4%, seguido por Araxá e Pedrinópolis, com taxas entre 5% e 6%, e

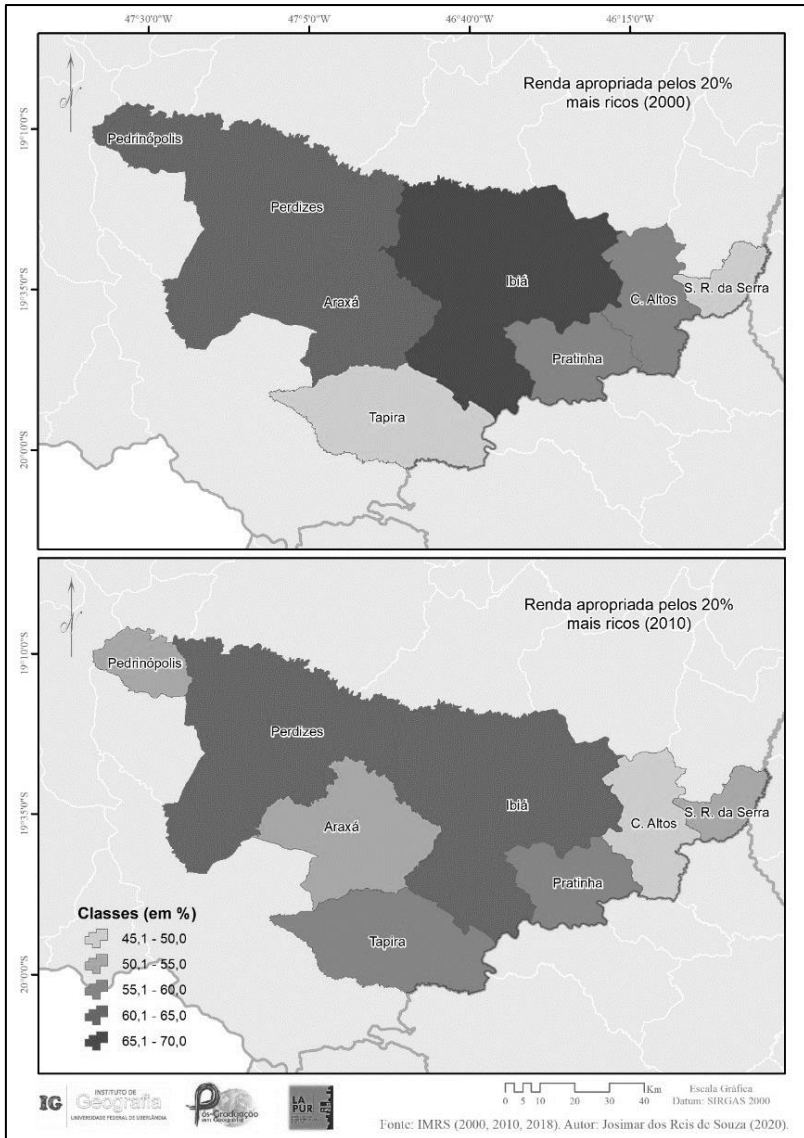
Ibiá, Santa Rosa da Serra e Perdizes, com taxa entre 4% e 5%. Pratinha e Tapira figuraram entre as cidades com menor acesso à renda total pelos mais pobres, com taxas de 3,8% e de 3,3%, respectivamente.

Figura 1 - Renda 20% mais pobres.



Fonte: IMRS, 2000 e 2010. Autor: Souza, 2020.

Figura 2 - Renda 20% mais ricos.



Fonte: IMRS, 2000 e 2010. Autor: Souza, 2020.

A melhora no acesso à renda pelos mais pobres entre 2000 e 2010 deve-se a três aspectos principais: o primeiro diz respeito à criação do Programa Bolsa Família, em 2003, que levou uma parcela

da população que se encontrava em situação de extrema pobreza a ter acesso a uma renda mínima para sua sobrevivência; o segundo está relacionado ao aumento anual do salário mínimo acima da inflação, o que levou a um ganho real para a população; o terceiro se relaciona ao período de crescimento vivenciado pelo país nessa década, com altos investimentos em obras de infraestrutura, que fez com que as taxas de desemprego caíssem e uma maior parcela da população economicamente ativa conseguisse emprego formal.

Por outro lado, o indicador de renda apropriada pelos 20% mais ricos demonstra uma tendência de permanência de concentração da riqueza, o que segue naturalmente uma tendência nacional, como também dos países periféricos. Tanto os dados do ano 2000 como do ano 2010 apontaram para uma concentração de renda pelos 20% mais ricos, salvo exceções, superior a 50%. Verificou-se, no primeiro ano, que Ibiá foi o município com maior concentração de renda entre os mais ricos, com taxa de 60,1%. Este aspecto é importante, pois esse é o mesmo município que apresentou a apropriação mais baixa entre os 20% mais pobres no referido ano. Os municípios de Araxá, Pedrinópolis e Perdizes se situaram entre a taxa de 55% e 60%, enquanto Campos Altos e Pratinha entre 50% e 55%. Santa Rosa da Serra e Tapira foram os que tiveram taxa inferior a 50%, com 45,6% e 49,9% respectivamente. Em 2010, o quadro de concentração de renda se manteve, com Ibiá e Perdizes apresentando maior concentração, superior a 60%, e apenas Campos Altos com concentração inferior a 50%.

Acerca da distribuição de renda nas áreas urbanas da Imediata de Araxá, o censo demográfico de 2010 possibilitou a análise da distribuição da renda *per capita* domiciliar, por setores censitários, a partir de diferentes faixas de renda. Tal indicador foi importante para apontar as disparidades de renda, e, conseqüentemente sociais, existentes no interior das cidades.

Em relação à distribuição da população sem renda, tem-se que, em 2010, apenas Araxá, Campos Altos e Perdizes apresentaram setores censitários com ausência dessa faixa da população. Tal informação é muito importante, porque possibilitou inferir que, mesmo em setores compostos majoritariamente pelas classes média

e alta, ocorria, naquele ano, a existência de famílias em condições de extrema pobreza. Isso demonstra que os tecidos urbanos da Imediata de Araxá, em sua maioria absoluta, não possuíam uma homogeneidade em tais aspectos, à exceção de áreas com presença de condomínios fechados e demais construções de alta renda. Não obstante, mesmo todas as cidades apresentando certo grau de famílias sem renda, em sua maioria, apresentaram taxas inferiores a 10%, sendo muitas delas inclusive situadas entre 0,1% e 1%.

Em relação à renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo, tem-se que, à exceção de Tapira, todas as demais cidades apresentaram níveis acima de 25%. Ademais, em todas as áreas urbanas foi possível notar a predominância de setores com taxas superiores a 10%. Ambas as constatações evidenciam que parte considerável das famílias se encontravam, em 2010, em situação vulnerável, visto que o valor *per capita* de até meio salário é o referencial para se fazer jus a diversos programas sociais, como Bolsa Família, bolsas de estudo, auxílios financeiros, entre outros.

Acerca das famílias com renda *per capita* entre um e dois salários mínimos, os dados do censo de 2010 apontaram que as cidades de Araxá e Perdizes foram as que apresentaram maior concentração desse estrato da população em determinadas regiões. Em Araxá, verificou-se uma tendência de concentração nos setores urbanos na área sudeste da cidade, em bairros dotados de boa infraestrutura de serviços básicos, e com residências com bons padrões de construção. Em Perdizes houve tendência de concentração nos setores ao sul da cidade, com condições parecidas com as verificadas em Araxá.

As cidades de Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Santa Rosa da Serra apresentaram similaridade na configuração desse estrato da população em suas referidas áreas urbanas, com setores concentrando entre 25% e 40% dos domicílios nessa situação. Assim como as cidades anteriores, verificou-se os mesmos padrões de construção e acesso à infraestrutura básica. Já Pratinha e Tapira foram as cidades que apresentaram singularidades no indicador analisado. A primeira foi a que apresentou os menores níveis de concentração do indicador em seus setores censitários, com taxas que variaram entre

9,5% e 22%, o que demonstra uma tendência de concentração dessa camada da população na parte sul da área urbana. A segunda, por sua vez, não apresentou variações significativas entre seus setores censitários, com taxas entre 33,2% e 35%, o que aponta uma tendência de distribuição parecida da população, com essa característica de renda, por todas as áreas da cidade.

Em relação à porcentagem da população com renda *per capita* domiciliar entre dois e cinco salários mínimos, pode-se notar um aumento na tendência de concentração desse estrato da população, em determinadas áreas da cidade. Nesse indicador, as cidades de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Perdizes foram as que apresentaram distinção nos resultados, enquanto que as demais apresentaram similaridades destes em toda a sua malha urbana.

Em Araxá tem-se, a partir dos resultados, que esse estrato da população se encontrava concentrado nos setores sul e sudeste da cidade. Entretanto, foi possível perceber uma tendência evidente de concentração dessa faixa de renda também nos setores centrais da cidade. Por outro lado, em setores da porção norte, onde se localizam os bairros periféricos, há um arrefecimento da taxa, o que mostra uma tendência evidente de aumento do processo de fragmentação social ao nível que se elevam os níveis de renda. Já nas cidades de Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Perdizes foi possível evidenciar, através dos resultados e do campo, a tendência da concentração dessa faixa de renda nas áreas centrais próximas às principais praças e avenidas e, no caso de Campos Altos e Ibiá, também em bairros próximos ao centro, com localização privilegiada e dotados de infraestrutura.

Acerca da distribuição da renda *per capita* domiciliar entre cinco e dez salários mínimos, identificou-se, através do censo de 2010, três configurações distintas entre as cidades analisadas, a saber: Araxá, com tendência evidente de alta concentração de domicílios com essa faixa de renda em três áreas da cidade, com taxa superior a 25%, seguidas por setores localizados nas áreas mais centrais; Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes e Pratinha, com presença do indicador espalhado pela maior parte de suas áreas urbanas, com taxas variando entre 0,1% e 10%, mas com presença de setores com ausência dessa faixa de renda; e Santa Rosa da Serra e Tapira

apresentando ausência de grande variação das taxas entre seus setores.

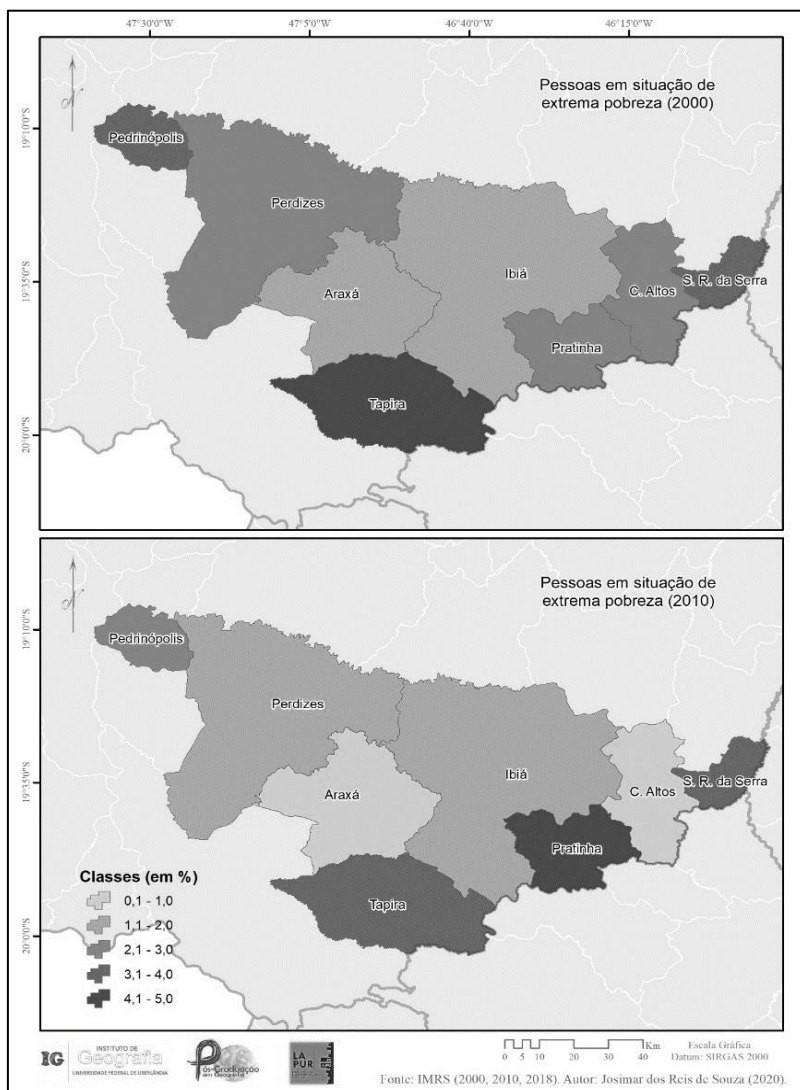
No que diz respeito à análise da renda do estrato mais alto, com renda *per capita* domiciliar superior a dez salários mínimos, verificou-se uma tendência de permanência dos recortes apresentados na faixa anterior, sobretudo em Araxá, mas com aumento, em todas as cidades, de áreas com ausência total dessa parcela da população. Ademais, identificou-se que, em cidades como Santa Rosa da Serra e Tapira, houve, em 2010, uma ausência desses estratos de renda, o que possivelmente está relacionado à tendência das famílias mais ricas dessas cidades fixarem residência em cidades próximas que sejam mais dotadas de infraestrutura de serviços, e mais opções de consumo e lazer.

As desigualdades de renda evidenciadas até aqui apontam para uma parcela da população que necessita de atenção especial, via assistência social. As figuras 3 e 4 apresentam a evolução dessas vulnerabilidades, em nível municipal, na Imediata de Araxá, em 2000 e 2010.

A análise da renda apontou para um processo de desigualdades sociais, que, guardadas as proporções de cada um dos municípios pesquisados, se apresentou com certa similaridade nos tecidos urbanos. Tais desigualdades podem ser transcritas a partir de dois processos econômicos principais que são o motor financeiro na Imediata de Araxá. O primeiro diz respeito à parcela da população que não se encontra inserida diretamente na dinâmica econômica da mineração em Araxá e Tapira, que, diferentemente dos empregados das mineradoras que possuem média salarial elevada, se encontram empregados, sobretudo, nos setores de serviços e/ou em outras atividades que servem de alicerce, direto ou indireto, às atividades das mineradoras. O segundo processo acontece em todas as cidades, fruto das desigualdades sociais do agronegócio. Nele as camadas da população de baixa renda, com baixa escolaridade, trabalham nas atividades do campo ou, indiretamente, no setor de serviços que giram em torno da economia agropecuária local. A população de média e alta renda é composta, sobretudo, pela parcela da população com maior nível de escolaridade, que é detentora dos meios de produção

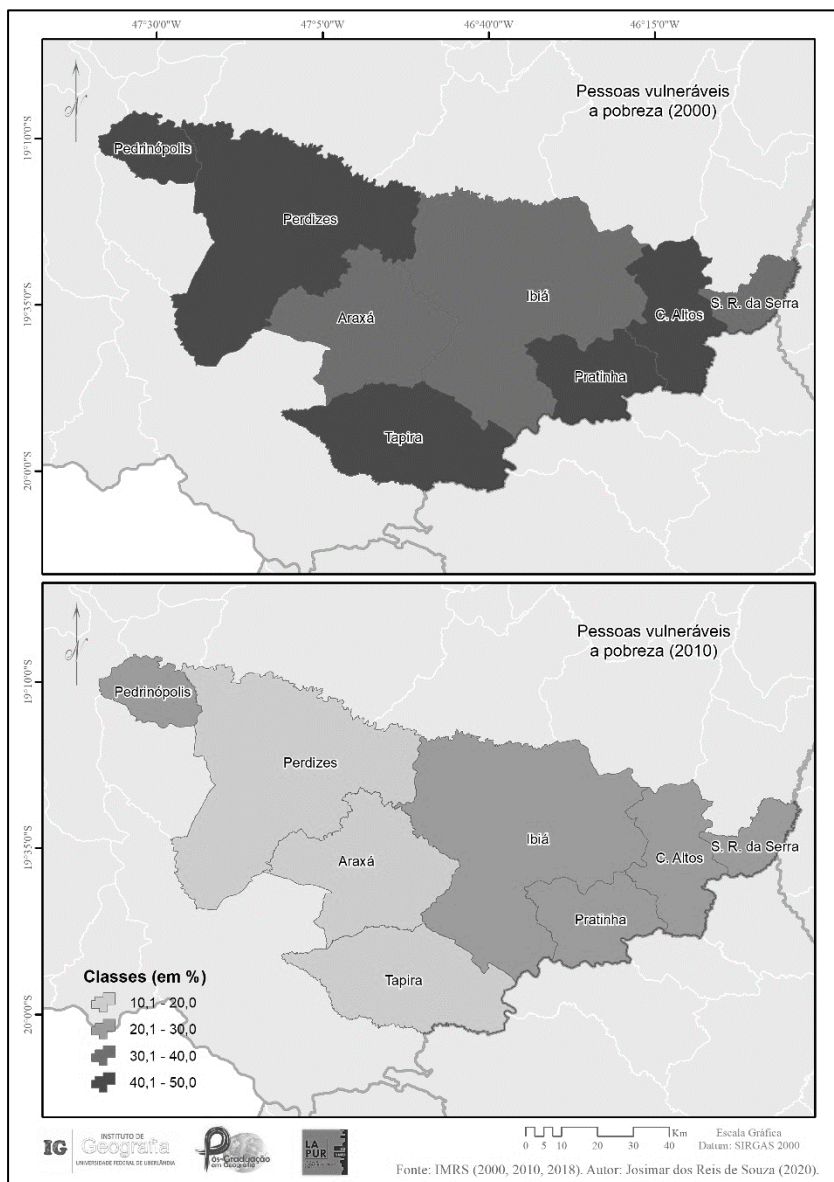
agropecuária, ou que se encontra melhor inserida nos cargos com melhor remuneração. O resultado direto dos processos elencados é a existência de uma parcela da população vivendo em situação de extrema pobreza, na pobreza, ou vulnerável à pobreza.

Figura 3 - População em extrema pobreza.



Fonte: IMRS, 2000 e 2010. Autor: Souza, 2020.

Figura 4 - População vulnerável à pobreza.

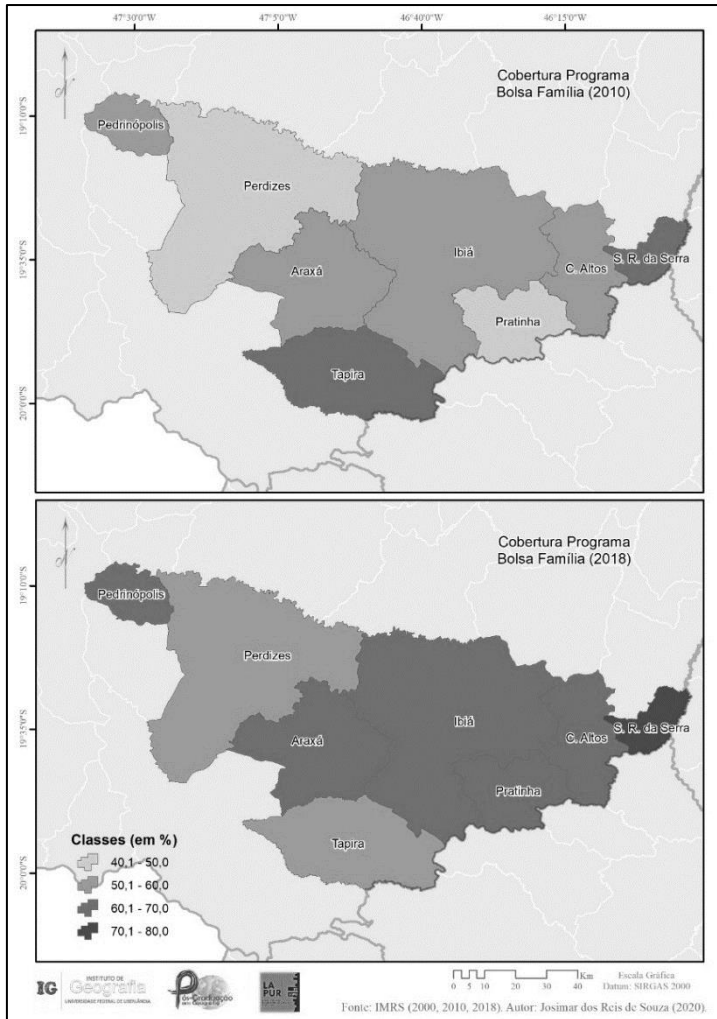


Fonte: IMRS, 2000 e 2010. Autor: Souza, 2020.

Dados do IMRS apontaram avanços na assistência social e, conseqüentemente, maior renda e acesso ao consumo de parte significativa das famílias que antes se encontravam em situação de extrema pobreza. Em 2000, as taxas de pessoas vivendo em situação de pobreza na Imediata de Araxá variou entre 1,71% em Ibiá, a 4,43% em Tapira. Os demais municípios apresentaram valores intermediários. Já, em 2010, verificou-se uma queda do indicador, à exceção de Pratinha, com destaque para Araxá e Campos Altos, que apresentaram taxa inferior a 1%. Já em relação à porcentagem de pessoas em situação de pobreza ou vulneráveis à pobreza tem-se que, no intervalo analisado, todos os municípios apresentaram queda considerável, o que significa melhoria dos níveis de renda da população. Entretanto, as pessoas nessa situação correspondiam, ainda, a uma parcela considerável da população. A evolução positiva do indicador tem como uma das motivações o aumento da cobertura do Programa Bolsa Família, conforme Figura 5.

O Bolsa Família consistiu em um programa criado em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionado através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Seu objetivo central foi combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil através de complementação de renda às pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza. De acordo com dados de 2020 do governo federal, cerca de 13,9 milhões de famílias são atualmente atendidas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). O referido programa, em conjunto com a estratégia dos governos de Lula e Dilma Rousseff de aumento salarial acima da inflação, ampliação do acesso aos ensinos técnico e superior da rede federal, e investimentos em obras públicas para a geração de emprego, impulsionaram a economia brasileira e levaram a um aumento de renda da população. Este fato perdurou até meados de 2015, quando esse ciclo se findou e a economia brasileira passou (e ainda tem passado) por crise econômica, o que fez com que o referido programa ganhasse ainda maior importância, por se tratar de única forma de sustento de parte considerável das famílias brasileiras.

Figura 5 - Cobertura do Programa Bolsa Família.



Fonte: IMRS, 2010 e 2018. Autor: Souza, 2020.

Na Imediata de Araxá, verificou-se que, em 2010, todos os municípios tinham cadastrados beneficiários do Bolsa Família. Os municípios de Santa Rosa da Serra e Tapira foram os que apresentaram maior participação entre a população em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza, com 62,4% e 62,7%, respectivamente, das famílias recebendo o auxílio do governo federal. Os municípios de

Araxá, Campos Altos, Ibiá e Pedrinópolis apresentaram cobertura variando entre 50% e 60%, enquanto Perdizes e Pratinha apresentaram cobertura superior a 40%. Em relação a 2018, os dados apontaram um crescimento do programa na maior parte da região, com exceção de Tapira, que apresentou taxa de 58,5%. Naquele ano, Santa Rosa da Serra foi o município que apresentou maior aumento da cobertura, com 77,8% das famílias. Os municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Pratinha apresentaram taxas entre 60% e 70% e Perdizes, assim como Tapira, taxas entre 50% e 60%.

O crescimento do programa se deu, por um lado, ao aperfeiçoamento da gestão realizada pela Caixa Econômica Federal, instituição pública responsável pelo deferimento dos pedidos e, por outro, pela crescente procura da população que se enquadrava nas regras vigentes. Em contraponto, evidenciamos a ausência da universalização do atendimento a todas as famílias em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza. Dois fatores principais se apresentam como possível justificativa para isso. O primeiro está relacionado às famílias em situação de pobreza, visto que o programa contempla essa faixa da população apenas nos casos em que na família existam crianças ou jovens até 17 anos. O segundo diz respeito às inconsistências ou irregularidades das informações fornecidas, como também à demora no processamento e deferimento do auxílio.

Além do Bolsa Família, outro benefício se apresentou como responsável pela melhora do indicador de renda e, conseqüentemente, nos níveis de assistência social na Imediata de Araxá: o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O referido benefício foi criado através da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 e consistiu na concessão de um salário mínimo às pessoas idosas, acima de 65 anos, que não possuíam aposentadoria ou outra fonte de renda, como também às pessoas portadoras de deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, que se enquadrassem na faixa referente à situação de pobreza (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Tem-se que, entre 2010 e 2018, houve uma diminuição no número de idosos atendidos pelo BPC em todos os municípios da Imediata de Araxá, com destaque para Pedrinópolis, onde, em 2010, cerca de 250 a cada mil idosos recebiam um salário mínimo do referido

programa, enquanto que, em 2018, apenas 101 a cada mil idosos era beneficiário. A queda verificada em todos os municípios encontra resposta em dois processos. O primeiro diz respeito ao aumento da renda familiar, que fez com que parte dos idosos não mais se enquadrassem aos requisitos. O segundo corresponde à dinâmica brasileira do envelhecimento da população, que trouxe incremento do total da população idosa e, conseqüentemente, alteração na análise, visto que essa considera a taxa líquida de idosos.

Em relação ao número de deficientes atendidos pelo BPC, verificou-se um aumento em todos os municípios da Imediata de Araxá entre 2010 e 2018. Por se tratar de um dado bruto, visto que não se tem a taxa líquida de deficientes (número total de deficientes) dos referidos anos, nota-se que os municípios com maior porte populacional são aqueles que apresentaram maior número de beneficiários em 2018: Araxá, com 1.538 pessoas, seguido por Ibiá, Campos Altos e Perdizes, com 463, 233 e 195 beneficiários, respectivamente.

Os indicadores de assistência social aqui analisados, em conjunto com a verificação dos acontecimentos econômicos ocorridos no Brasil entre 2000 e 2020, demonstraram, de maneira geral, uma melhora no atendimento de parcelas da população que se encontravam em situação de extrema pobreza, em situação de pobreza, como também, àquelas em situação de vulnerabilidade à pobreza. Por outro lado, evidenciaram que, apesar da melhora, um contingente importante da população ainda se encontra em situação de pobreza ou vulnerável a ela, fato que infere à necessidade de melhoria da qualidade de vida, através da distribuição de renda, via melhoria do acesso à educação de qualidade, ao emprego formal, à seguridade social, entre outros aspectos. Ademais, os resultados da assistência social apontaram haver a necessidade do aperfeiçoamento dos benefícios dos programas Bolsa Família e BPC, visando a revisão de critérios, e inclusão de parcela da população que não se encontra salvaguardada pelo Estado.

Considerações

Considera-se que a pesquisa desenvolvida e apresentada ao longo dessas páginas foi, antes de mais nada, um esforço intelectual na busca por avanços que se acredita serem necessários nos estudos relacionados à qualidade de vida. À vista disso, buscou-se construir uma análise que levasse em consideração a principal ferramenta utilizada na atualidade para estudos de qualidade de vida: a análise de indicadores. Tal aparato tem se tornado cada vez mais necessário para o reconhecimento dos níveis de vida das parcelas da população que coabitam os espaços urbanos.

A análise de dados socioeconômicos, como possibilidade de “olhar” para os municípios e áreas urbanas, em prol de verificar vulnerabilidades existentes e níveis de qualidade de vida, demonstrou a existência de rica ferramenta de análise, que pode possibilitar a implantação de políticas públicas, que levem à melhoria da qualidade de vida da população. Assim, os resultados apresentados, através de indicadores disponíveis no IMRS, para a Imediata de Araxá, demonstram parte do grande acervo de informações já coletadas pela Fundação João Pinheiro. Se torna necessário, portanto, que cada vez mais haja a apropriação desse banco de dados, por parte de pesquisadores e gestores, como ferramenta para a implantação de estratégias que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

O fato é que os problemas inerentes da urbanização contemporânea devem ser analisados e solucionados. Para isso, a consolidação de bancos de dados, como o IMRS, é de real importância para Minas Gerais e para o país. São através desses dados que a inteligência coletiva será construída, a busca de soluções será possível, e a melhoria da qualidade de vida atingirá patamares aceitáveis no Brasil. Cabe, portanto, a busca por estratégias de construção de indicadores, consolidação dos bancos de dados e sua utilização de fato, para se construir ambientes urbanos mais saudáveis.

Referências

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório do Bolsa Família e Benefício de Prestação continuada**. Brasília: MCI, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Índice Mineiro de Responsabilidade Social dos anos de 2000 e 201.** Belo Horizonte: FJP, 2020. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades – municípios da Região Geográfica Imediata de Araxá.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LIMA, S. C. A construção de Cidades Saudáveis a partir de estratégias de promoção da saúde. *In*: LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (Org.). **Construindo Cidades Saudáveis.** Uberlândia: Assis Editora, 2013, p. 13-44.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intraurbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte.** 2002. 373 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

SOUZA, J. R.; SOARES, B. R. Urbanização contemporânea e qualidade de vida para Cidades Inteligentes: um debate a partir dos indicadores do IMRS na Microrregião de Araxá, Minas Gerais. *In*: GOMES, Ingrid Aparecida. (Org.). **A produção do conhecimento geográfico.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2018, p. 169-180.

SOUZA, J. R. **Qualidade de Vida à luz do processo de Urbanização Contemporânea:** análise a partir de indicadores municipais, intraurbanos e das relações estabelecidas na Região Geográfica Imediata de Araxá. 2020. 426 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

RESIDENCIAIS FECHADOS POPULARES: O EXEMPLO DO CONDOMÍNIO SILVESTRE 3 EM CAMPO GRANDE-MS

Kassiane Silva Lacerda

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Introdução

O presente trabalho faz uma reflexão sobre a produção de loteamentos fechados no período contemporâneo e, nessa perspectiva, tomou como objeto de análise um residencial fechado popular no município de Campo Grande. Na atualidade, essa forma de morar vem ganhando maior projeção, sendo um produto com grande destaque no mercado imobiliário voltado tanto para os segmentos de maior renda quanto para os de média e baixa renda, como é o caso desta pesquisa. Um dos principais elementos da difusão desse produto imobiliário está pautado na prerrogativa de maior segurança, porém com diferentes estratégias e aplicações no espaço urbano, dependendo da faixa de renda daqueles a que se destinam essas habitações.

Diversos autores vêm analisando a expansão dessa forma de habitação, que não se verifica somente no Brasil, apresentando uma abrangência mundial, indicativa do aumento das desigualdades, da segregação, bem como da fragmentação socioespacial (SPOSITO e GÓES, 2013).

Trata-se de processos já observados desde meados do século XIX nos Estados Unidos, marcados pelo uso exclusivo e pelo controle privado, mas sua expansão, no caso brasileiro, se generaliza a partir dos anos 1990 (SPOSITO e GÓES, 2013), coincidindo com a denominada globalização econômica.

Os residenciais fechados são espaços exclusivos, onde a entrada de pessoas se torna restrita, sendo autorizada apenas para os condôminos e para seus convidados. Esses espaços dispõem de esquemas de segurança que se adequam ao nível econômico do segmento socioeconômico que ali vive. Geralmente é cercado por

muros, câmeras de monitoramento, portaria e seguranças particulares.

A justificativa para o aumento dos gastos com segurança nas cidades baseia-se no aumento da violência, muito difundida por meio da divulgação das notícias de diferentes mídias, entre as quais, as redes sociais.

Diversos autores vêm discutindo que, por conta do avanço da sensação de insegurança que se instala na sociedade, as pessoas adotam práticas para se proteger, o que pode ser atestado naquilo que se refere à forma escolhida para morar. Diante desse quadro, os residenciais fechados surgem como uma solução para a insegurança social, elegendo o privado para cuidar de uma questão que seria de segurança pública (CALDEIRA, 2000; SPOSITO e GÓES, 2013).

O que se nota na produção do espaço urbano das cidades é o aumento desses empreendimentos imobiliários. Sendo assim, em grande parte das propagandas veiculadas a esse respeito, um dos principais pontos destacados é a capacidade de oferecer um ambiente seguro, cercado pelos seus iguais, com qualidade de vida, próximo da natureza e, ainda, exclusivo, já que pelas ruas, dentro desses “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), só transitam pessoas com autorização, ou seja, essa exclusividade se estende para além do seu terreno.

Ao longo do processo histórico de produção do espaço urbano, as cidades vêm sofrendo grandes transformações. Se antes elas eram conhecidas por propiciar o encontro dos diferentes, atualmente estão seguindo na direção oposta, aumentando o individualismo até mesmo na forma de morar. Em vista disso, torna-se necessária a leitura dessas mudanças na busca por compreender a totalidade do processo que impacta as relações sociais e espaciais, nas quais o capital transforma a produção do espaço, promovendo maior fragmentação e segregação socioespacial, alterando a forma de viver e de conviver das pessoas.

Em Campo Grande, o aumento desses empreendimentos é notório, e nos meios de comunicação são feitos anúncios comercializando esses “espaços exclusivos”, o que acarreta na transformação do espaço urbano em várias porções da cidade, particularmente, nas bordas do perímetro urbano.

Para o desenvolvimento deste estudo, selecionamos o Residencial Silvestre, que compreende quatro conjuntos habitacionais populares (Residencial Silvestre 1, 2, 3 e 4), localizados no Bairro Nova Lima, porção norte da cidade de Campo Grande, mais especificamente na Região Urbana do Segredo, conforme regionalização adotada pela Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb).

Focamos, em especial, no Residencial Silvestre 3, uma vez que ele é um dos conjuntos que apresenta o maior número de residências dentre os quatro conjuntos que compõem o residencial; some-se a isso, o fato de que parte de seus moradores aceitaram participar da pesquisa, respondendo a um formulário encaminhado via *WhatsApp* (realizado por meio do *Google Forms*). Assim, tendo em vista a pandemia da Covid-19, a pesquisa seguiu os protocolos sanitários municipais, sendo as perguntas e as respostas encaminhadas de forma eletrônica.

Sendo assim, o foco da pesquisa foi compreender o processo de constituição deste residencial fechado, popular, bem como qual foi a motivação que levou as pessoas a morar nesse novo modelo residencial. É importante ressaltar que somente onze moradores do Residencial Silvestre 3 tiveram acesso ao formulário encaminhado, ou seja, trata-se de uma amostra reduzida, e analisada, portanto, de forma qualitativa.

O residencial, voltado para a moradia de famílias de classe média-baixa, surgiu por meio de uma política habitacional pública que contou com a articulação dos governos federal, estadual e municipal. O processo foi desenvolvido mediante sorteio, baseado no cadastro feito junto à Agência Municipal de Habitação (EMHA) e financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), por meio do denominado Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para famílias que se enquadrassem nos critérios do programa habitacional²⁰. Assim, trata-se de um conjunto habitacional financiado com recursos públicos, que adotou a

²⁰ O FAR é um fundo financeiro de natureza privada, com prazo indeterminado de duração, regido pela Lei nº 10.188, de 12/02/2001 e pelo seu Regulamento. O fundo tem como objetivo prover recursos, ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR [...] Disponível em: <https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FAR/detalhe/sobre/>. Acesso em: 11 out. 2021.

forma de residencial fechado, oferecendo certa segurança e tranquilidade a partir de um preço acessível, estando, ainda, localizado em um dos principais vetores de crescimento desses empreendimentos em Campo Grande.

Com o aumento da violência e da sensação de insegurança pública, a sociedade tem novos anseios, fato que promove modificações na forma de produção do espaço urbano, levando aos processos de fragmentação e de segregação socioespacial (SPOSITO e GÓES, 2013), o que torna relevante a análise dos residenciais horizontais fechados e voltados para segmentos socioeconômicos distintos. A difusão dessa tendência de habitação apresenta desdobramentos importantes nas relações socioespaciais, dentro e fora desses locais, modificando as interações entre os cidadãos, o consumo, e a forma de apropriação do espaço público.

A metodologia usada para a elaboração da pesquisa centrou-se no levantamento de bibliografias, elencando autores que trabalharam a temática, além de notícias que fizessem menção a esses empreendimentos imobiliários, especialmente aquelas relacionadas com o aumento da violência urbana, a partir de jornais locais em meio digital. Outrossim, procuramos dados relativos à população em outras instituições, tais como a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outras informações que nos auxiliassem a produzir o material cartográfico.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com base em formulário enviado por meio eletrônico, o qual foi respondido por onze moradores do Residencial Silvestre 3. Nesse formulário foram solicitadas informações sobre a experiência do morador que reside em um espaço fechado, suas relações de convívio no residencial, as razões que o levaram a optar por esta forma de moradia, como ele avalia essa experiência, bem como as relações com o ambiente fora dos muros. Além disso, foi estabelecido contato com o síndico do Residencial Silvestre 3 e com dois corretores que comercializam casas no local; referências a partir das quais a análise e o aprofundamento do estudo foram construídos.

O trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira parte apresenta uma reflexão fundamentada em autores que trataram do tema, discutindo alguns dos principais aspectos da problemática. A segunda parte analisa a produção dos espaços urbanos fechados na cidade de Campo Grande; a terceira parte analisa o Condomínio Residencial Silvestre no contexto socioespacial do Bairro Nova Lima, evidenciando alguns dos principais elementos no que se refere ao fato de morar em um residencial fechado na visão dos moradores.

Residenciais fechados no contexto urbano brasileiro

Nos tempos atuais, a segurança é, cada vez mais, comercializada. Há uma individualização da sociedade e, como consequência, ocorre o aprofundamento das diferenças, muitas vezes reforçando as desigualdades sociais e espaciais existentes. Em se tratando das construções urbanas que vêm sendo adotadas mais recentemente, algumas características remetem a uma comparação aos tempos medievais, visto que o esquema de segurança das ruas localizadas dentro desses loteamentos e desses condomínios fechados causa uma separação seletiva: “[...] O acesso a esta cidade intramuros, e assim a estas ruas, é tão restrito quanto ao da cidade medieval [...]” (MAIA, 2006, p. 164). As pessoas, em resposta à sensação de insegurança no período contemporâneo, adotam práticas individuais, privatizantes, o que as tornam suscetíveis ao uso de mecanismos de segurança (GÓES e SPOSITO, 2013).

A produção da moradia nos núcleos urbanos, nas últimas décadas, tem estabelecido a segurança como um dos aspectos principais, cuja justificativa ocorre em razão do discurso sobre o aumento da criminalidade e da violência. Visto isso, um dos modelos para se residir que mais cresce, em se tratando de empreendimentos imobiliários, são os condomínios, residenciais ou loteamentos fechados. Essas áreas residenciais de acesso restrito fornecem um complemento à segurança. Os residenciais horizontais fechados ou “enclaves fortificados”, como adota Caldeira (2000, p. 258-259) são:

Propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeita explicitamente.

Com a regulamentação proposta por meio das leis, houve a implantação de diversos empreendimentos imobiliários, denominados como condomínios, residenciais, loteamentos e loteamentos fechados. Contudo, a lei difere basicamente sobre a implantação de loteamentos e condomínios. Segundo a Lei Federal nº 6.766/79 art. 2º, § 1º e § 8º:

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

[...]

§ 8º Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, definida nos termos do § 1º deste artigo, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

Com as alterações trazidas pela Lei nº 9.785/99, criada com objetivo de aprimoramento da ordenação do uso do solo, estipulou-se maior autonomia aos municípios, discorrendo em seu Art. 4º:

I - As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

Em 2017, com a necessidade de formalizar legalmente a implantação dos loteamentos fechados que, até então, ficavam regulados por leis municipais, se instituiu a Lei nº 13.465/2017 de nível federal, que regulamentou a questão fundiária rural e urbana no Brasil. Essa lei também tratou das exigências para a aprovação dos condomínios de lotes, com a função social de garantir o ordenamento urbano de forma integrada. A legislação mantém as diretrizes estabelecidas pelo município em relação aos parâmetros urbanos.

Assim, em tese, é vedado que haja impedimento de acesso aos pedestres ou condutores de veículos não residentes nos loteamentos de acesso controlado, desde que os mesmos sejam identificados ou cadastrados; entretanto, na prática, não fica claro como isso, de fato, será realizado. Por outro lado, isso é um claro indicativo do cerceamento do direito de “ir e vir”, provocando constrangimentos ao cidadão que fica limitado no que diz respeito à possibilidade de usufruir da cidade de modo pleno, uma vez que se compromete a sua função social e se restringe o direito à cidade. Gavioli e Polli (2019, p. 20) destacam sobre a nova legislação:

Muito mais do que regularizar situações existentes nos municípios, a Lei 13.465/2017 promove um novo instrumento de dispersão e expansão territorial, facilitando a urbanização, das mais diversas e lucrativas formas, por meio de ‘cidades privatizadas’, distantes e apoiadas no discurso do desenvolvimento. No entanto, ficou claro que esse argumento somente é utilizado para justificar e camuflar privilégios de alguns [...].

Já em relação às vias de acesso, enquanto nos loteamentos abertos os lotes têm acesso às vias de circulação públicas que são de uso comum para todos os moradores e visitantes da cidade, sem restrições, possibilitando o encontro dos diferentes, as vias dos condomínios e loteamentos fechados são utilizadas como meio de acesso dos condôminos às suas residências, existindo distinção de quem pode vir a utilizar, configurando-se, portanto, como um local controlado, voltado aos que têm autorização para nelas ingressar.

O crescimento da criminalidade urbana, propagada pelas informações transmitidas para a população, seja por meio televisivo, impresso ou eletrônico, leva ao questionamento da qualidade dos serviços públicos em relação à segurança, criando um sentimento de insegurança para os moradores das cidades. Ocorre que, nessa perspectiva, além da moradia ser localizada em um espaço excludente, os espaços de convívio social se tornam cada vez mais exclusivos, sendo garantidos pelos agentes privados. Embora a maior parte dos empreendimentos fechados seja voltada para as classes mais abastadas, o fenômeno também vem ocorrendo em bairros considerados populares, voltados para as classes de renda média e média-baixa.

Para Maia (2006), na cidade fortificada, os espaços de convívio ou para encontros também passam a ser produzidos segundo esse padrão; exemplo disso são os *shopping centers* que, embora inicialmente fossem voltados para as pessoas de alta e média renda, similarmente vêm sendo implantados em bairros populares. Desse modo, independente da renda, é possível encontrar espaços comerciais e residenciais que adotam a ideia de “segurança”, agora voltados, também, para os segmentos sociais de menores rendimentos.

Existe todo um debate a respeito da questão envolvendo os residenciais murados (SPOSITO e GÓES, 2013; CALDEIRA, 2000), isso porque eles reforçam a fragmentação da cidade, impedem a livre circulação dos transeuntes e, no caso dos loteamentos que foram fechados por muros, impedem que haja a utilização dos bens públicos (vias urbanas, áreas verdes e de lazer) em seu interior. Sendo assim, eles representam barreiras para a fluidez da cidade e ao próprio direito urbanístico, sobrepondo os interesses privados aos interesses públicos.

A existência dos residenciais fechados torna restrito o perfil de pessoas que convivem, tornando homogêneo o padrão social dos residentes e promovendo o desconhecimento da realidade de outros que não vivem ali, o que faz com que eles sejam identificados, inclusive, como uma possível ameaça. Para Brum (2015), a explicação dada para se estar entre muros fundamenta-se nas ameaças

existentes do lado de fora, que passam a ser as culpadas pelo mal-estar de quem busca esse tipo de moradia. Além disso, essas ameaças também se tornam justificativa para a permanência dos muros, o que fortalece as desigualdades socioespaciais. Considerando essa linha de raciocínio, sempre será necessária uma nova ameaça, pois é o que assegura que os privilégios dos que vivem dentro desse espaço particular sejam preservados.

O que na verdade parece ser o elemento decisivo para a escolha e para a satisfação dos que ali residem, além do sentimento de segurança, é o sentir-se entre iguais, isto é, entre pessoas da mesma condição social (MAIA, 2006). A familiaridade entre os condôminos, em tese, seria uma convivência sem animosidade, como podemos notar em cidades interioranas, reconhecidas pelo uso dos termos "aqui todo mundo se conhece". Porém, de fato, essa não é a realidade dentro dos condomínios/loteamentos fechados, sobretudo aqueles voltados para os segmentos de renda média-baixa, em que se faz o uso de muros intramuros, ou seja, da construção do muro em volta da casa, evidenciando uma dupla fortificação.

A premissa dos loteamentos fechados é viver entre os iguais, em situação de segurança, visto que o outro (desconhecido) que, de fato, causa medo, está "além muros". Contudo, a construção da dupla fortificação é contraditória a essa situação, evidenciando que, mesmo vivendo entre os "iguais", o medo ainda persiste: "[...] mesmo convivendo entre os 'iguais' a segurança não se dá completamente. Vários são os registros de roubos, furtos, pichações, brigas e de uso de droga no interior dos condomínios [...]" (MAIA, 2006, p. 167).

Particularmente, a citação faz referência aos loteamentos fechados voltados para estratos de renda média-alta, porém esse mesmo retrato também se encaixa na realidade encontrada em loteamentos fechados voltados para segmentos de renda média-baixa: "Portanto, no interior desses enclaves fortificados não se pode afirmar um retorno àquela vida encontrada nas cidades tradicionais, pois nestes espaços as relações [...] se dão muito superficialmente e pontualmente." (MAIA, 2006, p. 169).

Para Lefebvre (2001, p. 22): “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos [...]”, porém, no período contemporâneo a segmentação social e espacial se acentua enormemente. A cidade deixa de ser o lugar de encontro dos diferentes, e uma nova forma de produção socioespacial torna isso distinto. Uma parcela das pessoas opta por conviver “entre iguais”, especialmente em relação ao compartilhamento dos espaços de moradia, conforme são exemplos os condomínios e loteamentos fechados.

Para Sposito e Góes (2013), essas novas formas de produção são expressões não somente de uma segregação socioespacial, mas contribuem para o processo de fragmentação socioespacial, na medida em que a cidade passa a ser produzida de forma descontínua, com muitos dos residenciais fechados estando localizados nas bordas geométricas das cidades, algumas vezes construídos, inclusive, fora dos perímetros urbanos.

A segregação socioespacial se fundamenta, especialmente, na desigualdade econômica, causando a ocupação do território urbano de acordo com o nível social do indivíduo, o que representa barreiras para o contato com o diferente. Contudo, essa distribuição nem sempre está vinculada à divisão por regiões, podendo haver diversas classes em uma mesma área, “[...] pois embora a distância física entre imóveis luxuosos e ocupações/favelas esteja cada vez menor, a distância social se aprofunda com os muros (materiais e imateriais).” (SANTOS, 2013, p. 53).

A segregação socioespacial também pode referir-se aos lugares em que as atividades ali exercidas exigem certa normatização para o acesso: são áreas onde as regras de convivência, relativas, por exemplo, a quem pode ou não frequentar o local, não são determinadas pelo Estado, sendo o interesse privado o detentor do poder de decisão sobre o direito de ir e vir em seu interior. Os loteamentos e condomínios fechados expressam, assim, o desejo de não contato com o “diferente”, sendo denominado de auto-segregação (FREY e DUARTE, 2006).

Os residenciais fechados, antes voltados para pessoas de segmentos socioeconômicos de renda elevada, no período atual, também se estendem para outros estratos sociais, porém isso não significa que esses empreendimentos disponham dos mesmos serviços, equipamentos ou infraestruturas. São habitações que seguem o mesmo padrão de convívio social, porém os serviços oferecidos possuem características distintas. D’Ottaviano (2008) ressaltou que há construção de loteamentos e condomínios fechados voltados para classes de renda média, e até mesmo baixa, em que ocorrem várias distinções, como, por exemplo no tamanho da residência e do lote, no padrão e na qualidade dos materiais utilizados, nos mecanismos de segurança e nos serviços, nas infraestruturas e nos equipamentos oferecidos de modo geral.

Os residentes dos residenciais fechados, independentemente de sua classe social, compartilham o medo e a insegurança de viver nas cidades. Em sua busca por segurança, acabam se distanciando, cotidianamente, dos espaços públicos, já que são de uso comum, o que acarreta no enfraquecimento de suas relações com o outro, pressupondo que todos aqueles que não fazem parte do seu convívio social habitual representam um risco em potencial. Esse fato demonstra, outrossim, a insegurança da população, que prefere adotar os espaços fechados como opção de moradia, optando por uma forma de privatização da segurança.

A cidade de Campo Grande na produção de espaços fechados

Além da negação da vida em espaços públicos, outra ocorrência por conta da nova dinâmica urbana é a alteração na paisagem das cidades, como no caso de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, acompanhada, por outro lado, da constituição de uma multi(poli)centralidade (SPOSITO, 1999), dada a expansão demográfica e territorial urbana. Por outro lado, o setor imobiliário vem dando preferência às áreas da periferia – as “bordas da cidade” – considerando-se as facilidades trazidas com a difusão do automóvel, para a construção de novos empreendimentos (loteamentos fechados, condomínios verticais), uma vez que, além de terrenos mais baratos, permitindo maiores lucros à incorporação,

algumas dessas localidades ficam próximas de áreas verdes, o que, inclusive, leva à apropriação de imagens e de símbolos da natureza em suas propagandas. Outro aspecto considerado por esses empreendimentos é a distância de espaços densamente ocupados, com menor nível de poluição (do ar, sonora e visual), condição que busca atrair novos residentes para morar nesses loteamentos fechados.

Para se ter acesso a esses empreendimentos, em muitos casos, há a criação de novas vias de acesso dentro e fora dos loteamentos fechados, ampliando a extensão territorial da cidade e agravando a questão dos vazios urbanos, pois é comum esses loteamentos estarem localizados de forma descontínua ao tecido urbano.

Segundo Weingartner (2001, p. 144), esse fenômeno na cidade ocorre desde o início dos anos 1960: “[...] O crescimento do território urbano da cidade deixou de ser contínuo ao tecido preexistente, surgiram loteamentos descolados da malha existente situando-se juntos ou próximos às estradas de acesso à cidade [...]” Contudo, a recente proliferação dos loteamentos fechados vem acentuando a fragmentação socioespacial na cidade.

Em Campo Grande, esse tema é considerado um dos maiores problemas no planejamento urbano da capital, de acordo com Arruda (2016, p. 46), que desenvolveu relevante trabalho sobre essa problemática: “[...] a área urbana é imensa. Tem capacidade para abrigar quatro milhões de habitantes. A área urbanizada (170 km²) é menos da metade do imenso perímetro urbano (359 km²).”

Tendo em vista os vazios urbanos, outras problemáticas são levantadas, como o caso dos transportes públicos, pois a maior área de circulação dos ônibus coletivos gera o aumento do preço das passagens, o que, conseqüentemente, é repassado à população. Mesmo que parte dos loteamentos fechados busquem distanciar-se do centro da cidade, sendo voltados para uma população mais abastada, as pessoas que prestam serviços devem se dirigir a esses locais; sendo assim, fazem uso do transporte coletivo, o que representa gastos no orçamento familiar, bem como no tempo do deslocamento. Além disso, essa dinâmica contribui para o aumento dos gastos públicos, tendo em vista a necessidade de expansão das

redes de infraestruturas. Segundo Capelozza (2012, p. 13): “Os vazios urbanos são entendidos como mais uma problemática urbana na qual os detentores do capital se privilegiam dos recursos públicos em detrimento da população de menor renda [...]”

Com o auxílio do *marketing* aplicado em diversas mídias, essas novas localidades parecem agradar a população que as consome. Em Campo Grande, podemos notar que os loteamentos fechados, localizados próximos das periferias, são tanto os condomínios ou loteamentos fechados de luxo, voltados para os estratos de renda média-alta, quanto os loteamentos fechados de casas populares, destinados aos segmentos de renda média-baixa, como, por exemplo, a Região Urbana do Segredo, área onde está localizado o empreendimento analisado neste trabalho.

Analisando a realidade urbana de Campo Grande, nota-se, portanto, a proliferação de residenciais fechados voltados para diferentes segmentos socioeconômicos. Esse tipo de residência vem tomando cada vez mais espaço na capital; trata-se de espaços residenciais fechados, os quais têm como *marketing* a venda de segurança privada para seus moradores (assegurada por grandes muros, sistemas de segurança e monitoramento por câmeras), sugerindo uma melhor qualidade de vida, bem-estar social e “exclusividade” (MELGAÇO, 2005; SPOSITO e GÓES, 2013).

Com o aumento da violência urbana, o sentimento de insegurança se torna presente na vida do indivíduo. Com isso, a busca por segurança vem crescendo, e, dessa forma, esse tipo de moradia se torna preferível para uma parcela da população, sendo adotada por aqueles que podem arcar com os seus custos (SPOSITO e GÓES, 2013).

Para aprovar os novos empreendimentos imobiliários, sejam eles privados ou públicos, no município de Campo Grande, é utilizada uma lei específica, voltada para o ordenamento do uso e da ocupação do solo, com diretrizes para a correta implantação de loteamentos fechados, tanto em área urbana quanto em área rural. Trata-se da Lei Complementar nº 74, de 6 de setembro de 2005, a qual especifica em seu inciso III, artigo 48, que, para a aprovação de loteamentos fechados no município, deve-se reservar uma área para o domínio público com fins de inserção de equipamentos comunitários,

prevendo um percentual de 12% do total do empreendimento, devendo, inclusive, ter acesso pelas vias públicas. Contudo, no inciso V da mesma Lei, essa área pode ser em outra localidade, fora do empreendimento, portanto, abrindo a possibilidade de ser em áreas cujo preço da terra seja mais vantajoso para os empreendedores imobiliários. Em se tratando das vias no interior desses empreendimentos, no caso, as vias privadas, o município não disponibiliza serviços públicos como varrição, coleta de lixo, iluminação, entre outros, em conformidade com o inciso XIII; também não se pode impedir a entrada de veículos públicos, conforme o inciso XII.

Para a aprovação de loteamentos fechados em áreas rurais, observam-se algumas alterações quando se trata da área destinada ao domínio público. Conforme a Lei Complementar nº 74, em seu inciso X, artigo 52, para áreas rurais, um mínimo de 20% da área total do empreendimento deve ser doada para o município e ser destinada ao lazer, à recreação e à implantação de equipamentos comunitários, devendo esta localizar-se em área urbana, ou, ainda, caso haja a impossibilidade de cumprimento da normativa é possível compensar financeiramente o município.

Em relação à violência urbana, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o Atlas da Violência (2021), em conformidade com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), documento que analisou a situação existente nas cidades brasileiras. No âmbito de Mato Grosso do Sul, o estado está abaixo da média nacional, em se tratando da violência contra jovens, ocupando a posição 24ª do ranking.

No município de Campo Grande, de acordo com um levantamento realizado pelo Jornal Midiamax (2021), comparando os anos de 2020 e 2021 (até o mês de junho), utilizando dados da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (SEJUSP), houve um aumento da violência. Assim, baseando-se nos dados sobre homicídios, roubos e furtos, foi feita uma classificação a partir das sete regiões urbanas²¹ definidas pela

²¹ São elas: Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo; nesta última se localizam os residenciais Silvestre, loteamentos fechados, objeto de nosso estudo.

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), evidenciando que a Região Urbana do Segredo ficou na quarta posição, considerando os índices de homicídios e furtos, e na sexta posição considerando o índice de roubo. Trata-se de uma das áreas para as quais os empreendimentos imobiliários fechados mais se expandem (ARRUDA, 2016).

Em relação aos roubos e furtos, encontramos algumas notícias na mídia eletrônica local, ressaltando os casos de condomínios de luxo que foram alvo de ataques em 2020²². Em 2021, segundo o Jornal Campo Grande News, o Condomínio Alphaville, localizado na porção norte da cidade, na divisa entre a Região Prosa e Segredo, também sofreu uma série de roubos e furtos²³. Isso revela que os sistemas privados de segurança não conseguem conter totalmente a ocorrência de delitos em seu interior, contradizendo a ênfase presente nas propagandas dos empreendimentos.

Condomínio Residencial Silvestre e o Bairro Nova Lima

O Condomínio Residencial Silvestre localiza-se no Bairro Nova Lima, considerado um dos mais populosos da cidade de Campo Grande, segundo o IBGE (2010), fazendo parte da Região Urbana do Segredo (Figura 1). É considerado um bairro periférico, tendo em vista seu distanciamento da área central, bem como sua vizinhança.

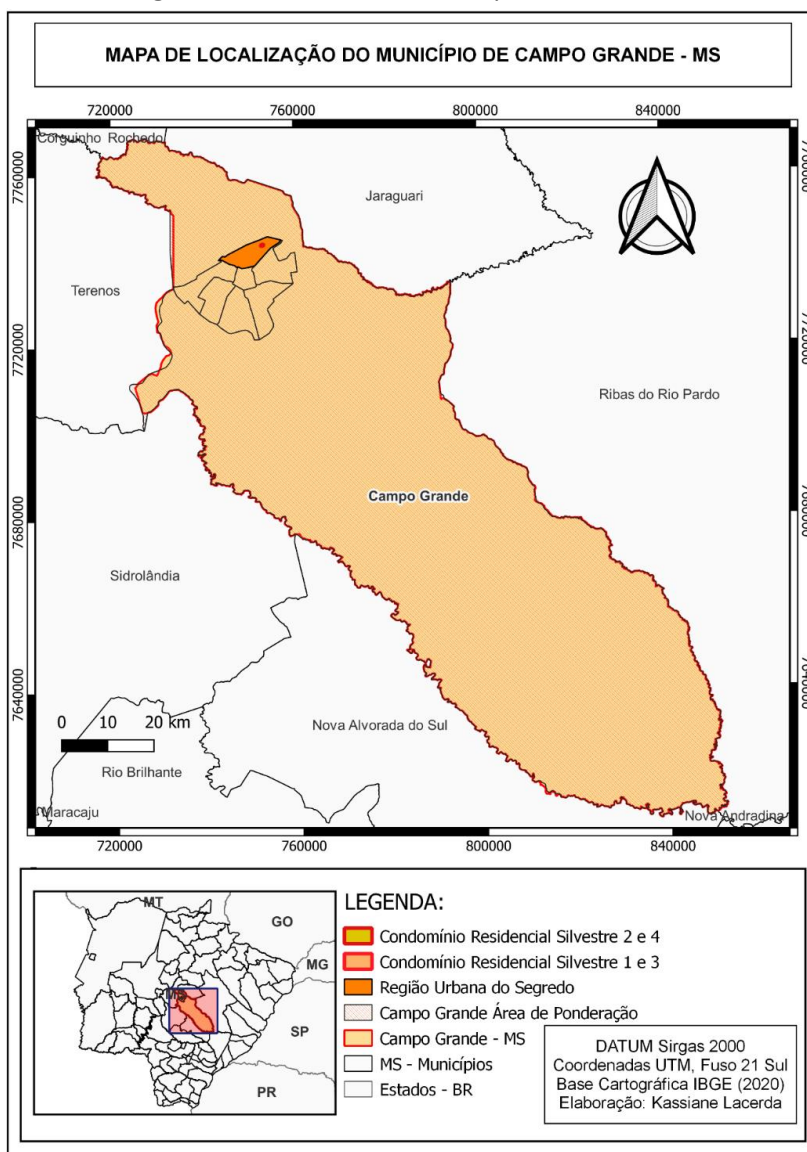
O Bairro Nova Lima, ao longo dos anos, vem passando por algumas transformações socioespaciais, impactando em termos dos negócios imobiliários, devido a novos investimentos, sobretudo do setor privado, em suas proximidades. Destacam-se a inauguração, em 2013, do *Shopping Center* Bosque dos Ipês, bem como a criação dos loteamentos fechados, de alto padrão, Alphaville (I, II, III e IV), aprovados a partir de 2010 (SOUZA, 2019); e a inauguração da empresa Leroy Merlin, em 2015. A criação do *Shopping* Bosque dos

²² Conforme o Jornal Campo Grande News, os Condomínios Damha, Shalom e Terras do Golfe foram invadidos. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/condominios-de-luxo-deixam-de-ser-fortalezas-e-viram-alvos-de-ladros>. Acesso em: 6 set. 2021.

²³ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/flagrado-por-camera-suspeito-de-arrastao-em-condominio-de-luxo-acaba-presos>. Acesso em: 6 set. 2021.

Ipês, segundo Oliveira (2016, p. 16), representou “[...] a criação de uma nova centralidade na área, modificando a paisagem periférica das proximidades e resultando em repercussões socioespaciais no bairro.”

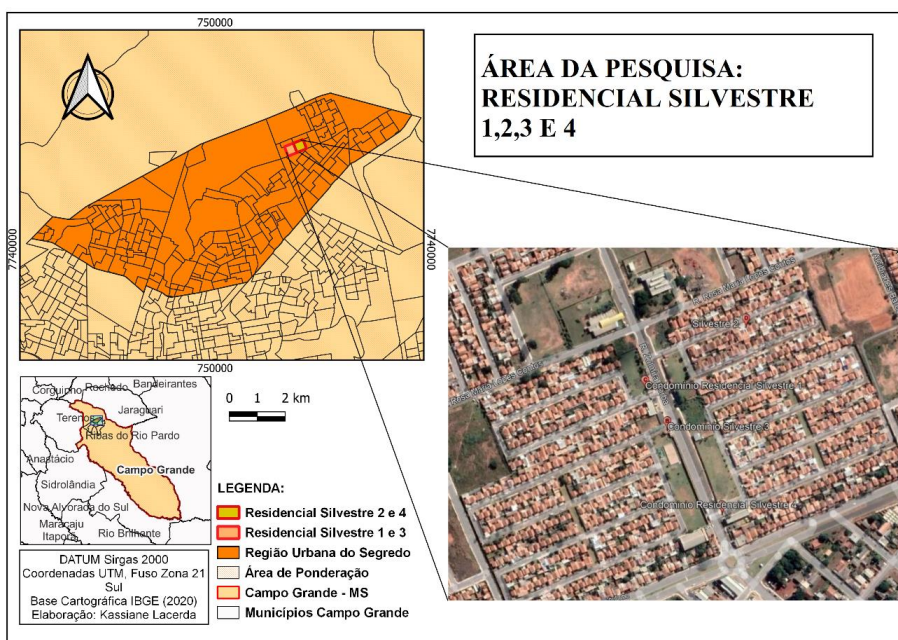
Figura 1 - Área urbana de Campo Grande – MS.



Fonte: Org. LACERDA, 2021.

Os residenciais Silvestre 1 e 3 estão situados entre as ruas Zulmira Borba (onde fica a entrada para o residencial fechado) e Botafogo (aos fundos); nas laterais, assim como os demais residenciais (2 e 4), não possuem acesso direto às vias públicas, estando entre as ruas Maria Lopes Couto e Francisco Pereira Coutinho. Os residenciais Silvestre 2 e 4 têm sua entrada de acesso também na Rua Zulmira Borba, tendo aos fundos a Rua Alcebiades Barbosa (Figura 2).

Figura 2 - Região Urbana do Segredo e localização dos residenciais Silvestre 1, 2, 3 e 4.



Fonte: Org. LACERDA, 2021.

Atualmente esses empreendimentos se multiplicam nas proximidades, tendo em vista a presença dos loteamentos Alphaville II, III, IV e Terras Alpha, voltados para estratos socioeconômicos de renda elevada. Dentre seus principais atrativos, realçados no *marketing* de venda, estão a melhor “qualidade de vida” aliada aos conceitos de segurança (privada), espaços exclusivos e contato

próximo com a natureza, seguindo o padrão desse modelo de empreendimento urbano.

Em se tratando das adjacências dos residenciais Silvestre, tais produtos imobiliários são voltados para a classe média baixa. Em seu entorno é possível notar a presença de diversos estabelecimentos comerciais, como farmácias, academias e comércio de vestuário, além de serviços religiosos. O Bairro Nova Lima é ocupado por moradores de classe média-baixa, perfil semelhante ao dos moradores dos residenciais fechados abordados neste estudo, manifestado no padrão das edificações.

Nas imediações encontra-se uma área que, no passado, era utilizada por um frigorífico que atualmente está desativado. Próximo do Residencial Silvestre 4, seguindo a lógica dos loteamentos fechados, observa-se o lançamento do loteamento Reserva Santa Inês, que ainda se encontra em fase de implementação, e oferece infraestrutura urbana, com “qualidade de vida”, segurança privada 24 horas, áreas de lazer exclusivos para os moradores. É destinado ao segmento socioeconômico de renda média, diferindo do que é oferecido aos moradores dos loteamentos das proximidades. O que mais se destaca em sua propaganda é a informação de que o valor é acessível, e com oportunidades de parcelamento sem juros nos dois primeiros anos de financiamento.

Essas iniciativas privadas exercem influência no âmbito dos investimentos públicos e privados para esta área da cidade. Em termos das intervenções públicas, observa-se a ampliação da pavimentação asfáltica que permite o acesso a esses produtos imobiliários, conferindo maior valorização aos imóveis do empreendimento; em contrapartida, não se observa o mesmo cuidado com a infraestrutura em outras vias de circulação abertas e públicas. Assim, são atraídos novos moradores para esta porção da cidade. Porém, trata-se de benefícios vinculados ao nível econômico dos indivíduos, no caso, daqueles que podem pagar o preço para morar nos residenciais fechados.

Os residenciais Silvestre ocupam uma grande área, conformando um grande número de lotes individuais, em loteamentos contíguos, os quais foram comercializados por etapas, conforme a Tabela 1²⁴.

Tabela 1 - Campo Grande – MS: residenciais Silvestre.

Denominação do loteamento	Número de lotes
Residencial Silvestre 1	79
Residencial Silvestre 2	81
Residencial Silvestre 3	213
Residencial Silvestre 4	176
Total	549

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O padrão básico da planta inicial dos imóveis contém dois quartos, banheiro, sala e cozinha, com edificações em torno de 38m², enquanto o lote tem área de 200m². O condomínio conta com serviço de limpeza geral, possuindo duas entradas, separando os visitantes dos moradores.

Os primeiros moradores adquiriam as casas por meio de um financiamento da Caixa Econômica Federal, após a realização de um sorteio em parceria com a Agência Municipal de Habitação²⁵ (EMHA), instituição pública que regulamenta projetos de habitação destinados para famílias de renda média-baixa, oferecendo a oportunidade do imóvel próprio. Os imóveis foram financiados com parcelamento de 180 meses (15 anos), cujo término fora previsto para março de 2022, conforme informação dos moradores entrevistados. A entrega foi realizada em março de 2006, sendo uma iniciativa conjunta dos governos municipal, estadual e federal, com termos estabelecidos na

²⁴ Existem pequenas diferenças entre os residenciais, segundo informado pelos corretores entrevistados. Isso incorre em preços também diferenciados dos imóveis, incluindo a localização de cada um no contexto dos loteamentos.

²⁵ Houve a alteração do nome da autarquia responsável pela política municipal de habitação e regularização fundiária de Campo Grande para Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários em dezembro de 2019.

Lei Federal nº 13.019/14 e com o regime de parcerias e cooperação mútua, definindo as diretrizes de colaboração das organizações da sociedade civil. Além da EHMA, algumas pessoas conseguiram os imóveis por meio de inscrição realizada via Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab), conforme entrevista com o síndico do local.

A nomenclatura de condomínio foi atribuída em 2011, em conformidade à solicitação pública realizada ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), por meio do edital no Diário Oficial (2011), página 39, requerendo a licença de operação e alteração da razão social de Fundo de Arrendamento Residencial para Condomínio Residencial Silvestre 1, 2, 3 e 4²⁶.

Conforme o disposto no Decreto Estadual nº 14.158, de 15 de abril de 2015, disponível no sítio eletrônico institucional da Agehab, constam os critérios estaduais de classificação para esses programas sociais de moradia. Entre os critérios estabelecidos destacam-se as regras contidas na Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, a qual apresenta que 5% são moradias reservadas para o atendimento de idosos e 10% para indivíduos portadores de necessidades especiais, além dos critérios de priorização para seleção de famílias com três dependentes ou mais, com renda familiar de até um salário mínimo, assim como de pessoas com doenças crônicas e suas famílias.

Os imóveis foram destinados a essas famílias, porém, após a quitação do financiamento, conforme a regulamentação da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF), a venda é permitida, tanto que em alguns *sites* de imobiliárias e de corretores de imóveis encontram-se diversos anúncios, em que fica evidenciada a oportunidade de morar em um residencial fechado, aliando segurança com um valor acessível.

Os imóveis estavam avaliados, em 2021, na faixa de preço entre 130 e 200 mil reais, dependendo das modificações feitas pelos proprietários; porém, o padrão da planta não destoa muito entre as

²⁶ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/27427819/pg-39-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-doems-de-03-06-2011>. Acesso em: 10 nov. 2021.

casas. Em entrevistas realizadas com dois corretores, durante o mês de novembro de 2021, que negociam imóveis do local, fomos informados de que a renda familiar média bruta para aquisição é de, no mínimo, R\$ 3.700,00, ou seja, entre três e quatro salários mínimos. O financiamento era disponibilizado via Caixa Econômica Federal (CEF), desde que o adquirente atendesse às exigências, entre as quais, uma entrada de aproximadamente 30% do valor do imóvel, conforme pode ser verificado, também, no *site* institucional da Corretora Viva Real.

Outro ponto importante salientado nas entrevistas está relacionado à avaliação do imóvel, na visão de quem procura, ou seja, quais as exigências mais comuns no período atual; ambos os corretores reforçaram que: “existe muita procura pela questão da segurança, porém depende da localização.” Assim, os imóveis situados mais ao fundo dos loteamentos, em relação à portaria, apresentam, geralmente, preços mais baixos.

Morar em um residencial fechado na visão dos moradores do Residencial Silvestre 3

Com o objetivo de analisar a situação em que os moradores vivem, no que diz respeito ao seu cotidiano, foi elaborado um questionário abrangendo 28 questões, sendo quatro delas discursivas e o restante (22) de múltipla escolha. As perguntas abordaram aspectos sobre a experiência de viver nesses locais fechados, voltados para a classe média-baixa, buscando elucidar aspectos que se relacionam tanto ao porquê da escolha por residir nesses locais quanto à questão de como se sentem esses moradores em relação à utilização de locais públicos.

Os questionários foram aplicados de forma *on-line*, por meio da plataforma de formulários Google, em razão da pandemia da Covid-19, que colocou em emergência a saúde pública do país e do mundo. A partir do contato que fizemos com o síndico, que fez a intermediação com os moradores, em agosto de 2021, foi possível o envio do formulário por *WhatsApp*. Ao todo, 11 moradores do Condomínio Residencial Silvestre 3 responderam ao questionário, durante os meses de setembro a novembro. Assim, torna-se importante ressaltar

que se trata de uma amostragem bastante reduzida, pois o formulário não teve uma ampla circulação entre os residentes, motivo pelo qual fazemos uma análise qualitativa.

Sobre o tempo de residência no local e sua opção por morar em um residencial fechado, a maioria dos que responderam reside no mínimo há quatro anos, havendo poucos, dentre os entrevistados, que lá residem desde a fundação do condomínio. Isso pode ser um indicativo de que houve problemas na adaptação dos residentes, o que pode ter decorrido por razões variadas, desde as distâncias cotidianas a serem enfrentadas, por não atender às necessidades familiares, até a falta de ambiente social dentro do próprio condomínio. Em se tratando do motivo principal que levou a optar por esse modelo de moradia, a segurança foi colocada como fator primordial, e a totalidade dos entrevistados afirmou que se sente mais segura nessa forma de moradia.

Levando em consideração o grau de satisfação dos condôminos, naquilo que se refere aos mecanismos de segurança, a maioria afirmou considerar bom ou regular, uma revelação importante, visto que, normalmente, esse tipo de empreendimento, por ser voltado para segmentos socioeconômicos de menor renda, não costuma promover grandes investimentos nesse quesito, limitando-se à presença da portaria e dos muros.

A partir de informações encontradas em *sites* voltados para a venda de imóveis, a exemplo do Infoimóveis (2021), observamos que uma parcela dos moradores investiu individualmente em produtos voltados para a segurança, como a construção de muros em volta dos seus lotes, cerca elétrica, e câmeras, fomentando a discussão da dupla fortificação, ou seja, o muro intramuros, conforme destacado por Maia (2006). Em relação aos equipamentos de lazer no residencial, os entrevistados consideraram que existem, porém, cerca de 60% não faz uso; no que diz respeito à qualidade das áreas de lazer, a maioria avaliou como boa e regular.

Uma das principais reclamações sobre a moradia no Residencial Silvestre 3 foi em relação à proximidade das casas, com afirmações de que é necessário ter cautela por conta do barulho. A falta de privacidade também foi destacada no que se refere à

proximidade, ficando evidente ser um problema frequente entre os moradores, conforme a recorrência entre os que responderam ao questionário.

Sobre as relações dos moradores com o entorno do residencial nas áreas próximas, ou seja, além muros, a maioria respondeu que se sente inseguro, considerando regular a segurança no Bairro Nova Lima. Dentre os entrevistados, houve destaque para a violência urbana: 54,5% responderam que já sofreram assaltos, sobretudo na rua, seguidos por 27,3% que afirmaram que o assalto aconteceu em suas próprias casas, antes de vir morar nesse local. Isso influenciou a tomada de decisão relativa à mudança para o loteamento fechado, pois, ao serem questionados sobre essa experiência, a totalidade dos respondentes confirmou o fato. Ressaltaram, ainda, que não tiveram esse problema após a mudança para o Residencial Silvestre 3.

Considerando as proximidades, a exemplo dos loteamentos Oscar Salazar, José Tavares, Tarsila do Amaral, Jardim Vida Nova, e do próprio Nova Lima, a qualificação indicada, na maior parte das respostas, foi de que são bairros moderadamente seguros (63,6%).

Sobre a relação com os espaços públicos, a utilização é feita pela maioria, representada por 81,3% dos que responderam ao questionário. Em relação à frequência com que utilizam os espaços públicos, 45,5% responderam que raramente utilizam, e “somente nos finais de semana” foi a resposta de 36,4% dos residentes. Questionados se frequentavam mais os espaços públicos anteriormente a se mudarem para o residencial, a maioria respondeu positivamente. Entretanto, o principal motivo para não frequentar esses espaços, na atualidade, foi atribuído à falta de tempo, mostrando que a insegurança ou a falta de equipamentos não são as principais razões, visto que ninguém optou por essas alternativas no questionário.

Quando inquiridos sobre a existência de afinidades entre os moradores, a expressiva maioria mantém poucas conversas (63,6%), enquanto 9,1% afirmou que sequer conhece os vizinhos, não os encontrando fora do condomínio, seja em locais públicos ou privados, o que demonstra relações bastante superficiais entre os moradores. A maior parte revelou que tem amigos que moram fora do residencial,

porém todos se mostraram favoráveis ao aumento do número de residenciais fechados como forma de moradia.

Em síntese, a pesquisa revelou que, por um lado, a maioria dos entrevistados sente certa insegurança fora dos muros do residencial fechado, considerando os bairros próximos como moderadamente seguros; por outro lado, verificamos que existe a utilização dos espaços públicos da cidade, ou seja, em outras áreas da cidade, a insegurança não é vista como um empecilho para a convivência.

Apesar de compartilharem um mesmo espaço dentro dos muros, identificamos que a relação de convivência é quase inexistente entre os residentes que responderam à pesquisa, demonstrando que essa pretensa homogeneidade interna, em termos socioeconômicos, não é suficiente para o aprofundamento dos laços sociais. Assim, a vivência em um residencial fechado, que pretensamente confere uma ideia de comunidade, considerando-se o aspecto socioeconômico dos moradores, revela-se bastante ilusória.

No período contemporâneo, reduziram-se as possibilidades de encontro dos diferentes nas cidades e, até mesmo, dos iguais, conforme revelado no estudo realizado no Residencial Silvestre 3. Assim, identificou-se um distanciamento nas relações com o outro, mesmo aqueles que compartilham os mesmos espaços, vivendo sob uma pretensa proteção murada.

Considerações finais

O Condomínio Residencial Silvestre 3 apresenta características específicas no que se refere à experiência de morar na cidade dos tempos atuais, particularmente, o viver entre muros, considerado um modelo e/ou tendência contemporânea, o que provoca mudanças no padrão residencial, na produção dos espaços, e nas relações sociais.

No caso específico analisado nesta pesquisa, tal modelo também vem sendo adotado para os estratos socioeconômicos de menor renda, colocando-se como um produto imobiliário que vem sendo difundido independentemente do nível social do indivíduo e de suas famílias.

Como foi observado na pesquisa, especialmente a partir do formulário *Google Forms* encaminhado para uma parcela dos moradores, a decisão de mudar e/ou de permanecer nesses residenciais fechados tem relação com a insegurança e a violência, que, para algumas pessoas, não só foram conhecidas por meio de notícias, mas, de fato, vivenciadas. Existem, outrossim, pontos negativos que foram destacados pelos que responderam à pesquisa, sobretudo, quanto à questão da privacidade sonora, por conta da proximidade das casas. Em vista disso, há o surgimento de conflitos diante dos comportamentos individuais, pois o convívio mais próximo exige que algumas ações sejam orientadas por decisões coletivas, estabelecidas por meio de regras de convivência entre os residentes.

A barreira física representada pelos muros, no entorno do residencial, não impediu que outros muros fossem levantados (ao redor do lote individual) produzindo um padrão de “muros intramuros”. No tópico do convívio social entre os condôminos, mesmo considerando a ideia de “viver entre os iguais”, as relações permanecem superficiais, mesmo sendo oferecidos espaços para essa integração dentro do residencial, como quadra de esportes, praças e espaços de uso coletivo; entretanto, a individualidade permanece. Nas relações fora dos muros, a situação se torna diferente, havendo utilização dos espaços públicos como praças e parques. Há uma maior afinidade com pessoas de fora, sendo necessária uma reflexão mais profunda sobre tais aspectos. Portanto, considerando a existência de um convívio social mais íntimo pela proximidade das residências e pelo fato de partilhar espaços comuns, a pesquisa não identificou o fortalecimento de laços de amizade e conhecimento entre os vizinhos nesse residencial fechado.

Esta porção da cidade de Campo Grande tem assistido ao surgimento de diversos loteamentos fechados, tanto aqueles voltados para os estratos socioeconômicos de maior renda quanto para os de padrão mais popular, inclusive como parte da política habitacional, como é o caso do Residencial Silvestre.

Esse modo de habitação vem provocando formas distintas de viver e de conviver nos centros urbanos, reforçando as desigualdades sociais e espaciais, além de promover processos de fragmentação e de segregação socioespaciais nas cidades (SPOSITO e GÓES, 2013).

No estudo em questão, ficou evidente que tais espaços fechados não necessariamente levam a um maior convívio entre os residentes, ainda que sejam marcados pela homogeneidade arquitetônica, bem como pelo estrato socioeconômico. Apesar disso, ficou explícito que os residentes julgam ter maior segurança intramuros do que em loteamentos abertos, ainda que não dispensem o uso de muros em torno de sua moradia no interior do residencial.

Ao considerar o fato de morar dentro dos enclaves fechados como uma solução para os problemas de segurança pública evidencia-se o individualismo, já que as pessoas costumam abster-se de seu papel social na luta por um modo de vida mais integrado, com preceitos que levem em consideração a tolerância e a valorização da diversidade, aspectos comuns dentro de uma sociedade.

Assim, a opção pelos sistemas privados de segurança acaba representando o não reconhecimento desse direito público. Tal escolha pode parecer mais prática. Contudo, só posterga a solução dos problemas estruturais existentes na sociedade, não resolvendo o aumento da criminalidade, que pode atingir a todos, dentro e fora dos muros.

Referências

ARAÚJO, Kerolyn; ROCHA, Leonardo; MÁRIO, Jones. Somente neste mês, três casas localizadas dentro de condomínios de luxo foram alvo de bandidos. **Campo Grande News**. 26/02/2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/condominios-de-luxo-deixam-de-ser-fortalezas-e-viram-alvos-de-ladros>. Acesso em: 6 set. 2021.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande. Campo Grande, 2016. **Relatório de Pesquisa**. Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Geografia – UFMS.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.019/14**, de 31 julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Estatuto da Cidade, Brasília. Disponível em: <https://www.agehab.ms.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 3 dez. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.465/17**, de 11 julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Estatuto da Cidade, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 3 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 14.158**, de 15 de abril de 2015. Dispõe sobre critérios estaduais adicionais para seleção de beneficiários para os programas habitacionais. Ministério das Cidades, Brasília. Disponível em: <https://www.agehab.ms.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 3 dez. 2021.

BRASIL. **Diário Oficial – MS**: editais de licitações. República Federativa do Brasil, Campo Grande, MS, 3 jun. 2011. p.39. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/27427819/pg-39-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-doems-de-03-06-2011>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 74 de 6 de setembro de 2005**. Dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo no município de campo grande, e dá outras providências. Câmara Municipal, Campo Grande.

BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Estatuto da Cidade, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 9.785/99**, de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Estatuto da Cidade, Brasília.

BRUM, Eliane. **Mãe, onde dormem as pessoas marrons?** El País. 22 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html. Acesso em: 15 maio 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAPELOZZA, Ana Carolina Alvares. **Além-muros: repensando a cidade através do desenho urbano.** Presidente Prudente: Unesp, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (DOEMS). **Página 39**, 3 de junho de 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/27427819/pg-39-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-doems-de-03-06-2011>. Acesso em: 10 nov. 2021.

D’OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Condomínios Fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?** 2008. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, 209 p.

ERROBIDARTE, Danielle. Mapa do crime mostra bairros com maiores índices de furtos, roubos e homicídios em Campo Grande. **MídiaMax.** 03/08/2021. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2021/lista-confira-bairros-com-maiores-indices-de-furto-roubo-e-homicidio-em-campo-grande>. Acesso em: 6 set. 2021.

FREY, Klaus.; DUARTE, Fábio. Auto-segregação e a gestão das cidades. Ciências Sociais em Perspectiva. Cascavel, v. 5. n. 9, p. 109-119, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaem/perspectiva/article/view/1422>. Acesso em: 4 nov. 2021.

GAVIOLLI, Amanda Maria; POLLI, Simone Aparecida. **A institucionalização do loteamento de acesso controlado pela Lei Federal 13.465/2017: Motivações e lacunas que perpassam as esferas municipal e federal.** Anais XVIII ENANPUR 2019, p. 1-24. Natal (RN). Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capa.pdf.php?reqid=1019>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOÉS, Eda Maria; SPOSITO Maria Encarnação Beltrão. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. **Scripta Nova- revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales.** Barcelona: Univ. Barcelona, Dept. Geografia Humana, v. 18, n. 493, 16 p., 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/117803>. Acesso em: 26 set. 2017.

IBGE. **Informações sobre o município de Campo Grande**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500270&search=mato-grosso-do-sul%7campo-grande>. Acesso em: 1 dez. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Doralice Satyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. *In*: SPOSITO, E. L. SPOSITO, E. B. SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 155-173.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011-105832/publico/2010_LucasMelgaco.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

NERIS, Gabriel. Flagrado por câmera, suspeito de arrastão em condomínio de luxo acaba preso. **Campo Grande News**. 12/08/2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/flagrado-por-camera-suspeito-de-arrastao-em-condominio-de-luxo-acaba-preso>. Acesso em: 6 set. 2021.

OLIVEIRA, Cleiton Costa de. **Análise do Bairro Nova Lima em Campo Grande – MS: novas lógicas imobiliárias e a reestruturação socioespacial**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2016.

RESERVA SANTA INÊS. Ano de publicação desconhecida. Disponível em: <https://www.reservasantaines.com.br/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

RODRIGUES, Silvia. Loteamentos fechados e condomínios residenciais – iniciativa pública e privada. Disponível em: <https://www.usp.br/nutau/CD/90.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. **GeoTextos**. Fortaleza. vol. 9, n. 1. p. 41-70, jul. 2013.

SANTOS, Vera Lúcia Ferreira. **Relações de gênero na mobilização e organização sócio-comunitária do bairro Nova Lima**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local). Universidade Católica Dom Bosco. UCDB. Campo Grande. MS. 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=6200&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=&pagina=125&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=NO_AUTOR&ordem=desc. Acesso em: 5 dez. 2021.

SOUZA, Gabriela F. de. **Os serviços eletrônicos no ramo imobiliário: uma análise a partir da atuação de incorporadoras em Campo Grande – MS**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

WEINGARTNER, Gutemberg. Qualidade ambiental e gestão do espaço público: a política administrativa e o papel do sistema de espaços livres públicos no território urbano de Campo Grande-MS. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**. Campo Grande, v. 5, n. 3, dez., 2001, p. 133-159. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26050307>. Acesso em: 8 ago. 2021.

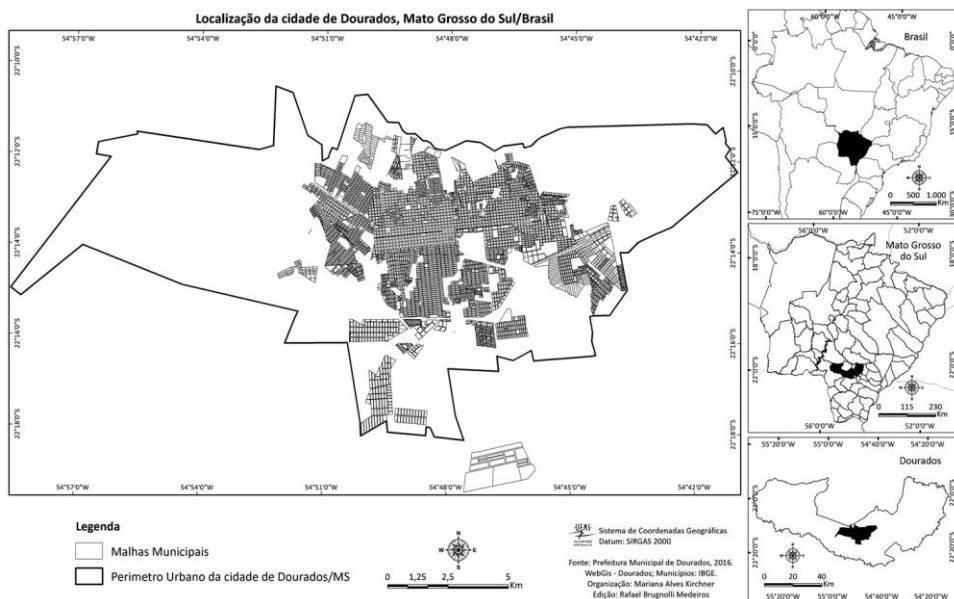
BREVE ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE DOURADOS-MS

Mariana Alves Kirchner
Paulo Fernando Jurado da Silva

Introdução

Dourados, município ao qual o presente capítulo se refere, encontra-se localizado no estado de Mato Grosso do Sul e conta com a segunda maior população do estado (IBGE, 2022). Na Figura 1, é possível localizar a cidade no contexto nacional. A cidade é caracterizada ainda como subpolo regional, de acordo com a divisão de regiões de planejamento proposta pelo SEMAGRO (2015), assumindo assim um papel chave dentro da região da Grande Dourados.

Figura 1 - A cidade de Dourados-MS.



Fonte: Autores (2022).

Essas características centralizadoras fizeram com que o município atraísse diferentes tipos de investimentos econômicos e também um intenso fluxo de pessoas, ao longo dos últimos anos, uma vez que, de acordo com o IBGE (2020), essa subdivisão impõe uma hierarquia urbana, na qual se formam centralidades, as quais atraem fluxos e bens de acordo com a articulação e influência que exerce.

Diante desse cenário, o município tornou-se alvo, tanto de investidores externos, como de governantes que vislumbraram no município um potencial a ser desenvolvido por meio de políticas e ações que fomentam o desenvolvimento da região. Essa conjuntura acabou por reforçar o amplo histórico de políticas públicas, pela qual o município tem passado desde sua fundação, como apontou Silva (2011).

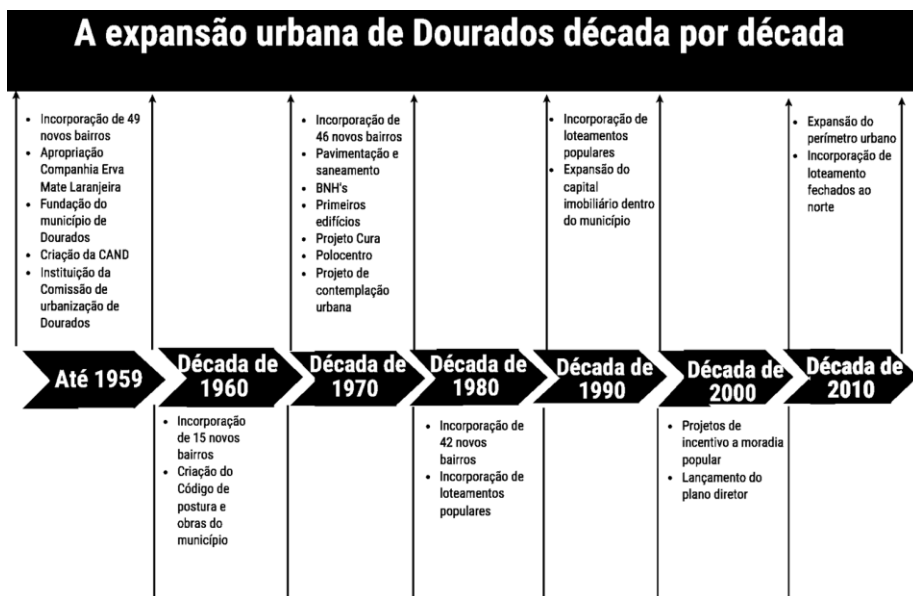
O fato de Dourados estar localizada na porção Centro-Oeste do país, região que teve uma ocupação tardia, quando comparada a outras partes do Brasil, fez com que o município passasse por diversas políticas de reordenamento territorial. As políticas públicas voltadas para incentivar o crescimento econômico e populacional foram muitas, algumas de cunho nacional, e outras de cunho regional, como relatou Silva (2011). Numerosas foram também as políticas habitacionais, alinhadas aos princípios de expansão territorial, urbana e populacional, de acordo com o trabalho apresentado por Calixto (2008). Algumas delas, de acordo com Campos (2014) e Silva (2017), estariam articuladas ainda a um discurso desenvolvimentista dos governos que buscavam se consolidar como fomentadores do “progresso”, por meio de modificações legislativas e também por meio do incentivo à implantação de novos empreendimentos imobiliários no município.

Nesse sentido, Panerai (2006) destacou a diferença que se tem ao tratar de crescimento e desenvolvimento urbano. O autor colocou que para se ter realmente um desenvolvimento é necessário não só que uma cidade cresça quantitativamente, mas que a mesma se modifique de maneira mais profunda, como forma de haver uma melhoria de condições para o todo.

Rezende (2019) argumentou, ainda, que é desde a década de 1970 que existe uma tendência entre os municípios em expandirem seu território urbano. Estes foram incentivados pelo governo federal que vislumbrava, por meio desse processo de expansão, uma forma de desenvolvimento econômico no território.

No contexto da cidade de Dourados, é possível visualizar a confirmação dessas afirmativas propostas por Rezende (2019) e por Panerai (2006). Para Calixto (2008), é na década de 1970 que as atividades imobiliárias se intensificaram dentro do município, com a implementação de planos nacionais de habitação. Ainda, de acordo com Campos (2014), é por meio da expansão recente do perímetro urbano, em 2012, que foi possível a implantação de numerosos empreendimentos imobiliários no município. Por meio da Figura 2 é possível identificar alguns desses movimentos e momentos que se mostram importantes para a conformação do espaço urbano de Dourados.

Figura 2 - Linha do tempo da expansão urbana de Dourados-MS.



Fonte: Autores (2022).

De fato, as modificações impostas ao território da cidade de Dourados, a partir do discurso de desenvolvimento e da expansão do território urbano, acabaram por modificar o perfil urbanístico do município, uma vez que áreas que possuíam características rurais passaram a assumir um caráter urbano. Esse processo, tanto de expansão como de surgimento de novas urbanidades, se deu ao longo de diferentes anos, desde a concepção do município.

Diante disso, percebe-se a complexidade posta no processo de urbanização e ocupação do município, uma vez que o mesmo passou por diversas políticas federais e municipais que tinham como objetivo fomentar o crescimento da cidade. Para que se possa visualizar de maneira mais esclarecedora, iremos apresentar o processo de urbanização e apropriação do território douradense com maior acuidade.

Portanto, será possível não só visualizar o processo de formação do espaço urbano de Dourados, bem como compreender a importância das políticas públicas e, especialmente, àquelas voltadas ao setor imobiliário. Para isso, o presente capítulo encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira delas essa introdução; em seguida, serão apresentados os principais fatos que contribuíram para urbanização de Dourados em cada década, de maneira cronológica; e, por fim, na última parte serão apresentadas as considerações finais.

O processo inicial de expansão urbana de Dourados-MS

Dentre as iniciativas e incentivos que colaboraram diretamente no processo de consolidação e urbanização do município de Dourados, temos a apropriação advinda da Companhia Erva Mate Laranjeira, em 1882. Esta, por meio de incentivo do estado ocupava e produzia o produto em solo que hoje abriga a cidade de Dourados, de acordo com Silva (2011). Em 1943, no governo de Getúlio Vargas se deu a formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que veio para incrementar o contingente populacional da região e dinamizar a economia local (CALIXTO, 2011).

Assim, Silva (2000) colocou que o surgimento e a consolidação do núcleo urbano do município de Dourados se deram entre os anos de 1910 e 1940, mesmo período de tempo em que havia a presença

da Companhia Erva Mate Laranjeira e a consolidação da CAND no território supracitado. Ainda de acordo com Campos (2014), a ocupação urbana antes de 1950 coincide com o que hoje conforma o centro comercial da cidade e que também pode ser delimitado como a porção central geográfica do município, local onde se fixaram as primeiras estruturas residenciais e comerciais. Gomes (2002) escreveu que: “[...] percebe-se uma morfologia urbana que se estrutura e se desenvolve a partir de um eixo principal, a avenida Marcelino Pires, característica básica de uma cidade linear, inclusive, com malha urbana cartesiana.” (GOMES, 2002, p. 74).

Em 1951, com o aumento da população, se deu a primeira iniciativa do poder público local, de ordenação e ocupação do território, como argumentou Silva (2000), com a criação da Comissão de Urbanização de Dourados. Essa iniciativa foi necessária, uma vez que, de acordo com Calixto (2008), no ano de 1950, houve a incorporação de 49 novos loteamentos no núcleo urbano da cidade. Dessa forma, o município passou a carecer de uma comissão reguladora para balizar a implantação dos novos bairros dentro da cidade.

Ainda de acordo com Calixto (2008), a maior parte da comercialização feita acerca dos novos loteamentos inseridos na década de 1950 era realizada entre pessoas externas ao município de Dourados e, até mesmo, externas ao estado de Mato Grosso do Sul. Estes adquiriram os imóveis como uma forma de investimento, e não para usufruir ou fixar moradia. Esse período foi marcado por grandes vazios demográficos, nos quais muitos dos espaços urbanos possuíam um proprietário, o qual não tomava posse do imóvel.

Nesse sentido, Calixto (2008) ressaltou que, em 1965, em uma tentativa de proporcionar um disciplinamento de uso e ocupação do solo, o poder público local aprovou a lei para implantar um Código de Postura e o Código de Obras do Município. Silva (2000) descreveu o período entre 1968 e 1970 como aquele em que o município passou por uma intensa fase de investimentos federais que corroboram diretamente com o processo de urbanização da cidade. Assim, somente a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, a cidade passou a contar com alguns dos sistemas básicos de

infraestrutura urbana, até então inexistentes, como, pavimentação asfáltica, energia elétrica, serviço de saneamento e fornecimento de água tratada. Calixto (2000) colocou o ano de 1977 como aquele em que foi incorporado na cidade o projeto federal CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), por meio do qual foram realizadas numerosas obras de saneamento ambiental.

As melhorias proporcionadas no meio urbano foram necessárias, uma vez que entre 1965 e 1975 a população de Dourados triplicou. No contexto urbano, a quantidade de pessoas vivendo na cidade só veio a ser maior do que o número de pessoas vivendo no campo a partir da década de 1970, de acordo com Calixto (2000). Essa movimentação do campo para a cidade, conforme argumentou Campos (2018), acabou por criar um marco temporal, no processo de expansão urbana de Dourados, em que, da “[...] década de 1960 para a década de 1970, período o qual se entende como marco temporal da intensificação da favelização em Dourados [...]” (CAMPOS, 2018, p. 117). Assim, de acordo com o autor esse período de 10 anos, foi marcado pelo surgimento de um grande número de moradias construídas de forma irregular e sem infraestrutura básica, impulsionada pela migração de pessoas do campo para cidade.

Ao fazer uma análise da evolução urbana de Dourados, e dos bairros que surgiram em cada década, é possível perceber que, de acordo com o trabalho realizado por Campos (2014), após 1970 é possível identificar uma grande quantidade de lotes e bairros que surgem no perímetro urbano de Dourados: “[...] a partir da década de 1970 há uma progressão do número de loteamentos.” (CAMPOS, 2014, p. 79).

Calixto (2008) confirma essa progressão na quantidade de loteamentos, uma vez que, segundo a mesma, até o ano de 1960 haviam sido implementados 49 loteamentos dentro do perímetro urbano de Dourados. Entre 1960 e 1970 outros 15 loteamentos surgiram. Já, na década de 1970, mais 46 loteamentos foram implementados. A autora coloca ainda que, na década de 1980, 43 novos empreendimentos desse tipo nasceram, e a década de 1990 contou com 42 novos empreendimentos.

Consonante a esse movimento urbano, de implementação de novos loteamentos e espaços urbanos, de acordo com Hespanhol (1999), no ano de 1976, o município passou por algumas políticas de fomento à ocupação e desenvolvimento regional pleiteadas pelo Estado; entre elas, o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o qual incorporou o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). Calixto (2000) complementou afirmando que foi por meio desse programa que algumas empresas voltadas para área de pesquisa e desenvolvimento se fortaleceram na região: Empresa Agrícola de Extensão Rural (EMPAER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e também o incentivo a indústria de comunicação, transporte e informação.

Alinhada a essas políticas, em 1967 é criada, através do governo federal, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que, segundo Silva (2011), tinha como um de seus objetivos dinamizar e fortalecer o mercado agrícola local. Iniciativas como essas contribuíram para o aumento populacional de Dourados, uma vez que cada uma dessas ações acabava por atrair um novo fluxo de pessoas para a região. Silva (2000) sublinhou, ainda, que foi na década de 1970 que a reestruturação do espaço urbano foi alavancada por meio do fortalecimento do complexo agroindustrial de Dourados e das melhorias de infraestrutura urbana proporcionadas nesse período.

A década de 1970 foi marcada, ainda, pela implantação de uma política habitacional do governo federal, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Calixto (2008) debateu que, na década em questão, o número de unidades habitacionais incorporadas pelo programa representava 15,46% do número total de moradias presentes na cidade. Além disso, é possível interpretar, de acordo com Campos (2014), que os conjuntos habitacionais implantados pelo programa foram dispostos de maneira bastante dispersa dentro do perímetro urbano, proporcionando uma dinamicidade dentro do mesmo. Outra característica presente entre os bairros urbanos incorporados ao perímetro urbano na década de 1970, é a valorização imobiliária da porção norte da cidade, com o surgimento de novos bairros na região (CALIXTO, 2008, p. 31).

Diante do surgimento dos novos loteamentos e dos vazios demográficos entre eles, e do crescimento da população urbana, Dourados passou, em 1979, por um plano de contemplação urbana. O mesmo, de acordo com Silva (2000), propunha uma disposição e arruamento de modo a tornar o perímetro urbano da cidade ainda mais integrado e coeso, e também colocava medidas para tornar a cidade mais adensada, melhorando assim a funcionalidade urbana.

Foi ainda na década de 1970 que se deu o início do processo de verticalização da cidade de Dourados. Entretanto, é no período de 1986 a 1992 que há um aquecimento no mercado, com o lançamento sistemático de novos empreendimentos desse tipo (CALIXTO, 2008).

Entre 1989 e 1990, o município passou por um processo de expansão das atividades do capital imobiliário, que ocasionou o surgimento de novas urbanizações (SILVA, 2000). Assim, a dinâmica urbana de Dourados foi marcada nesse mesmo período pela implantação de lotes e conjuntos habitacionais populares. O primeiro a surgir na cidade, através de pressão popular, foi a Vila Cachoeirinha, seguido de outros. Como aponta Souza (2019), esses loteamentos populares, assim como os projetos posteriormente implantados por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), se deram nas regiões periféricas da cidade, caracterizando a ocupação de terras de menor valor por metro quadrado. Calixto (2008) frisou, ainda, que a década entre 1990 e 2000 foi marcada pelo surgimento de loteamentos periféricos, localizados nas bordas do perímetro urbano da cidade.

Calixto e Bernardelli (2016, p. 128) frisaram ainda que, a partir do ano de 2000 foram implantados importantes programas habitacionais de incentivo à moradia popular, sendo esses financiados pelo Estado. Nesse sentido, “já dentro da política habitacional implementada no período de 2000 a 2008, vale destacar o Programa Cesta de Material de Construção [...] e o Programa de Erradicação de Favela [...]” (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016, p. 128). De maneira contínua, “o período de 2004 a 2008 foi marcado pela implantação de conjuntos habitacionais ligados ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) [...] e ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) [...]” (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016, p. 130). Por fim, “no período

de 2003 a 2007, foram implantadas as unidades habitacionais do Programa de Subsídio a Habitação (PSH) [...]” (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016, p. 131).

Ainda assim, foi somente a partir do ano de 2003 que a cidade passou a possuir um plano diretor para balizar a conformação do perímetro urbano de Dourados. Por meio do plano diretor, uma cidade pode se desenvolver e expandir de maneira mais igualitária e benéfica para o todo (GOMES, 2002). Dessa forma, a cidade obteve sua consolidação urbana sem o auxílio de um plano balizador, uma vez que a mesma, até o ano de 2002, não possuía um planejamento para tal.

Com a chegada da década de 2010, o município iniciou um novo capítulo em expansão do núcleo urbano. Esse processo se deu por meio de iniciativas do Estado junto ao governo local que agiu para incentivar a entrada de novos empreendimentos voltados para o setor imobiliário da cidade.

A expansão urbana da porção norte de Dourados

Nos anos de 2012 e 2013, o município de Dourados passou por duas alterações consecutivas em seu perímetro urbano. A primeira, em 19 de outubro de 2012, por meio da Lei Complementar nº 205; e a segunda, em 16 de dezembro de 2013, por meio da Lei Complementar nº 235. Por meio dessas leis, o perímetro urbano do município foi aumentado em mais de 2,5 vezes. Souza (2019) apontou que a ampliação do perímetro urbano ocasionou o surgimento de numerosos vazios urbanos dentro da cidade. Assim, é diante dessa alteração de lei, e da alteração do perímetro urbano, que se deram os novos processos de urbanização da década de 2010, marcada pela grande oferta de terras consideradas urbanas, e disponíveis para serem loteadas.

Souza (2020) colocou, ainda, que foram essas alterações no perímetro urbano de Dourados que proporcionaram o surgimento de um elevado número de loteamentos fechados na cidade. Estes apresentavam uma divisão locacional, na qual empreendimentos destinados ao público de baixa renda estavam dispostos na porção sul e sudeste da cidade, enquanto que aqueles destinados ao público de alta renda encontravam-se dispostos na porção norte e noroeste. O

estudo de Soares Filho *et al.* (2020, p. 10) apresentou, por meio de uma análise espacial aplicada, a região norte da cidade como aquela que tem uma média concentração de loteamentos.

Ainda no ano de 2012, junto à ampliação do perímetro urbano, houve uma modificação na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) do município. As modificações realizadas no zoneamento possuíam incisos que incentivavam a construções de loteamentos nas porções periféricas da cidade, com a permissão para um maior fracionamento de lotes, por meio da diminuição de área mínima que cada propriedade deveria ter obrigatoriamente.

Assim, a partir do ano de 2012, após a expansão do perímetro urbano da cidade de Dourados e das alterações quanto ao uso e ocupação do solo, novos loteamentos de “muro fechado” surgiram na cidade. Estes se concentraram, principalmente, na porção norte do município, sendo destinados ao público de alto poder aquisitivo. De acordo com Calixto *et al.* (2021), esses empreendimentos vieram para reforçar a característica da porção norte da cidade em abrigar os lotes com maior valor por metro quadrado de área.

Diante do surgimento desses novos loteamentos, a porção norte do município passou a ser redefinida, uma vez que entre 2008 e 2019 foram instalados, nesta parte da cidade, oito loteamentos de muro fechado, como apontou Calixto *et al.* (2021). Dessa forma, podemos concluir que ocorreu o surgimento de uma nova tipologia urbana concentrada em uma única área. Esta foi antecedida por numerosas políticas federais e estaduais que visavam expandir o perímetro urbano e atrair novos empreendimentos.

Entre a década de 2010 e o início da década de 2020, foi possível perceber, ainda, transformações intensas e pontuais no perímetro urbano do município, no qual se nota, para além do surgimento de novos loteamentos, também o surgimento dos condomínios e loteamentos fechados. Percebe-se, então, o surgimento de novos modelos de moradia que se agrupam em pontos extremados da cidade, como já dito.

Como visto anteriormente, o discurso do crescimento urbano e, também, das políticas de cunho habitacional, em diversos momentos esteve atrelado à noção de desenvolvimento. Diante desse cenário, diversas políticas surgiram como forma de fomentar o desenvolvimento. Entretanto, são necessários planos, políticas e programas cujas preocupações se voltem para todas às camadas da sociedade.

Considerações finais

Diante da revisão bibliográfica feita sobre a formação do perímetro urbano da cidade de Dourados, e após o levantamento das políticas públicas que estiveram atreladas a esse processo, foi possível perceber que foram muitos os momentos em que as políticas habitacionais e as políticas de desenvolvimento estiveram presentes na conformação do território douradense. Ainda, percebeu-se que muitas dessas tinham, inicialmente, o objetivo de povoar a região, e desenvolver o aspecto econômico e agrícola da cidade.

A partir dessa premissa, surgiu e se conformou o perímetro urbano da cidade de Dourados. Ainda que em diversos momentos políticos se fale em desenvolvimento, percebe-se que, para que o mesmo seja contemplado, é necessário que numerosas barreiras sejam transpostas. Assim, o que se pode afirmar sobre a produção do espaço urbano de Dourados é que a ação do poder público foi substancial para transformar a cidade em um importante centro regional.

É diante desse contexto de políticas fomentadas pelo Estado que surgiram os loteamentos fechados dentro do perímetro urbano de Dourados, forma de moradia que aparece de maneira bastante intensificada dentro do município. Esse modelo marca a urbanização da década de 2010 até o ano presente, 2022. Assim, ainda que se tenha uma ampla bibliografia de estudos relacionados à conformação urbana de Dourados, é necessário um olhar novo e atento, a essas novas décadas, de 2010 e 2020, que trazem consigo novas urbanidades, pautadas em novos arranjos políticos, sociais e econômicos.

Referências

BERNARDELLI, M. L. F. da H.; CALIXTO, M. J. M. S. Os loteamentos fechados e as novas formas de produção imobiliária em Dourados: uma Cidade Média do estado de Mato Grosso do Sul – Brasil1. 2015. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais [...]** Fortaleza-CE, 2015.

CALIXTO, M. J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS.** 2000. 295f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

CALIXTO, M. J. M. S. Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial urbana. *In:* CALIXTO, M. J. M. S. **O Espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade.** Dourados: Editora UFGD, 2008. p. 21-44.

CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média.** 2011. Relatório (Pós-doutorado em Geografia). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. Dourados/MS: Uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. *In:* SPOSITO, M. E. B.; MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó.** 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 29-165, 2016.

CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. da H.; DA SILVA, P. F. J. Os novos vetores da produção habitacional em uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul: apontamentos sobre o processo de redefinição da relação centro-periferia. *In:* CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras.** 1. ed. Porto Alegre: TotalBooks, p. 37-74, 2021.

CAMPOS, B. F. **Fundamentos e dinâmicas da produção espacial: aspectos da ampliação do perímetro urbano de Dourados/MS em 2011**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

CAMPOS, B. F. O ímpeto privado na definição da socioespacialidade urbana: As habitações sociais de mercado e de interesse social em Dourados/MS (2007-2013). **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 1, p. 182-203, 2018.

DOURADOS. **Lei Complementar nº 205** de 19 de outubro de 2012. Disponível em: https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LeiComplementar_205-2012_Zoneamento.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

DOURADOS. **Lei Complementar nº 235** de 16 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lc-205-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-e-o-sistema-via-rio-no-municipio-de-dourados-e-da-outras-providencias-2/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: Ensaios de geopolítica da cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. *In: FCT*, p. 21-41, 1999.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** – 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

PANERAI, P. **Análise urbana I**. Tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, 198 p. (Coleção arquitetura e urbanismo).

REZENDE, S. C. P. (2019). Expansão e fragmentação do território: Goiânia de cidade planejada à metrópole regional. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, 9 (ed. esp.). p. 22-42. <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2126>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SEMAGRO, **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico**. Campo Grande. 2015. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, M, C. T.; JUNQUEIRA, C. B. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, M. C. T. Dourados-MS: Expansão urbana extensiva e impactos socioambientais. *In*: DA SILVA. W. G.; SILVA. P. F. J. **Mato Grosso do Sul no início do século XXI: Integração e desenvolvimento urbano-regional**, v. 2. Campo Grande: Life Editora, 2017.

SILVA, W. G. da. **O processo de integração produtiva da Região de Dourados à economia nacional. 2011**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2011.

SOUZA, L. S. **Desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Dourados-MS entre os anos de 2000 e 2010**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SOUZA, L. C. L. G. de. **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados-MS: uma análise do processo de segregação socioespacial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Anete Marília Pereira

Professora efetiva do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO da Unimontes e também do Programa de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Social da mesma instituição.

Beatriz Ribeiro Soares

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG), mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular e professora permanente dos programas de Pós-graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo da UFU. Atualmente orienta estudos nas áreas de Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Regional e Produção dos Espaços Urbanos não Metropolitanos.

Contato: brsoares@ufu.br

Carlos Alexandre de Bortolo

Licenciado e Bacharel em Geografia pela UNESP-Presidente Prudente. Mestre em Geografia pela UEL-PR, e Doutor em Geografia pela UEM-PR. Professor efetivo no Departamento de Geociências e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes–MG. Atualmente é Pró-reitor adjunto de Pós-graduação na Unimontes e orienta estudos nas áreas de Geografia Urbana e Geografia Humana.

Contato: carlos.bortolo@unimontes.br

Carlos Henrique Silva Alves

Licenciado em Geografia. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional e aluno regular do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGE0, ambos pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes–MG. Professor de Educação Básica da rede pública e particular de ensino.

Contato: carloshenriquealvess@gmail.com

Joselane Ramos Magalhães Bertolino

Possui licenciatura em Geografia, bacharelado em Serviço Social e Pós-graduação *Lato Sensu* em Meio Ambiente e Saúde Pública: ênfase em Biossegurança. É mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGE0 da Universidade Estadual de Montes Claros-MG – Unimontes.

Contato: josyrmbertolino@gmail.com

Josimar do Reis de Souza

Bacharel, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG). Professor efetivo no Departamento de Formação Geral e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Atualmente é Chefe do Departamento de Formação Geral do campus Araxá e orienta estudos nas áreas de gestão ambiental, planejamento territorial, ensino e educação e tecnologias.

Contato: josimarsouza@cefetmg.br

Lucas Guimarães Cavalcante de Assis

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Faculdades Santo Agostinho) e mestre em Geografia pela Unimontes. É professor auxiliar no curso de Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIPMOC-MG.

Contato: lucascavalcanteassis@gmail.com

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Possui graduação (1990), mestrado (1997) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professora dos cursos de Geografia – bacharelado e licenciatura – da UEMS na unidade universitária de Campo Grande. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em produção do espaço urbano, atuando principalmente com os seguintes temas: políticas de desenvolvimento urbano, políticas habitacionais, cidades médias e pequenas, produção do espaço urbano e regional.

Contato: marahora@uems.br

Mariana Alves Kirchner

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Anhanguera – Uniderp (2014) e especialização em Gerenciamento de Projetos (2021). É mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

Contato: marianakirchner@hotmail.com

Maria Vitória Xavier Dias Rocha

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelas Faculdades Integradas Pitágoras. Especialista em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela Universidade Cândido Mendes/UCAM. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Montes Claros - PPGEO/Unimontes.

Contato: vitoriaxavier_dias@hotmail.com

Paulo Fernando Jurado da Silva

Graduado no curso de licenciatura em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente (2008). É mestre (2011) e doutor (2014) pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT, UNESP de Presidente Prudente com a realização de estadia de investigação científica na Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago, e na Universidad de Buenos Aires, Argentina, bem como doutorado-sanduiche pela Universidad de La Habana (Cuba). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos cursos de Geografia (bacharelado e licenciatura), em Campo Grande, e credenciado como docente permanente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, Ponta Porã. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica e Urbana, Pensamento Geográfico, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica regional, urbana e econômica, uso corporativo do território, poder, telecomunicações e tecnologias.

Contato: pfjurado@uems.br

Rozendo de Souza Filho

Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Contato: 40898067120@academicos.uems.br

Suellen Wallace Rodrigues Fernandes

Possui graduação em Geografia pela Universidade de Brasília, bacharelado e licenciatura (2005), mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília (2007) e doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (2015). Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sendo responsável pelas disciplinas de Geografia Política, Dinâmicas Populacionais e Planejamento e Gestão Urbana. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Política, atuando principalmente com os seguintes temas: Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Território, Políticas Espaciais, Atores e Agentes Territoriais.

Contato: suellen.wallace@uems.br

GEOGRAFIA

diálogos sobre o cotidiano, economia e a cidade

A obra é uma coletânea crítica sobre o estudo das cidades e do urbano, abordando temas como espaços públicos, produção do espaço urbano, qualidade de vida, entre outros. Nesse sentido, é importante destacar que a abordagem adotada é plural e centraliza esforços para entender as questões da atualidade do fato urbano, levando em consideração um mosaico complexo de inter-relações. Destarte, a cidade contemporânea é percebida por meio da união de elementos econômicos, sociais, culturais e políticos, na relação espaço-temporal e, com isso, nos faz trilhar caminhos de estudo para o entendimento da dinâmica espacial urbana, vinculando-se diretamente às relações estabelecidas entre os mais diversos agentes, na análise da vida social, da produção, apropriação e reprodução dos diferentes lugares.